



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**POR UMA ARQUEOLOGIA DO TRANSFEMINICÍDIO:
RELAÇÕES ENTRE MASCULINIDADES E A VIOLÊNCIA LETAL
CONTRA TRAVESTIS E MULHERES TRANS NO BRASIL**

Vladimir Porfírio Bezerra

**Rio de Janeiro
Abril de 2023**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**POR UMA ARQUEOLOGIA DO TRANSFEMINICÍDIO:
RELAÇÕES ENTRE MASCULINIDADES E A VIOLÊNCIA LETAL
CONTRA TRAVESTIS E MULHERES TRANS NO BRASIL**

Vladimir Porfírio Bezerra

Tese apresentada à Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva (Saúde da Criança e da Mulher).

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

**Rio de Janeiro
Abril de 2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Bezerra, Vladimir Porfírio.

POR UMA ARQUEOLOGIA DO TRANSFEMINICÍDIO: RELAÇÕES ENTRE MASCULINIDADES E A VIOLÊNCIA LETAL CONTRA TRAVESTIS E MULHERES TRANS NO BRASIL / Vladimir Porfírio Bezerra. - Rio de Janeiro, 2023.

169 f.; il.

Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde da Criança e da Mulher) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2023.

Orientador: Marcos Antonio Ferreira do Nascimento.

Bibliografia: f. 152-167

1. Transfeminicídio. 2. Violência. 3. Gênero. 4. Sexualidade. I. Título.

DO LUGAR DE ONDE FALO, PEÇO VOSSA LICENÇA

*Como doem as perdas para sempre perdidas, e, portanto, irremediáveis,
transformadas em memórias iguais pequenos paraísos-perdidos.*

Caio Fernando Abreu em *Pequenas Epifanias* (2014)

*Eu tenho uma primeira lembrança de Princesa; sentado à mesa da cozinha de azulejos azuis, eu e minha irmã dividíamos as manhãs balançando apressadamente as pernas por baixo da mesa, olhando aquelas mãos ágeis preparar o achocolatado com leite. Lembro que as unhas de Princesa eram vermelhas e longas, em mãos grandes e estranhas; aliás, as proporções de Princesa eram completamente diferentes das mulheres pequeninas de minha família. Minha irmã, alheia, fitava um desenho animado aleatório na televisão. Eu fitava Princesa e seu lenço estampado na cabeça, tentava decifrar a música que cantava com a voz grave por entre os lábios pintados de roxo, um batom dado pela minha mãe. O cheiro do pão quente e o barulho da colher a mexer o leite com Nescau no copo tomavam conta do lugar, tomaram os anos que se passaram enquanto esta mulher cuidou de nós por pelo menos uma década. Hoje entendo que havia um certo capricho em tudo o que Princesa fazia conosco, resultado da admiração que tinha por minha mãe e da recíproca. Eram amigas. Recordo dela desde meus 4 anos de idade, desde o ano de 1980, e da novela *Coração Alado de Janete Clair*, da qual ela era fã. Lembro que aos sábados (quando eventualmente estava conosco) também gostava de assistir ao quadro “*Eles & Elas*” do programa de televisão *Clube do Bolinha*; parte do programa era de transformistas e travestis que dublavam músicas diante de um auditório barulhento. *Bolinha* (o apresentador) perguntava aos artistas: “És ‘ele’ ou ‘ela’?” em tom de deboche, instigando as travestis e transformistas à revelação de um sexo. Por vezes meu pai gritava de longe: “muda de canal, Princesa!”, e ela secretamente comigo ria. Em 1992, sem aviso prévio, lembro de perceber sua ausência de nossa casa. Perguntar sobre ela era inútil. Lembro do silêncio velado entre os meus pais, ao qual me resenti por anos. Somente em 1996, aos meus vinte anos de idade, que o silêncio sobre a causa de seu falecimento foi quebrado. Princesa morrera vítima de uma pneumonia, decorrente de uma infecção pelo vírus HIV. Morreu só, sem a presença de familiares, tampouco a de seu secreto companheiro. Em um leito de hospital conquistado às pressas por meu pai, teve como companhia minha mãe. Hoje, mais claramente, é fácil associar a consternação de minha mãe ao fim do longo processo de perda da amiga e confidente; ainda hoje lembro que, mesmo meu pai, – figura alheia à sorte que tivemos de ter Princesa por perto durante tantos anos –, recolheu-se em silêncio por semanas e um dia – percebi – chorou finalmente, escondido e calado.*

(Recife, Pernambuco. 10 de novembro de 1997. Extrato de meu diário pessoal)

UM PAPO RETO COM UMA TRAVESTI POTENTE¹

Mulher
(Linn da Quebrada)

*De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução*

*Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário
Não tem Deus
Nem pátria amada
Nem marido
Nem patrão
O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
Ela é tão singular
Só se contenta com plurais
Ela não quer pau
Ela quer paz*

*Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho
Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho
Mulher*

*Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher*

¹ Proponho que assistam ao videoclipe Mulher, cuja performance é da artista travesti Linn da Quebrada, antes de seguir adiante. Video disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waHOB0TFPM>. Acesso em: 04 fev. 2021.

Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada uma

E uma mulher é sempre uma mulher

Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada uma

E uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher

E outra mulher (e outra mulher)

E outra mulher (e outra mulher)

E outra mulher (e outra mulher)

E outra mulher (e outra mulher)

É sempre uma mulher?

É sempre uma mulher?

É sempre uma mulher?

É sempre uma mulher?

Ela tem cara de mulher

Ela tem corpo de mulher

Ela tem jeito

Tem bunda

Tem peito

E o pau de mulher!

Afinal

Ela é feita pra sangrar

Pra entrar é só cuspir

E se pagar ela dá para qualquer um

Mas só se pagar, hein! Que ela dá, viu, para qualquer um

Então eu, eu

Bato palmas para as travestis que lutam para existir

E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar

Bato palmas para as travestis que lutam para existir

E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de

Viver brilhar e arrasar

Viver brilhar e arrasar

Viver brilhar e arrasar

Viver brilhar e arrasar

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial

Navalha na boca

Calcinha de fio dental

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial

Navalha na boca

Calcinha de fio dental

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial

Navalha, navalha, valha

Navalha, navalha, valha

Navalha, navalha, valha

Navalha, navalha, valha

Navalha na boca

E calcinha de fio dental

Eu tô correndo de homem

Homem que consome, só come e some

Homem que consome, só come, fodeu e some

PRA COMEÇO DE CONVERSA OU UMA INTRODUÇÃO INSUBORDINADA

Esta introdução fora do lugar é reflexo de como esta tese foi construída; dia após dia, frente ao horror causado pelo extermínio diário de corpos e vidas de travestis e mulheres trans no Brasil.

A violência contra a mulher cisgênero² no Brasil é uma realidade (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; PINTO *et al.*, 2017; MASAGÃO *et al.*, 2020); a violência contra mulheres transexuais e travestis também (BUTLER, 2015; BENTO, 2016; ANTRA, 2022).

Somente no ano de 2020, foram assassinadas 175 pessoas trans no Brasil, todas travestis e mulheres trans (ANTRA, 2021); em 2021, cerca de 135 (ANTRA, 2022). Conforme Berenice Bento (2017) afirma, há algo em comum entre os assassinatos de mulheres e os de transexuais, travestis e bichas – que sucumbem por performatizarem o feminino. Para certos machos, estamos todas condenadas a padecer no paraíso³.

Princesa, que hoje entendo ter sido uma mulher trans, negra, moradora do bairro da Vila São Luiz, no município de Duque de Caxias, baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro, foi também minha cuidadora e um exemplo (na época, “sutil”) das exclusões, estigmas e violências estruturais fundadas, em parte, na “posição que o feminino⁴ ocupa na ordem de gênero” (BENTO, 2016, p. 51) no cotidiano brasileiro.

Portanto, este trabalho de pesquisa não se autoriza por si só; tampouco é resultado exclusivo de lembranças autobiográficas. Esta pesquisa é resultado da minha consternação diária frente à brutalidade de cada assassinato de travestis e mulheres trans. O repertório violento é vasto; pauladas, pedradas, tortura, espancamento, tiros, facadas, afogamento. Não basta matá-las, há de se eliminá-las cruelmente.

Rodrigo Parrini (2016), em *Falotopías*, indica que, no caso mexicano, esta

² Indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

³ Ver mais no artigo de opinião “Do luto à luta: pelo fim do transfeminicídio”, disponível em <https://outraspalavras.net/sem-categoria/do-luto-a-luta-pelo-fim-do-transfeminicidio/>. Acesso em: 13 dez 2021.

⁴ Uma explicação mais detalhada sobre o que denomino de “feminino” na tese é proposta na segunda parte do trabalho. De modo introdutório, proponho pensar o feminino na ótica psicanalítica, como um lugar tradicionalmente considerado como o da “falta”, o “oco”, da “desorientação” (MOLINA, 2016, pp. 55-83).

crueledade revela uma reconfiguração contemporânea da dominação sexual e de gênero – já discutida no âmbito do tradicional sistema sexo-gênero por Gayle Rubin (2017)⁵, mas que se (re)apresenta sob duas características na atualidade: o cinismo e a hiper-violência. Nesse sentido, enveredo neste trabalho pela ideia de que a violência letal contra travestis e mulheres trans (o transfeminicídio) me parece o resultado de uma articulação muito bem sucedida e estruturada em processos intersubjetivos e sociais (BRIZOLA; ZANELLA, 2015; PARRINI, 2016). Se, de um lado, parte do entendimento sobre a agressividade na Psicologia, na Psicanálise e na Psiquiatria circunscreve-se nos sujeitos no campo psíquico e do sintomático (CASTRO; LEÃO, 2015), por outro, evoco a visada sociológica de Rita Laura Segato (2012, p. 108), que afirma que a violência representa um “sintoma da barbárie do gênero moderno”, que vitima corpos femininos e feminizados, num ciclo de crueldade que se expande sem contenção.

Trato de defender, entre outras posições, que o transfeminicídio é desencadeado não apenas por uma falta aparatos ideativos no sujeito (BENTO, 2016) – o que dialoga diretamente com a teoria psicanalítica –, mas também por uma educação patriarcal, pautada pelo heterossexismo branco e sua tradicional brutalidade violenta (CUNHA; YORK, 2020; BARKER, 2016), fundada no ideal do que Raewyn Connell (2016) chama de “imperialismo global”, que “não deixou nenhuma cultura intacta, nem mesmo a própria cultura imperialista” (CONNELL, 2016, p. 25). Nesse sentido, Connell indica que as conquistas coloniais promoveram uma expansão massiva da violência como ferramenta para a disputa de poder e controle de populações inteiras. Ainda segundo a autora, entre outros aspectos, é na centralidade do patriarcado que, “os corpos das mulheres se tornaram um terreno em que grupos conflitantes de homens brigavam por poder e vingança” (CONNELL, 2016, p. 54).

Nessa ótica, opto por adentrar nesta tese nas discussões sobre o colonialismo de gênero (BEIRAS; NASCIMENTO, 2017; AMBRA, 2015, 2021; BOLA, 2020; HOMEM; CALLIGARIS, 2019) para dialogar com o assassinato de Dandara. Utilizarei como ponto de partida para a produção de reflexões sobre o transfeminicídio o fragmento de 43 segundos do vídeo de sua execução e sua transcrição.

Trata-se de entender que as expressões de violência de gênero contra travestis e mulheres trans estão fundadas numa profunda estrutura – a do patriarcado (BARKER,

⁵ Originalmente publicado em 1975.

2016) – que produz e sustenta uma segregação de gênero (CONNELL, 2016; PARRINI, 2016) com consequências nefastas para determinadas pessoas.

Esse é meu caminho para refletir sobre o transfeminicídio. Contudo, alguns esclarecimentos prévios parecem necessários.

Opto por utilizar dois termos em separado: travestis e mulheres trans. A pesquisadora Letícia Nascimento (2021) indica, em suas reflexões sobre o transfeminismo, que estão contempladas no termo “trans” as seguintes identidades: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias⁶, e travestis. Por isso mesmo, o termo “transfeminicídio” será utilizado no decorrer do texto para indicar a violência contra mulheres trans e travestis. Entretanto, ao optar por fazer referência ao termo “travesti” em separado do termo guarda-chuva “trans”, privilegio uma postura política de afirmação das identidades travestis, seguindo assim o pensamento da pesquisadora, ativista e travesti argentina Lohana Berkins, que, por décadas, denunciou dificuldades e refletiu sobre o lugar das travestis no ativismo social. O pensamento de Berkins⁷ guia a escolha por utilizar os termos em separado: travestis e mulheres trans.

Também exponho desde já o híbrido que habita meu percurso profissional e acadêmico, uma fronteira não muito delimitada; em parte, essa perspectiva híbrida, e que permite deslocamentos, apoia-se nas palavras de Donna Haraway no artigo intitulado “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, publicado pelos Cadernos Pagu em 2009. Nele, Haraway (2009, p. 9) indica que “as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade”; isto é, do ponto de vista do construcionismo social, por que deveríamos assumir a obsessão de alguns pesquisadores por uma objetividade ocupando posições estanques em busca de verdades? Portanto, assim como Haraway, assumo que, ao fazer ciência, levo em consideração o “jogo real” entre observar e acompanhar “a estrutura dos fatos e artefatos, tanto quanto os atores mediados pela linguagem no jogo do conhecimento” (HARAWAY, 2009, p. 10).

⁶ Pessoas que não se encaixam no gênero masculino e tampouco no feminino.

⁷ A mesma postura crítica é proposta pela ativista Jovanna Baby sobre o pioneirismo e liderança das travestis na mobilização por movimentos e organizações sociais visando políticas sociais de inclusão; sobre isso, acessar a rede social do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS) – na plataforma Instagram, postagem em 31 de janeiro, no endereço <https://www.instagram.com/reel/CoGBY5pJFvE/?igshid=OTJINzQ0NWM=>. Sobre o mesmo tema, numa perspectiva latino-americana, ver mais em Berkins (2003).

Por vezes, então, tomo o termo *fronteira* e ressignifico o lugar profissional que ocupo. Descubro que, ao invés de uma *fronteira*, me situo num *litoral* na medida em que ondas quebram na faixa de areia e modificam as formas de um determinado território por onde caminho. Entre minha identidade profissional de psicólogo e psicanalista, e essa “*identidade acadêmica*” assumida aqui como a de cientista social inserido no campo da saúde, não me vejo “fazendo” uma psicologia sem uma leitura interconectada de meu contexto social⁸.

Não há como fazer – nos dias atuais – uma psicologia pautada exclusivamente em teorias, trancafiado entre as quatro paredes do consultório. Ao perceber que a prática clínica privada pode estar (e muitas vezes está) alheia a temáticas sociais mais amplas, realizo um movimento de aproximação e diálogo não apenas com pensadoras do movimento social travesti e trans, mas de uma psicologia social crítica, ou uma “*psicologia suja*”, como Sofia Favero (2022) denomina, uma psicologia a serviço do que socialmente considera-se abjeto.

Começo estas reflexões a partir de uma teoria feminista interseccional (RODRIGUES, 2016; NOGUEIRA, 2017) para mais adiante me deslocar em direção a um transfeminismo (CUNHA; YORK, 2020; NASCIMENTO, 2021), em aspectos que serão gradativamente aprofundados ao longo das reflexões sobre o transfeminicídio.

Nesse vai e vem intermitente do “*meu litoral*”, num doutorado em saúde coletiva, que é trans/interdisciplinar por excelência, revelo a impressão de que esse lugar de onde falo é complexo e movediço. Portanto, no decorrer de todo o trabalho de escrita, entendo que busquei transitar atenta e cuidadosamente por entre o interessante diálogo da sociologia, antropologia, e uma Psicanálise que avança para discussões atualizadas sobre as imbricações entre gênero e sexualidade (CABRAL; GAUDENZI, 2020) no contexto das transexualidades.

Outro ponto latente deste trabalho é que, de um modo geral, a face mais insidiosa do transfeminicídio seja sua espetacularização; não só a mídia, mas os próprios agressores compartilham orgulhosamente seus vídeos, muitos publicados em redes sociais digitais. São inúmeras as imagens que expõem⁹ publicamente travestis e mulheres transexuais:

⁸ A base dessa atitude é o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989), que será melhor esclarecido mais adiante.

⁹ No vídeo intitulado “PEGADINHA - Black FRIDAY/ prostitutas” do perfil “Bombou Lucca”, de domínio público na plataforma Youtube, um homem aparece assediando travestis trabalhadoras. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cIV_sJHaamY. Acesso em: 23 nov. 2021.

chacotas, ofensas verbais e violências físicas¹⁰.

Diante deste panorama, coloco-me então uma questão: num cenário de necropolítica¹¹ declarada por um governo federal (entre 2019-2022) omissivo e violento, como estabelecer diálogos institucionais que produzam possíveis contribuições para uma promoção de políticas públicas que reduzam os efeitos nefastos da violência à comunidade LGBTQIA+?

Este trabalho é uma tentativa.

Antes de seguir adiante, também esclareço que o lugar de onde falo é um lugar de privilégio, de homem branco, *gay*, cisgênero, oriundo de uma classe social que tradicionalmente nega e mantém de modo hábil a desigualdade social que assola o país há séculos. Portanto, não se trata aqui de “falar por outros” (ALCOFF, 1991) ou falar no lugar de “subalternos” (SPIVAK, 2010), uma vez que a discussão sobre o conceito de “lugar de fala” tem auxiliado a sociedade a compreender como o que falamos e o modo como falamos têm marcado as relações de poder entre os sujeitos, reproduzindo, mesmo que não intencionalmente, discriminações.

Para além da discussão sobre o lugar de fala, penso no termo empatia; muito escutei sobre o termo durante o desenvolvimento desta pesquisa. Ao refletir sobre o assunto, tomo como guia as palavras de Martha Cristina Nunes Moreira (2021) no editorial intitulado “Cuidado, descuido e afecção: uma perspectiva para a humanização em saúde”. Nele, a pesquisadora chama atenção para o perigo da máxima “coloque-se no lugar do outro”, uma vez que idealizações nesse sentido – de que é realmente possível ocupar o lugar de um outro – leva a um possível mascaramento de assimetrias. Assim, parece necessário e urgente não simplesmente assumir uma atitude empática, mas compreender a necessidade de nós, trabalhadores da saúde, pesquisadores e ativistas, desconstruirmos a “ilusão” de que, ao ocupar o lugar do outro, nos tornamos supostamente iguais. Como pontua Moreira (2021, p. 2934), “[...] essa operação nega a alteridade e a diferença, e não oferece ao outro uma atenção legítima de cuidado a sua dor”, ideia que tem guiado minha escuta e escrita.

¹⁰ Na reportagem intitulada “Mulher trans é agredida com rasteira em rua de Uberlândia”, um homem agride fisicamente uma mulher trans trabalhadora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RrQ33NE5vo4>. Acesso em: 23 nov. 2021.

¹¹ Tomando por base o conceito de necropolítica de Achille Mbembe, filósofo, historiador, teórico político e professor universitário camaronense, em ensaio de 2003 (publicado em livro no Brasil em 2018).

Durante o decorrer de meu trabalho de campo, busquei uma certa convivência (DAMATTA, 1978, 2010; VELHO, 2011), fosse com o movimento social através dos debates *online* sobre transfobia, transfeminicídio e transfeminismos, ou no fazer etnográfico clássico (não programado), do contato direto, pessoal, da observação participante, ou “acompanhante”, conforme indica Maria Elvira Díaz-Benitez (2007); marcas registradas de uma antropologia que acompanha o tempo atual. De um lado, privilegiei as chamadas *lives* ou debates *online* realizados pelo movimento social trans, por outro, observei e participei de alguns diálogos informais com homens que se relacionam afetivamente, e/ou sexualmente, com travestis e mulheres trans, em aspectos que serão explorados à medida que as discussões nesta tese avançam.

Esta minha consciência diária, do lugar de onde falo (e com quem dialogo), funciona mais como um alerta incandescente para que eu busque sistematicamente uma visada “sensível”, cuidadosa, “atenta e ativa” (DUMARESQ, 2016, p. 124) no sentido de evitar reflexões que privilegiem um “binarismo identitário” (BENTO, 2017, p. 133); também serve para que eu não recaia num discurso predominantemente masculino e heteronormativo – base de minha educação –, e nem resvale no que C. Jacob Hale (1997) designa como um perigo de “encanto pelo ‘exótico’, ou negação da subjetividade”¹² de um determinado grupo social.

Da mesma forma, assumo constantemente o cuidado de entender (e explicitar) que aquilo que ouço dos sujeitos na minha prática clínica sobre violência é distinto daquilo que percebo nas conversas informais com alguns homens e algumas mulheres trans com quem tive o privilégio de conviver durante meu período de estudos na cidade do Porto, em Portugal. Além disso, quando me entrego a um campo de pesquisa digital (MILLER, 2018) por conta da pandemia de SARS-CoV-2 – *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (popularmente conhecida como COVID-19), entendo que os debates *online* (ou *lives*) que acompanhei através da plataforma *Instagram* entre os anos de 2020 e 2021 e algumas reportagens sobre assassinatos são partes de *fronts* distintos (BENTO, 2016). Nesses campos, ora me deparo com a perspectiva de mulheres trans e travestis vítimas de violência, ora me vejo diante da narrativa de quem as deseja, outras do próprio assassino, logo em seguida, enxergo a violência pela lente de quem comunica o fato – o interesse

¹² HALE, C. J. Suggested Rules for Non-Transsexuals Writing about Transsexuals, Transsexuality, Transsexualism, or Trans. Disponível em: <https://hivdatf.files.wordpress.com/2010/09/suggested-rules-for-non-modified.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

capitalista das mídias em lucrarem com a espetacularização da desgraça. Cada sujeito ocupando um lugar (o repórter, o veículo de comunicação, as vítimas e, em alguns casos, os próprios assassinos). Tudo isso ocorre em contextos muito particulares, aos quais tenho mantido certa vigilância e faço questão de diferenciar no decorrer do trabalho.

Aqui, novamente recorro à Berenice Bento (2017, p. 133), no sentido de que também admito que o corpo é “um lugar de combate e disputas”, inserido em diferentes campos. Tal atitude faz eco ao pensamento não apenas de Moreira (2021) – conforme já mencionei –, mas de Leila Dumaresq (2016, p. 131), que indica que, na dinâmica da “escuta horizontal”, pesquisador e pesquisado entrelaçam-se num movimento em que os próprios sujeitos questionam o pesquisador sobre seus privilégios e problematizam seu lugar de “normalidade”, enquanto o pesquisador reconhece um saber e uma identidade no outro.

Nesse sentido, nenhuma teoria apresentada nesta pesquisa será considerada hermética, ou capaz de encerrar a questão. Aliás, este é um trabalho de perguntas, não de respostas. São muitas as questões que coloco, e nem sempre proponho fechamentos. Esta é uma tese de questionamentos, provocações que lançam leitores ao debate, ao embate e até mesmo a confusões.

Isso faz com que o desenvolvimento desta pesquisa siga o mesmo movimento de transformação de meu trabalho como psicólogo e pesquisador social no campo da saúde. Tudo aqui se desloca dinamicamente de acordo com o que extraio de cada campo, cotidianamente.

Essa perspectiva evita descomplexificar a discussão através de explicações que buscam causa e efeito tão somente, e admite se deixar afetar (SIQUEIRA; FAVRET-SAADA, 2005) pelas ressonâncias das possíveis descobertas adiante.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu a atenção de gente muito importante no meu percurso pessoal e acadêmico.

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) no que tange à mobilidade internacional. Aproveito a oportunidade para agradecer toda a equipe técnica-administrativa e todos os professores do Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher (PPGSCM) do Instituto Fernandes Figueira (IFF) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Cada pessoa que ali atua traz consigo um certo cuidado e atenção que transformam o IFF num lugar seguro e de afetos que levarei na memória.

Correndo o risco de cometer injustiças, preciso mencionar nominalmente as professoras Ivia Maksud, Martha Cristina Nunes Moreira, Paula Gaudenzi, Suely Ferreira Deslandes, Claudia Bonan Jannotti e Corina Helena Figueira Mendes. O meu respeito por tudo o que representam como mulheres e pesquisadoras é imensurável. Muito, mas muito obrigado por todos os ensinamentos.

Agradeço as contribuições precisas de meu precioso orientador Marcos Antonio Ferreira do Nascimento; palavras não são suficientes para exprimir a gratidão de tê-lo por perto e poder compartilhar de sua inteligência, sensibilidade e afeto na vida acadêmica e pessoal.

Convivi, no decorrer de minha especialização e mestrado, com pesquisadores que me ensinaram o ofício da pesquisa social. Agradeço Sonia Maria Giacomini, Vera Lucia Marques da Silva e Roberto DaMatta pela parceria que já dura alguns anos. Tê-los ao meu lado na vida acadêmica e pessoal é um privilégio que me ajudou até a chegada a este doutoramento.

Agradeço a generosidade, contribuições e críticas da professora Jaqueline Gomes de Jesus no decorrer da escrita desta tese. Minha admiração por seu trabalho é pública e este trabalho não poderia ser realizado sem que você fizesse parte. Obrigado por existir em nossas vidas e por nos ensinar tanto.

Também saúdo as professoras Conceição Nogueira e Liliana Rodrigues, em Portugal, que me acolheram com sensibilidade e me deram novas perspectivas para este trabalho durante meu tempo na cidade do Porto, no meu período de mobilidade

internacional vinculado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Poder encontrá-las foi um presente que guardo neste percurso acadêmico e para minha vida. O Porto e a FPCEUP, definitivamente, não são lugares apenas, são sentimentos, e assim os tenho em meu coração.

Muito obrigado aos meus leais amigos no Rio de Janeiro, Pernambuco e à turma do B.L.I.G no Porto, em Portugal; vocês fizeram e fazem a diferença em minha vida. “Quem sabe, sabe!”. Desculpem as ausências dos últimos quatro anos. Amo vocês.

À Latam Airlines, representada pelo Sr. Jerome Cadier, CEO da companhia no Brasil, meu muito obrigado; a Latam é minha segunda casa, e a empresa – no decorrer dos anos – tem permitido meu desenvolvimento profissional através do meu percurso acadêmico. Me dirijo assim, especialmente, ao atual diretor de aeroportos (Brasil) Derick Barboza, ao coordenador sênior de tripulação de cabine Diogo Carvalho, e, por fim, e ainda mais importante, minha (sempre) supervisora Renata Santos; meus sinceros agradecimentos a vocês, principalmente por permitirem (em tantos níveis) a realização deste doutoramento até seu último dia. Sou grato a cada oportunidade que me foi dada durante todos estes anos na companhia. Aprendo todos os dias com vocês.

A gratidão por minha sócia Marcia Defelippe é imensa. Parceira de consultório e amiga que lidou com tantas ausências minhas por conta desta tese, sempre esteve ali. Firme. Amorosa. Palavras não expressarão jamais o que sinto por você.

Ao meu amigo, companheiro de vida e marido há 26 anos Carlos Eduardo do Prado, só posso dizer que te amo, em toda a falta e complementaridade que envolve o amar. “E.T.A”. Sem você, nada disso teria acontecido. Meu amor por você é sem medida, hoje e sempre.

À toda minha família por todo o apoio e por nunca terem deixado de acreditar em mim. Em especial, à minha avó Denize Almeida (*in memoriam*), contigo eu aprendi o que é amor. Ao meu pai Walter Bezerra e minha mãe Prazeres Vieira por me amarem como eu sou. O afeto em todas as suas nuances mais uma vez tem sido a única via possível para a vida que tenho hoje, perto de vocês. E isso é um privilégio.

Por fim – e mais importante –, reverencio toda a produção teórica, política, artística, acadêmica, “não acadêmica” e militante, oriunda sobretudo de mulheres como Janaína Dutra (1960-2004), Brenda Lee (1948-1996), Keila Simpson, Leila Dumaresq, Sara York, Erika Hilton, Duda Salabert, Letícia Carolina do Nascimento, Jovanna (Baby)

Cardoso, Indianarae, Luana Muniz (1961-2017), Lohana Berkins (1965-2016), Julia Serano e tantas outras travestis e mulheres trans militantes, artistas, acadêmicas, seres humanos no fim de cada dia, potentes articuladoras da luta por direitos humanos ao redor do mundo.

Vocês, travestis e mulheres trans, são muito importantes. E lutemos para que possamos viver em um mundo que reconheça isso. Obrigado pela resistência, pela coragem pioneira.

*Tá lá o corpo estendido no chão
Em vez de rosto, uma foto de um gol
Em vez de reza, uma praga de alguém
E um silêncio servindo de amém
O bar mais perto depressa lotou
Malandro junto com trabalhador
Um homem subiu na mesa do bar
E fez discurso pra vereador
Veio o camelô vender
Anel, cordão, perfume barato
Baiana pra fazer
Pastel e um bom churrasco de gato
Quatro horas da manhã
Baixou o santo na porta bandeira
E a moçada resolveu
Parar, e então
'Tá lá o corpo estendido no chão
'Tá lá o corpo estendido no chão*

João Bosco e Aldir Blanc, letra de **“De frente pro crime”** (1974)

À Princesa (? – 1992), responsável por parte do homem que sou hoje.
À Dandara Kettlyn de Velasques (1972-2017).

“Não por acaso, o objeto preferencial da violência masculina tem sido as mulheres [...], e se dirige às mulheres por razões básicas. Antes de tudo, as mulheres ficam mais vulneráveis pela própria organização cultural que interdita a agressividade feminina”.

João Silvério Trevisan em **Seis balas num buraco só** (1998)

RESUMO

Em 15 de fevereiro do ano de 2017, Dandara Kettlyn de Velasques, de 42 anos, foi espancada, torturada e morta a tiros por cinco homens, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, no Estado do Ceará. Outros três homens assistiam a cena. O assassinato chocou o mundo quando o vídeo de sua execução, gravado por um dos homens envolvidos no crime, viralizou nas redes sociais 18 dias após a sua morte; as fortes imagens mostravam Dandara ensanguentada no chão, recebendo pauladas, chutes e sendo xingada por pelo menos outros quatro homens. Três tiros fatais encerraram sua vida. Partindo desta questão central, esta tese busca contextualizar o termo transfeminicídio, numa ótica transfeminista, dentro do contexto brasileiro; perscrutar algumas particularidades do transfeminicídio no Brasil; e por fim, explorar as possíveis relações entre masculinidades e o transfeminicídio no país numa ótica interdisciplinar entre as ciências sociais, a psicologia e a psicanálise. Conclui-se que o transfeminicídio é uma questão é multidimensional, e representa uma grande confluência de entrecruzamentos de caminhos, e significativos desvios. No emaranhado da esfera social de lógica capitalista, observa-se a alienação de homens autores de violência imersos numa lógica machista, misógina, de corpos que enfileiram-se como numa “linha de montagem”; que corpos importam? Na dimensão subjetiva – no escopo da psicologia e da psicanálise – desejo e repulsa deixam de serem pensadas como categorias antagônicas, para serem apreendidas como complementares – um complexificador da questão da violência, e dos conceitos de abjeção, pureza e perigo. Afinal, por que tantas mulheres transexuais e travestis são brutalmente assassinadas por homens no Brasil?

Palavras-chave: Transfeminicídio; violência; gênero; sexualidade.

ABSTRACT

On February 15, 2017, Dandara Kettlyn de Velasques, 42 years old, was beaten, tortured and shot dead by five men, in the Bom Jardim neighborhood, in Fortaleza, in the State of Ceará. Three other men watched the scene. The murder shocked the world when the video of her execution, recorded by one of the men involved in the crime, went viral on social media 18 days after her death; the strong images showed Dandara bloodied on the ground, being beaten, kicked and cursed by at least four other men. Three fatal shots ended her life. Starting from this central issue, this thesis seeks to contextualize the term trans femicide, from a transfeminist perspective, within the Brazilian context; scrutinize some particularities of trans femicide in Brazil; and finally, to explore the possible relations between masculinities and trans femicide in the country from an interdisciplinary perspective between social sciences, psychology and psychoanalysis. This thesis concludes that trans femicide is a multidimensional issue, and represents a great confluence of paths crossing, and significant deviations. In the tangle of the social sphere of capitalist logic, one can observe the alienation of men who are perpetrators of violence immersed in a macho, misogynistic logic, of bodies that line up as in an “assembly line”; what bodies matter? In the subjective dimension – in the scope of psychology and psychoanalysis – desire and repulsion are no longer thought of as antagonistic categories, to be apprehended as complementary – a complexifier of the issue of violence, and of the concepts of abjection, purity and danger. After all, why are so many transsexual and transvestite women brutally murdered by men in Brazil?

Keywords: Transfemicide; violence; gender; sexuality.

SUMÁRIO

FICHA CATALOGRÁFICA	V
DO LUGAR DE ONDE FALO, PEÇO VOSSA LICENÇA.....	VI
UM PAPO RETO COM UMA TRAVESTI POTENTE	VII
PRA COMEÇO DE CONVERSA OU UMA INTRODUÇÃO INSUBORDINADA	X
AGRADECIMENTOS	XVII
INTRODUÇÃO: TÁ LÁ O CORPO QUE NÃO IMPORTA	23
Apresentando Dandara	23
a. Objetivos.....	24
b. Passos metodológicos e modos de pensar o transfeminicídio	24
b.1 O ambiente digital como campo de pesquisa durante a pandemia de SARS-CoV-2 (2020 e 2021).....	25
b.2 Incursões etnográficas na cidade do Porto, em Portugal.....	33
c. Para pensar o transfeminicídio: esclarecimentos sobre os termos “arqueologia” e “estruturas”.....	37
c.1 Um “flerte” entre Foucault e Marx	40
d. O transfeminicídio na literatura acadêmica	42
e. Pensando a tese	44
PARTE 1 – CONHECENDO O TERRENO.....	47
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZANDO O TRANSFEMINICÍDIO	48
1.1 Entendimentos basilares sobre o termo transfeminicídio: dois pontos de partida	48
1.2 O femicídio de Russell e o feminicídio de Lagarde.....	50
1.3 O pensamento feminista interseccional e o transfeminismo.....	53
1.4 Imbricações entre Estado, violência, saúde, identidades e expressões de gênero	55

1.5 Transfeminicídio, misoginia e masculinidade: algumas imbricações com a Psicanálise	62
1.6 Pensando a violência entre o social e o sexual.....	67
CAPÍTULO 2 – ALGUMAS PARTICULARIDADES DO TRANSFEMINICÍDIO NO BRASIL	75
2.1 Paradoxo ou complementaridade?	75
2.2 Números curiosos.....	79
2.3 <i>Phallus</i> : algumas imbricações com a Psicanálise.....	82
2.3.1 Desejo <i>en passant</i>	83
PARTE 2 – DISSECANDO O TERRENO	89
CAPÍTULO 3 – O HOMEM COM “H” E SUAS FACES.....	90
3.1 Colonialidade e globalização: consequências nefastas para o feminino?	100
3.2 O gênero e os estudos sobre masculinidades	104
3.3 O mito fantasmagórico do “homem com H”.....	112
3.3.1 Violência e Agressividade: alguns esclarecimentos.....	115
3.4 Dandara e os cabras-machos de Fortaleza: por uma Arqueologia da violência	119
3.5 “[...] E que história é essa de cabra-macho?”	130
3.6 Os últimos golpes: o masculino, o feminino e o conceito de abjeção.....	135
CON ([f]cl) USÕES.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DA CEP	168
ANEXO II - 43 SEGUNDOS (OU 43 FRAGMENTOS IMAGÉTICOS DE UMA EXECUÇÃO TRANSCRITA)	169

INTRODUÇÃO: TÁ LÁ O CORPO QUE NÃO IMPORTA

“Mas talvez ainda não se saiba o suficiente sobre a natureza da violência que as pessoas trans sofrem no Brasil”. (Berenice Bento, em “Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil”¹³).

Apresentando Dandara¹⁴

Em 15 de fevereiro do ano de 2017, Dandara Kettlyn de Velasques, de 42 anos, foi espancada, torturada e morta a tiros por cinco homens, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, no Estado do Ceará. Outros três homens assistiam a cena. O assassinato chocou o mundo quando o vídeo de sua execução, gravado por um dos homens envolvidos no crime, viralizou nas redes sociais 18 dias após a sua morte. As fortes imagens mostravam Dandara ensanguentada no chão, recebendo pauladas, chutes e sendo xingada por pelo menos outros quatro homens. Três tiros fatais encerraram sua vida.

Um ano e 49 dias após o assassinato da travesti cearense Dandara, em 2018, seis dos oito homens envolvidos no episódio foram condenados por homicídio triplamente qualificado, por motivo torpe, meio cruel e sem chance de defesa para a vítima, com penas que variam entre 14 e 21 anos de prisão. Dois outros homens, à época foragidos, tiveram destinos distintos. Um morreu antes do julgamento e o outro somente em 2021 foi condenado a 16 anos de prisão pelo crime. Outros quatro adolescentes também participaram da execução – após cumprirem medidas socioeducativas, seus paradeiros são desconhecidos.

A defesa dos assassinos baseou-se na narrativa de que Dandara havia sido flagrada cometendo um roubo nas redondezas e que, no momento em que foi descoberta, foi alvo de linchamento pelos presentes. Nenhum dos homens admitiu que pretendia tirar a vida dela. Num contraponto, em seu relato em audiência pública na Câmara dos Vereadores

¹³Revista CULT, 24 de junho de 2015. Disponível digitalmente em: <https://revistacult.uol.com.br/home/veronica-bolina-e-o-transfeminicidio-no-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

¹⁴ O conjunto de informações apresentado nesta tese é resultado de um extenso acompanhamento das notícias publicadas pelos principais meios de comunicação sobre o assassinato de Dandara. Foram considerados para esta apresentação as notícias publicadas entre os anos de 2017 e 2021 pelo jornal O Estado de Minas e pela Folha de São Paulo.

de Fortaleza¹⁵, Francisca Ferreira de Vasconcelos – mãe de Dandara – relembrou detalhes do crime e falou sobre a atuação da polícia. Diz Francisca:

Colocaram meu filho num carrinho de mão e levaram para uma esquina [...] foram 20 minutos de ligações [para a polícia] e não compareceu nenhum policial. **Os vizinhos ouviram os bandidos falarem 'vamos queimar ele, que ele não quer morrer'**. Se o vídeo não tivesse vazado, quem iria saber? Quantos já não teriam feito a mesma coisa, depois de Dandara? (meu grifo)

A tortura a que Dandara foi submetida por seus assassinos e sua morte foram disponibilizadas na época em redes sociais digitais como o *Youtube* e propagadas pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Além de, claro, exposta aos olhos dos vizinhos que assistiam às cenas chocantes pela janela de suas casas. As mesmas imagens serviriam – após a mobilização de organizações não governamentais – como única prova para a identificação, julgamento e condenação dos criminosos.

a. Objetivos

Afinal, por que tantas mulheres transexuais e travestis são brutalmente assassinadas por homens no Brasil? Partindo desta questão central, especificamente, objetiva-se:

- (a) contextualizar o termo transfeminicídio numa ótica transfeminista dentro do contexto brasileiro;
- (b) perscrutar algumas particularidades do transfeminicídio no Brasil;
- (c) explorar as possíveis relações entre masculinidades e o transfeminicídio no país numa ótica interdisciplinar entre as ciências sociais, a psicologia e a psicanálise.

b. Passos metodológicos e modos de pensar o transfeminicídio

Por se tratar de uma tese interdisciplinar, proponho um estudo de metodologia qualitativa que dialoga com pesquisas e debates sobre violência, violência de gênero, sexualidade, subjetividade e masculinidades numa ótica transfeminista interseccional, e

¹⁵ A reportagem completa está disponível em https://www.huffpostbrasil.com/2018/05/17/combate-a-LGBTQIA+Tfobia-o-depoimento-da-mae-de-dandara-dos-santos-e-a-brutalidade-da-transfobia-no-brasil_a_23437198/. Acesso em: 29 set. 2018.

que tem como base teórica autores das ciências sociais, da psicologia e da psicanálise.

Este estudo também dá destaque – entre os anos de 2020 e 2021 – ao ambiente digital como possibilidade de campo de pesquisa (COUTINHO, 2020; PINK *et al.*, 2016; BOELLSTORFF *et al.*, 2012; MILLER; HORST, 2013; MILLER, 2018), em aspectos que serão esclarecidos mais adiante.

Posteriormente, já no período de mobilidade internacional em Portugal, empreendi um percurso etnográfico não programado de certa convivência com alguns homens cisgênero, brasileiros e portugueses, com idades entre 21 e 34 anos, autodeclarados heterossexuais e interessados em sexo casual e/ou relacionamentos afetivos com mulheres trans e travestis na cidade do Porto. Muito embora os dados obtidos desta convivência sejam utilizados apenas de modo auxiliar, eles vem ao encontro de muitas leituras sobre o campo das masculinidades, por isso, serão utilizados lateralmente em minhas análises em momentos oportunos.

Diante de tais particularidades, traço, logo a seguir, um rápido panorama de como o ambiente digital se ressignificou nestes anos pandêmicos como campo de pesquisa para pensar o transfeminicídio. Em seguida, mais adiante, exponho sucintamente as bases do que considero aqui um trabalho etnográfico não programado na cidade do Porto.

Por fim, e de modo a embasar estes passos, esclareço ao leitor as particularidades de minha escolha pelos termos “arqueologia” e “estruturas” no decorrer da tese, e indico meu “flerte” com a genealogia foucaultiana para pensar sobre o transfeminicídio.

b.1 O ambiente digital como campo de pesquisa durante a pandemia de SARS-CoV-2 (2020 e 2021)

Este foi um trabalho de pesquisa desenvolvido desde o ano de 2019 – e também durante boa parte da pandemia de SARS-CoV-2 (popularmente conhecida como COVID-19/Coronavírus). O início dos trabalhos de campo se deu no Brasil nos anos de 2020 e 2021, logo após a qualificação do projeto em março de 2020 para, em seguida, se desenvolver entre os meses de outubro de 2021 e março de 2022, na Universidade do Porto, em Portugal, momento em que algumas regras de isolamento social já haviam sido flexibilizadas em muitos países da Europa.

A discussão sobre pesquisas no ambiente virtual não é novidade. Christine Hine (2004), uma das pioneiras a analisar as interações sociais em contextos virtuais

problematizando a utilização do método etnográfico nesses ambientes, indica em *Etnografía Virtual* que, ao longo das décadas, a internet tem se tornado uma grande transformadora do modo como os sujeitos adquirem conhecimento e se relacionam. Um dos argumentos utilizados por Hine (2004, p. 13) é o de que o agente de transformação no modo como os sujeitos se relacionam com o mundo “não é exatamente a tecnologia nela própria, mas seus usos e as construções de sentido ao redor dela”¹⁶.

De fato, redes sociais (*Twitter, Facebook e Instagram*, redes de compartilhamento de fotos e vídeos), aplicativos para encontros (*Tinder, Grindr, Scruff*), plataformas de troca instantânea de mensagens de texto, fotos e vídeos (*Telegram, Facebook Messenger, WhatsApp*) e aplicativos digitais financeiros (de bancos, instituições de investimentos, câmbio monetário) reúnem todos os tipos de pessoas, grupos e comunidades, dinamizando as relações. Como pontua Vera Lucia Marques da Silva (2015, p. 17),

[...] como vem sendo recorrentemente salientado com o desenvolvimento do ciberespaço e o fortalecimento das redes sociais, a internet hoje se apresenta como um novo e importante espaço de sociabilidade, onde é possível conhecer e reencontrar pessoas, fazer compras, estudar, trabalhar e se informar. Totalmente inserida na vida cotidiana de uma significativa parcela da sociedade mundial, não é possível mais se colocar à parte desse espaço. Por conta disso, tornou-se também uma mídia de importância estratégica em diversos processos de luta política, seja como fórum de debates, seja como meio de organização de manifestações políticas, por exemplo.

Contudo, uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento de pesquisas em ambientes digitais indica um deslizamento do termo “virtual” (cunhado no final dos anos 1990) para o que pesquisadores chamam de “digital” (DESLANDES; COUTINHO, 2020; PINK *et al.*, 2016; BOELLSTOFF *et al.*, 2012).

Beatriz Polivanov, em “*Etnografía virtual, netnografía ou apenas etnografía? Implicações dos conceitos*” (2013), aponta que:

[...] ainda que haja especificidades da comunicação mediada por computador quanto à interação e linguagens em pesquisas na internet e “fora” dela, elas se dão em ambientes que não devem mais ser tratados como não-lugares ou em termos de real versus virtual como sugerem alguns conceitos. (POLIVANOV, 2013, p. 69).

¹⁶ Tradução livre do trecho: “*Nuestro argumento sugiere que el agente de cambio no es la tecnología en sí misma, sino los usos y la construcción de sentido alrededor de ella*” (HINE, 2004, p. 13).

O arcabouço teórico sobre a etnografia, até então entendida como “virtual” nos debates mais clássicos de Hine, passa a ser tratado nos últimos anos a partir do termo “etnografia digital”. Heather Horst e Daniel Miller (2012, p. 3), em *Digital Anthropology* – uma coletânea de artigos organizados que tratam sobre o tema –, indicam que “o ambiente digital deveria, e pode, ser um meio efetivo para se refletir sobre o que é humano, a principal tarefa da Antropologia como disciplina”¹⁷. De modo geral, os autores apontam que o mundo contemporâneo tem proposto novas abordagens no desenvolvimento de pesquisas etnográficas. Ao longo das últimas décadas, com o desenvolvimento da internet e das plataformas digitais, tornou-se notória a presença do que é “digital” no cotidiano de muitas pessoas. Tal entendimento também faz parte das reflexões de Deslandes e Coutinho (2020, p. 3), que afirmam que:

[...] a Internet faz parte de uma cultura material que potencializa formas culturais de relacionamentos entre as pessoas. Baseando-se em seus referentes culturais, as pessoas criam formas de se relacionar com cada uma dessas mídias, acionando valores, estéticas e moralidades de seu grupo social.

Pessoas se reúnem em grupos de interesse, comunidades realizam trocas, atividades pessoais e profissionais são realizadas; tal percepção tem se solidificado desde março de 2020, com os desafios que a pandemia de Covid-19 tem apresentado à população mundial. Com o isolamento social, as pessoas mudaram seus hábitos de consumo e muitos negócios ao redor do planeta se reinventaram para uma nova realidade – hábitos foram reprogramados, novos comportamentos foram instituídos em contextos profissionais e pessoais. Um cômodo da casa passou a ser o lugar de trabalho, o telefone celular se tornou ainda mais um elemento constitutivo dos sujeitos e pelas pequenas telas de *tablets* e *smartphones* as pessoas estabeleceram mais engajamento digital. Foi possível assistir a aulas, realizar reuniões de trabalho, entrevistas de emprego, promover festas de confraternização, uma infinidade de tarefas que migraram do mundo analógico para o ambiente digital. Sob esta perspectiva, Pink e colaboradores (2016, p. 20) indicam que “o digital se desdobra como parte do mundo que coabitamos”. Além disso, ao utilizar material oriundo das redes sociais, encontro apoio no que Carlos Alberto de Carvalho, Leandro Lage e Elias Serejo (2018) indicam sobre pesquisas que se utilizam de fontes

¹⁷ Tradução livre do trecho: “*The digital should and can be a highly effective means for reflecting upon what it means to be human, the ultimate task of Anthropology as a discipline*”. Também disponível digitalmente em: <https://www.ucl.ac.uk/anthropology/people/academic-and-teaching-staff/daniel-miller/digital-and-human-prospectus-digital-anthropology-1>. Acesso em: 06 dez. 2020.

audiovisuais; para os autores, os registros audiovisuais incorporados pela mídia podem revelar dinâmicas sociais e desafios morais que envolvem um leque de questões, incluindo a LGBTfobia e suas consequências.

Contudo, ainda que o digital esteja muito presente no cotidiano de muitos pesquisadores, me coloco uma questão: o quanto os ambientes digitais, métodos e metodologias que tratam disso estão redefinindo a pesquisa dita tradicional, presencial, em campo?

Um primeiro ponto me chama atenção: numa discussão mais recente, Edmea Santos, Terezinha Fernandes e Sara York (2022) abordam, no artigo “Ciberfeminismo em tempos de pandemia Covid-19: lives (trans)feministas”, a importância de considerar o ambiente digital como um “campo, objeto e dispositivo de debates, lutas e ações nos novos ativismos insurgentes” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 78). Resumidamente, as autoras propõem que as *lives* podem ser consideradas “espaços multireferenciais” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 77) de aprendizagem que se beneficiam da emergência e desenvolvimento do que Heloísa Buarque de Hollanda (2018) chama de explosão feminista que povoa o ciberespaço. Dessa maneira, plataformas *online* que congregam determinados grupos em rede “forjam coletivos, metodologias, múltiplas linguagens e dispositivos de atuação *online*” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 80) que impactam diretamente na produção de conhecimento.

Ainda que esta questão esteja longe de ser encerrada, um segundo ponto chama atenção. Deslandes e Coutinho (2020), Boellstorff, Nardi, Pearce e Taylor (2012) e Miller e Horst (2012, 2013) reconhecem mudanças nos processos de pesquisa ao indicarem especificamente o papel da antropologia digital em desafiar os conceitos que tradicionalmente definiram as unidades de análise de uma etnografia tradicional. Para os autores, uma etnografia digital vai além de simplesmente traduzir conceitos e métodos tradicionais para uma pesquisa digital; também apontam que, uma vez que a etnografia pode ser realizada digitalmente, o etnógrafo reconhece que as mídias digitais também proporcionam um contato possível com agentes humanos e contextos culturais diversos. Isto é, as mídias digitais permitem ao pesquisador assistir o que acontece, ouvir o que é dito e até mesmo perguntar questões. Com isso, pesquisas que lançam mão de uma etnografia digital podem – em certa medida – produzir um relato ricamente escrito de

determinadas experiências humanas¹⁸. Isto dialoga diretamente com a questão discutida por Santos, Fernandes e York (2022) anteriormente.

Especificamente sobre um fazer etnográfico que se utiliza de material digital, Pink e colaboradores (2016), em *Digital Ethnography Principles and Practice*, examinam sete conceitos-chave na teoria social e cultural que podem ser usados para o *design* e análise de pesquisas etnográficas. Segundo os autores, os conceitos foram selecionados para

[...] representar uma gama de diferentes percursos de abordagem ao mundo social, ou seja: através de experiências (o que as pessoas sentem); práticas (o que pessoas fazem); coisas (os objetos que fazem parte de nossas vidas); relacionamentos (nossos ambientes sociais íntimos); mundos sociais (os grupos e configurações sociais mais amplas por meio dos quais as pessoas se relacionam); localidades (os contextos fisicamente compartilhados reais que habitamos); e eventos (a união de diversas coisas em contextos públicos). (PINK *et al.*, 2016, p. 34).

Ainda de acordo com os autores, esses conceitos são historicamente parte das Ciências Sociais e seguem no centro das pesquisas acadêmicas em humanidades. Contudo, argumentam que os sete conceitos escolhidos também podem ser usados de forma eficaz para entender e pesquisar em ambientes digitais, uma vez que esses conceitos – assim como na antropologia dita “tradicional” – também podem ser remodelados em resposta às maneiras como nós nos relacionamos etnograficamente com outros mundos digitais.

Tom Boellstorff (2012, p. 40), em *Rethinking Digital Anthropology*, também aponta para o fato de que a antropologia digital “é uma técnica e, portanto, um domínio de estudo [...]”. De um modo provocativo, Boellstorff ainda indica que “se o digital nada mais é do que um sinônimo de mediação pela Internet, então toda antropologia é agora antropologia digital de alguma forma [...]”¹⁹.

Com o risco de simplificar a questão, concordo com a perspectiva de Boellstorff no que tange à ideia de que a internet intermedeia uma relação entre o usuário e aquilo que ele busca. Contudo, vou além e reflito que, ao realizar o movimento do clique no *mouse* com o dedo indicador em determinado *link* de interesse ou arquivo presente no computador, *tablet* ou *smartphone*, há na escolha do sujeito, e, na passagem ao ato do

¹⁸ Ver mais sobre o fazer etnográfico em O'REILLY, K. *Ethnographic Methods*. London: Routledge, 2005.

¹⁹ Tradução livre do trecho: “If digital is nothing more than a synonym for Internet-mediated, then all anthropology is now digital anthropology in some way, shape or form” (BOELLSTORFF, 2012, p. 40).

clique especificamente, uma certa marca “digital” ou impressão digital particular que expressa não apenas uma escolha objetiva, mas um desejo – categoria que, muitas vezes, causa estranheza a muitos pesquisadores. A pensar.

De um modo geral, a principal proposta dos autores que se dedicam a entender o ambiente digital como campo de pesquisa é que pesquisadores podem se permitir criar uma concepção de antropologia digital, levando em consideração que existe hoje – entre muitos outros estudiosos – uma “noção desinformada do digital” (BOELLSTORFF, 2012, p. 39).

Nessa ótica, o conjunto de leituras sobre a internet como campo de pesquisa indica que cabe ao pesquisador que deseja trabalhar com uma antropologia digital desenvolver a capacidade de elaborar agendas de pesquisa e paradigmas teóricos capazes de articular tecnologia e cultura em seus estudos.

No primeiro capítulo de *Ethnography and Virtual Worlds: A Handbook of Method*, Boellstorff, Nardi, Pearce e Taylor (2012, p. 1) propõem o estudo dos mundos digitais como lugares válidos de práticas culturais,

[...] procurando entender como eles se parecem e como eles diferem de outras formas de cultura. Fazemos isso imergindo nossos egos corporificados dentro das culturas de interesse, mesmo quando essa incorporação está na forma de um avatar, a representação de si mesmo nesses espaços [...]. Agora enfrentamos um contemporâneo momento em que a frase “neste mundo” exige uma nova investigação. Com o surgimento dos mundos virtuais, encontramos novas possibilidades para a cultura humana, mesmo quando descobrimos continuidades com o mundo físico de longa data convenções e práticas²⁰.

Contudo, como bem pontua Polivanov (2013, p. 65), uma questão central vai pautar boa parte das discussões e as implicações de pesquisas no mundo virtual; afinal, “pode-se considerar o ciberespaço efetivamente um lugar?”. Atento às referências bibliográficas propostas por Polivanov, me deparo com o artigo “*Authenticity Online: Using Webnography to Address Phenomenological Concerns*”, de Leighton Evans (2010). Nele, o autor chama atenção para o conceito de etnografia virtual – trazendo uma nova nomenclatura – “Webnografia” – e problematiza questões como a noção de “campo”

²⁰ Tradução livre do trecho: “*We aim to study virtual worlds as valid venues for cultural practice, seeking to understand both how they resemble and how they differ from other forms of culture. We do this by immersing our embodied selves within the cultures of interest, even when that embodiment is in the form of an avatar, the representation of self in these spaces*” (BOELLSTORFF; NARDI; PEARCE; TAYLOR, 2012, p. 1).

no ambiente digital. Diz o autor:

[...] a etnografia virtual pode utilizar uma série de ferramentas baseadas em mediação por tecnologia com métodos de coleta de dados, a fim de coletar os dados que podem ser usados na construção do perfil etnográfico de uma comunidade. [...] a imersão em um caso particular, a referência a um específico localidade e observação participante (por exemplo, em salas de chat) ainda são os pilares da pesquisa etnográfica, mesmo quando usando a internet como o ambiente de pesquisa. No entanto, a noção de campo em si é radicalmente alterada; já que o campo agora é o texto em uma tela e o grupo de pessoas envolvidos na comunidade podem estar espalhados pelo mundo na geografia física - no entanto, compartilhando o mesmo espaço, graças ao uso da tecnologia²¹.

A discussão sobre a noção de “campo” no ambiente digital também aparece nos escritos de Deslandes e Coutinho (2020). Para os autores, se, no campo tradicional, o pesquisador emprestaria seu próprio corpo e subjetividade a um convívio “no mundo do vivido” (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 6), “na pesquisa digital esses termos de ancoragem da produção do conhecimento (território, comunidade/grupo, corpo) serão diferentes” (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 6). Ainda segundo os autores, “os agrupamentos que surgem nas redes sociais e mantêm laços entre si não têm uma base territorial, mas um ‘ciber-lugar’, simbolicamente definido em torno de um tema interesse, que pode ser fugidivo ou mais permanente [...]” (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 6). Nesse sentido, o “campo” da pesquisa digital seria compreendido muito mais como um “fluxo” do que um “lugar”; isto é, o campo digital seria “uma rede de conexões que entrecruzam interações cotidianas distintas, ancoradas em muitas plataformas e ambiências tecnológicas, e o mundo *offline*” (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 6).

O intrigante aqui é que cabe uma questão: não seria o próprio campo de pesquisa tradicional também um fluxo ao invés de apenas um território? Isto é, assim como o campo digital, o campo tradicional não seria um rede de conexões que se entrecruzam cotidianamente no processo de produção de conhecimento?

²¹ Tradução livre do trecho: “*The virtual ethnography can utilise a number of computer-based methods of data collection in order to collect the data that can be used in the construction of the ethnographic profile of a community. According to Miller and Slater the immersion in a particular case, the reference to a specific locality and participant observation (e.g. in chat rooms) are still the cornerstones of ethnographic research, even when using the Internet as the research environment. However, the notion of the field itself is radically altered; since the field is now text on a screen and the group of people involved in the community can be scattered worldwide in physical geography - however, sharing the same space as one another thanks to the use of the technology*” (EVANS, 2010, pp. 11-12).

Em relação à questão, encontro nas reflexões de Polivanov (2013) uma pista para compreender que, mesmo na etnografia digital, mantém-se as bases da etnografia clássica; sobre isso, a autora indica que:

[...] não obstante, [...] as bases da etnografia devem ser mantidas quando se usa a internet como lugar de pesquisa. Tais bases seriam a imersão em um caso particular, a referência a uma localidade específica e a observação participante.

Tomando emprestado de Miller e Horst (2013, p. 20) a ideia de que “a apreensão antropológica é recusar-se a permitir que o digital seja visto como um artifício ou, na verdade, como mera tecnologia” e considerando as discussões sobre as particularidades quanto interação, linguagem, geografia e formas de entrada no campo de pesquisa através da internet – indico então que foi possível desenvolver parte desta pesquisa nos moldes de uma etnografia digital.

É notório que a pandemia de Covid-19 trouxe questionamentos, dilemas e desafios para pesquisadores envolvidos em pesquisa social. Respeitando o distanciamento social desde fevereiro de 2020, pesquisas que essencialmente priorizavam uma convivência cotidiana presencial foram suspensas. Diante da limitação de ir à campo presencialmente durante o ano de 2020, e em parte do ano de 2021, reforço que priorizar o ambiente digital foi uma estratégia para o trabalho inicial de contextualização do termo transfeminicídio, e para a busca de dados que denunciassem os números alarmantes e curiosos sobre o transfeminicídio. A impossibilidade de desenvolver a pesquisa presencialmente no decorrer da primeira metade do doutorado me conecta então, diretamente, ao ambiente digital em uma série de depoimentos, debates, entrevistas e relatos – de domínio público – promovidos por pesquisadoras e ativistas trans brasileiras durante a pandemia e que foram, sem dúvida, uma fonte de conhecimento precioso para esta tese.

Portanto, como alternativa ao trabalho de campo inicial, que considerava entrevistas e um convívio com o movimento social de travestis e mulheres transexuais nos dois primeiros anos do doutoramento, dediquei atenção aos debates *online*, de modo a buscar elementos para uma contextualização do termo transfeminicídio. Em uma perspectiva geral, esta decisão se beneficia do que Deslandes e Coutinho (2020, p. 3) definem como um “borramento de fronteiras entre real/virtual e a pesquisa mediada por tecnologia”, o que permite pensar que os limites entre o que é *offline/online* são facilmente questionáveis (HINE, 2000; MILLER; HORST, 2016; PINK *et al.*, 2016; HORST;

MILLER, 2012).

Através de minhas incursões digitais junto ao movimento social que se fez presente em debates *online* sobre transfobia, transfeminicídio e transfeminismos, pude interagir com determinados contextos sociais e culturais. Com isso, as plataformas e mídias digitais apresentam-se como fontes desafiadoras para algumas investigações e reflexões. Além disso, conforme Deslandes e Coutinho (2020, p. 9) concluem,

[...] a pesquisa nas ambiências digitais descortina um campo exponencial de possibilidades, seja de explorar as formas que essa socialidade assume em nossos cotidianos, como modula nossas (inter)subjetividades, como permite a produção de narrativas e performances identitárias, associações para propósitos diversos, entre tantas outras possibilidades. Oferece ainda generosamente acervos sobre quase todas as práticas sociais imaginadas. Nos exige, portanto, o corajoso exercício da criatividade, intuição e espontaneidade - qualidades que se aliam ao rigor teórico, à clareza conceitual e ao respeito ético às alteridades.

Não obstante, trata-se também de reconhecer que existe um ativismo digital que tem – em algum grau – estimulado a academia a dialogar cada vez mais com os movimentos sociais (CUNHA; YORK, 2020). Assim, concentrei-me em debates pontuais das ativistas e pesquisadoras Jovanna Baby, Sara Wagner York, Neon Cunha, Letícia Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus, em encontros digitais síncronos ou assíncronos (popularmente conhecidos no Brasil como *lives*²²) que ocorreram na plataforma *Instagram* – em perfis de domínio público – entre os meses de maio do ano de 2020 e novembro do ano de 2021²³.

b.2 Incursões etnográficas na cidade do Porto, em Portugal

O período de mobilidade internacional foi marcado pelo afrouxamento de algumas regras de isolamento e distanciamento social – e pela consequente retomada gradual do convívio com professores e colegas no ambiente acadêmico.

Junto a este contexto, e ao formar uma rede básica de contatos relacionados ao tema da pesquisa na cidade do Porto, tive o privilégio de construir um pequeno grupo de

²² Transmissões ao vivo (e em alguns casos disponibilizados assincronamente) pela plataforma *Instagram*. Trad. livre do termo: ao vivo.

²³ É necessário esclarecer que, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 510/2016 (BRASIL, 2016), pesquisas que utilizam informações de domínio público estão desobrigadas de registro e avaliação pelo sistema de Comitês de Ética em Pesquisa.

sociabilidade e convivência com algumas travestis e mulheres trans brasileiras residentes na cidade. Eventualmente e em ocasiões muito específicas, pude conhecer alguns de seus parceiros sexuais ocasionais ou fixos. Este fato levantou uma série de questionamentos sobre como incorporar essas experiências pessoais e que foram muito importantes no contexto da tese.

Durante os meses na cidade do Porto, busquei observar e ouvir atentamente cada uma das pessoas com quem estabeleci convívio. Nesse sentido, uma questão central sobre minha incursão etnográfica não programada previamente me suscitou algumas reflexões; afinal, qual deveria ser o limite de minha observação e como as experiências de convívio social refletiriam nesta pesquisa?

Desde já, esclareço que opto por utilizar, no decorrer da tese, alguns elementos de meu caderno de campo de modo auxiliar para embasar algumas reflexões. O caderno de campo, portanto, é utilizado lateralmente às reflexões teóricas aqui contidas.

Contudo, sigo alguns parâmetros que aqui explico.

Segundo Hélio Silva (2009), uma etnografia se forjaria a partir da articulação simultânea de três atitudes: o situar, o observar e o descrever. Para o autor, além de ser uma “incógnita” (por se tratar de uma experiência dinâmica), as observações etnográficas não poderiam ser um “acúmulo de miudezas” estáticas, como um “quadro no museu” – que contemplamos de uma determinada distância. Ao pesquisador, caberia observar a partir “das entranhas” do que ele deseja investigar (SILVA, 2009, p. 174). Com isso, Silva indica que a etnografia representaria uma espécie de *travelling* a um outro universo, através do estreitamento dos laços nas interações estabelecidas durante as situações imprevisíveis que o campo pode oferecer (BEZERRA, 2019).

Foi exatamente o que me propus a fazer no meu período na cidade do Porto. Uma vez que me percebi situado, observando e descrevendo experiências em meu diário de campo, tratei de realizar pequenas incursões não somente na vida das pessoas que conheci, mas em meus próprios pensamentos. Muito mais importante do que colecionar fatos em meu diário, tratei de compreender como a convivência com um novo grupo de pessoas me afetou. Os seis meses de convívio e reflexões resultaram em muitas páginas que compõem meu diário de campo. Nele, há não apenas fatos e es(his)tórias escutadas em cada encontro, mas impressões de como essa convivência transformou meu modo de pensar conceitos tão basilares em meu cotidiano pessoal e na minha prática clínica. Digo

que a experiência de mobilidade internacional e a possibilidade de uma experiência etnográfica no Porto me proporcionaram realizar algumas torções em entendimentos nos âmbitos do gênero e da sexualidade para pensar questões, – por exemplo – o desejo e a repulsa no que se refere à violência – questões aprofundadas no decorrer da tese.

Uma forte influência para meus trabalhos etnográficos tem sido o pensamento do antropólogo Roberto DaMatta (1978; 1981; 1997; 2010). Seus ensinamentos em meu mestrado em ciências sociais me colocaram diante da sua ideia de que o fazer etnográfico é dinâmico e exige de nós pesquisadores a consciência de que podemos observar e eventualmente perguntar esperando respostas, “mas não podemos prever efetivamente como será essa resposta” (DAMATTA, 2010, p. 37). Tal proposição pode parecer óbvia, mas guarda uma espécie do que chamo de “feitiço”, ou um encantamento vivido no processo etnográfico, na medida que o fazer etnografia – ao contrário do trabalho clínico como psicólogo – borra (ou estilhaça) as fronteiras entre o pesquisador e determinado grupo social. Etnografar tem me lançado a terrenos onde tenho pouco ou nenhum controle sobre o que vou escutar e como acabo sendo afetado. Além disso, ao me entregar mais uma vez ao processo de etnografar – agora no doutorado –, foi comum perceber a repetição de termos específicos, adotando alguns costumes e – de fato – sentindo-me parte daquele grupo. Da mesma forma que, ao encerrar o trabalho e retornar ao Brasil, inevitavelmente aquele afastamento me causou saudade, uma certa tristeza ou o tal “*anthropological blues*” (DAMATTA, 1978, p. 30). Diz DaMatta (1978, p. 30) que seria possível dizer que “o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção [...]. Estes seriam, para parafrasear Lévi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica”. Na situação etnográfica, não é apenas não saber o que vamos escutar, é deixar-se levar – em algum nível – por aquilo que escuto e vivo junto ao grupo que escolho conhecer, para somente depois me submeter às teorias e assim efetuar reflexões.

No decorrer dos meses de outubro de 2021 a março de 2022, ao frequentar alguns bares LGBTQIA+ no Porto, pude dialogar informalmente com algumas travestis e mulheres trans brasileiras inseridas nestes espaços. Através de algumas delas, pude estar em contato com alguns homens autodeclarados heterossexuais, assumidamente parceiros sexuais (fixos ou ocasionais) de algumas dessas mulheres com quem mantive contato mais direto. Alguns desses homens, à medida que certa convivência e confiança foram estabelecidas no decorrer dos meses, apresentaram pouca ou nenhuma dificuldade em

admitir sua admiração e desejo por “todos os tipos de mulheres”. A expressão, cunhada por alguns deles, me chamou atenção e me impeliu a buscar elementos que evidenciassem particularidades sobre o interesse deles por travestis e mulheres trans. Ainda que algumas barreiras tenham se apresentado desde o início destas interações, minhas incursões a estes grupos – como um homem *gay* –, se beneficiaram do que alguns autores identificam como uma construção da identidade sexual que ultrapassa os limites impostos por uma heteronorma (POLICARPO, 2016). Minha presença entre eles foi gradativamente se tornando objeto de escrutínio, curiosidade e interesse, o que será explorado – na medida do possível – na segunda parte da tese.

Gilberto Velho (2011), em “Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento”, expõe a importância – no trabalho etnográfico – de compartilhar uma “convivência” que possibilitaria a quem pesquisa enxergar além do fenômeno. Nesse sentido, Velho propõe – a partir das relações estabelecidas no fazer etnográfico – um encontro do etnógrafo como a “complexidade dos indivíduos e das relações sociais” (VELHO, 2011, p. 173). O autor ressalta a importância de levar em conta as aparências, mas que também seria necessário ir além delas, mantendo em mente que, por maior que seja o nosso esforço de compreensão, haverá sempre algo que nos escapa (BEZERRA, 2019).

De fato, tenho a consciência de que muito me escapou; “Vlad é gay, não vai entender!”, diziam muitos homens com quem convivi. Contudo, a proximidade a este grupo de homens se deu pelo interesse particular de alguns destes homens pelo tema de minha pesquisa. Lembro quando, em certa noite, em momento de socialização em um bar, um dos homens me perguntou o que eu estava especificamente a estudar. Lancei mão de um dos questionamentos que venho fazendo a mim mesmo nos últimos dois anos e meio e ofereci uma pergunta de volta: por que matamos tantas mulheres trans e travestis se também as desejamos? A pergunta, ainda que direcionada a D²⁴, foi escutada por alguns outros presentes à mesa. A partir dali, instaurou-se um certo burburinho no grupo, ainda que eu mesmo, provocativamente, tenha me incluído na questão; ao mesmo tempo, o assunto passou a ser trazido em outras oportunidades em forma de curiosidade.

Com o passar das semanas, e à medida que ganhei mais acesso ao grupo, o questionamento inicial ressurgia de outros modos: “como anda a pesquisa?”, “já achou a

²⁴ Inicial mudança de modo a preservar a identidade do interlocutor.

resposta daquela pergunta?” ou “quando souber a resposta, fala com a gente, hein?”. Portanto, minhas observações se deram em pequenas reuniões privadas promovidas por estes indivíduos, e eventualmente em espaços públicos como em reuniões após jogos de futebol na Praia de Matosinhos, ou nas incursões noturnas a um bar/casa noturna tradicional reduto de mulheres trans e travestis. Para cada lugar, um *Ethos*²⁵.

Concentro-me especificamente nos diálogos informais muito específicos destes homens sobre mulheres trans e travestis e o desejo por elas. Novamente, introduzo o desejo como categoria que complexifica a questão da violência, em aspectos que serão explorados na segunda parte da tese. Aqui, destaco que muito escutei sobre pornografia e as vantagens de se namorar uma mulher “de pau”²⁶. Não obstante, é importante sinalizar que muitos destes diálogos foram permeados não apenas por convergências, mas por tensões que revelaram o tal *Ethos* muito particular do grupo: entre estes homens, observo um circuito específico na conformação do desejo por estas mulheres, e há o que (e onde) pode, e o que não pode ser dito sobre o desejo; nesse sentido, concordo com a ideia de que “paradoxalmente, as sexualidades fluidas, apesar de traduzirem, de alguma forma, a desestabilização do binômio heterossexual/homossexual, acabam por reforçar o binômio feminino/masculino” (POLICARPO, 2016, p. 544).

Dessa maneira, esta minha incursão etnográfica se concentrou no desafio de articular as narrativas em contextos de sociabilização com processos mais subjetivos presentes nas interações (silêncios, constrangimentos e censuras presenciados em algumas ocasiões), num esforço de obter menos uma explicação do que era dito (evitando a relação causa-efeito), mas de ir em busca de alguns valores e sentidos que esses homens dão ao desejo que sentem por mulheres trans e travestis.

c. Para pensar o transfeminicídio: esclarecimentos sobre os termos “arqueologia” e “estruturas”

Este trabalho de pesquisa baseia-se inicialmente em dois termos para pensar o transfeminicídio: “arqueologia” e “estruturas”. Os termos evidenciam o modo como exploro o fenômeno da violência (nos termos da arqueologia) e como lido com o que

²⁵ Entendo o *Ethos* como conjunto de traços e modos de comportamento que conformam o caráter ou a identidade de uma coletividade (HOUAISS, 2009).

²⁶ Expressão usada comumente entre muitos homens com os quais convivi.

surge dessas explorações – as estruturas aparentes e aquilo sob o terreno.

Tomo, inicialmente, o termo “estruturas” como inspiração quando reflito sobre estruturas que sustentam uma casa ou um prédio, por exemplo; imagino formas e figuras visíveis como pilastras, paredes e vigas visíveis, cujo propósito é o de sustentar outras estruturas. Contudo, entendo que estruturas também se constituem para além das superfícies, isto é, estruturas estão presentes em construções e, por vezes, não são tão evidentes; um exemplo disso são as galerias subterrâneas, fundações de concreto para sustentação de paredes e dutos hidráulicos e elétricos que, em muitos casos, são figuras e formas imperceptíveis, mas fundamentais em uma construção.

É a partir das reflexões da arquiteta Wendy Pullan, em seu livro *Structure* (2000), que penso sobre o termo. A pesquisadora indica que a noção de estrutura (seja orgânica ou inorgânica, natural ou artificial) é mais intangível do que se pode pensar. Muitas vezes compreendidas como algo rígido e completo, estruturas, segundo Pullan (2000), podem também ser compreendidas como processos abertos e dinâmicos – seja no campo das ciências ou no campo das artes e humanidades. Tal concepção tem revolucionado – segundo a autora – o modo como a arquitetura tem pensado estilos e modos de projetar estruturas na atualidade.

Por sua vez, o termo “arqueologia” me remete ao ofício do arqueólogo para pensar o transfeminicídio como um grande terreno a ser escavado. Conforme enunciado anteriormente, ao assumir uma conduta arqueológica para trabalhar com o vídeo da execução de Dandara e sua transcrição, proponho analisar criticamente os elementos que se evidenciam através das imagens; busco na psicanálise uma consonância com alguns aspectos da construção do conhecimento sobre o outro (e com o outro).

Existe aqui, portanto, um esforço particular em superar o que Paula Gaudenzi (2020, p. 27) indica ser o “imbróglio” dos analistas, isto é, superar possíveis resistências oriundas na dinâmica complexa entre o que vejo e meu lugar no mundo. Ainda, como explica Gaudenzi (2020, p. 29),

[...] poderíamos com Freud (1919/1996), imaginar que estamos diante do estranho, inquietante, repulsivo, mas também familiar, em certo sentido. Há algo de misterioso e assustador que evoca o sentimento de estranheza na experiência trans. Mas Freud marca bem que só nos provocam estranhamento aquelas condições assustadoras, em que há subversão da lei do recalque. A ideia é que haveria algo que deveria permanecer oculto, mas se mostrou. [...] Lidar com o que de inquietante nos aparece, não é tarefa fácil.

Guardadas as diferenças da escuta no *setting* psicanalítico (meu ofício cotidiano) e a “escuta” do fragmento do vídeo do assassinato de Dandara, também me apoio em parte da perspectiva lacaniana, em que a narrativa dos sujeitos são – em algum grau – produtos de um inconsciente estruturado pela linguagem (LACAN, 1981, p. 135). Concomitantemente, ao focar a atenção em alguns elementos da palavra e suas especificidades, e sob o risco de alguma crítica, flerto com parte de inconscientes estruturados pela linguagem e com a concepção bakhtiniana de sujeitos que se dão (na) e (pela) linguagem. De acordo com Mikhail Bakhtin (1990; 2011), os sujeitos se constituem calcados no dialogismo, isto é, na ideia do “Eu” do discurso, com o seu “Outro” através das interações em contextos de sociabilidade. Para o autor, os sujeitos não são dados, mas construídos a partir de suas falas e do que reverbera de seus interlocutores em seus distintos contextos.

E, talvez, você aqui ainda se questione: por que se utilizar da metáfora arqueológica?

Como bem pontua a ANTRA (2020), o terreno do transfeminicídio não é auto evidente. Ao utilizar o termo “arqueologia”, proponho uma postura de refletir sobre o transfeminicídio assim como um arqueólogo que atua num grande terreno a ser escavado. Aponto para o ato de explorar não apenas “os restos” (*remains*) de Dandara expostos pela mídia (a superfície), mas também vasculhar elementos que persistem em ocupar o “terreno” fértil mais ao fundo, e ao redor do ocorrido.

Para Alain De Mijolla (2005, p. 153), uma investigação que utiliza a metáfora arqueológica propõe – em parte – um desligamento do objeto privilegiado para dedicar a atenção ao “seccionamento progressivo do terreno”, graças ao qual seria possível reconstituir pouco a pouco o fio da história. Segundo o autor, esta perspectiva foi adotada inúmeras vezes nas investigações de Freud (1907; 1937), desde sua descrição da estrutura da histeria (1895), em que destacou que “a ordem da descoberta é inversa em relação ao surgimento dos sucessivos eventos, uma vez que o mais originário é o que está mais profundamente enterrado” (MIJOLLA, 2005, p. 153). Logo, os princípios da arqueologia servem como uma espécie de ferramenta para a compreensão dos fenômenos violentos, imaginados como “um edifício de várias dimensões” (MIJOLLA, 2005, p. 153) a serem descobertos, evidenciados.

No híbrido que habita em mim (o psicólogo e o cientista social, já mencionados),

e que incide diretamente nesta proposta de investigação, cabe ressaltar mais uma vez que a diferença de uma escuta no *setting* para a “escuta” de (ou, o olhar a) um fenômeno social tem sido um desafio diário ao qual procuro estar atento. Contudo, mesmo diante deste desafio, parece possível pensar que o “terreno” da violência – mesmo ao longo das décadas e de acordo com os contextos políticos, econômicos e sociais – parece manter profundas estruturas que parecem não se deteriorar (SEGATO, 2010; CONNELL, 2016).

É nesse terreno instável que proponho uma escavação em busca de possíveis estruturas²⁷ pouco evidentes no cotidiano, mas possivelmente inter-relacionadas, que sustentam e perpetuam violências diárias contra mulheres transexuais e travestis.

c.1 Um “flerte” entre Foucault e Marx

O termo arqueologia me leva a pensar a genealogia de Michel Foucault. No que se refere ao método genealógico, toma-se como ponto referencial o método foucaultiano de investigação e a influência de alguns de seus escritos, como *Vigiar e Punir* (1975) e a *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976). De modo geral, o modelo foucaultiano de uma genealogia consiste em investigações voltadas à compreensão da emergência de configurações muito particulares de sujeitos, objetos e significações nas relações de poder, associando a análise de práticas discursivas e não-discursivas (THIRY-CHERQUES, 2010).

Conforme pontuam Flávia Lemos e Hélio Cardoso Junior (2009), há uma trajetória do método genealógico. Inicialmente, Foucault utilizava-se do método arqueológico ao concentrar-se nas regras que regiam as práticas discursivas e destacando uma prevalência teórica sobre a prática e as instituições. Em seguida, Foucault passaria a priorizar as práticas sobre as teorias, deixando de lado “uma posição contemplativa de discursos, ao introduzir a genealogia como um modo de problematizar as práticas sociais de dentro” (LEMOS; CARDOSO JUNIOR, 2009, p. 353). Ainda segundo os autores, em um terceiro momento, Foucault já não daria prioridade à teoria ou às práticas, mas na “imanência de saber-poder e, simultaneamente, produção de subjetividade” (LEMOS; CARDOSO JUNIOR, 2009, p. 353).

Nessa ótica, o desenvolvimento das análises genealógicas parece contribuir para um exame sobre os diferentes dispositivos trazidos por Foucault, como discursos e

²⁷ Ver mais em SEGATO (2003).

práticas constitutivos de objetos e sujeitos, que produzem saberes e determinados poderes sobre os sujeitos. É Marcos Moraes (2018) quem indica que a genealogia do sujeito moderno desdobra-se no exame de três dispositivos distintos: o disciplinar, que toma o corpo como foco de estratégias de saber-poder, desenvolvendo tanto uma microfísica do poder quanto uma anatomia política dos indivíduos; o dispositivo de segurança, que desenvolve uma biopolítica das populações, considerando o ser humano como espécie; e o dispositivo da sexualidade, que emerge do questionamento e da intervenção em relação ao sujeito, considerando distintos modos de subjetivação, este último dispositivo, meu foco.

Há aqui um especial interesse na aproximação entre o método investigativo foucaultiano a um outro modelo de investigação ao qual a pesquisa pretende explorar na medida do possível: o modelo “marxiano”. Ao realizar um mapeamento dos conceitos de ideologia e discurso nas obras de Marx e Foucault, Sérgio Machado (2010) dá conta de que ambos os pensadores concordam com um único ponto: a oposição de ambos à filosofia do sujeito; ou seja, Marx e Foucault refutam a ideia de um “indivíduo tomado como ser isolado e centrado em sua própria consciência como fundamento do devir histórico” (MACHADO, 2010, p. 71). Em linhas gerais, Machado (2010) aponta que Marx desloca o sujeito de seu autocentramento e o insere em amplas categorias socioeconômicas, e Foucault, por sua vez, ao analisar os procedimentos de produção de verdade no discurso, debruça-se sobre processos históricos de objetivação do sujeito.

Nesse sentido, Jane Prates (2012) indica que o método de investigação marxiano²⁸ consiste na tentativa de

[...] abarcar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, exatamente porque reconhece a interconexão entre os fatos e a impossibilidade de apreendê-los de modo consistente quando isolados (PRATES, 2012, p.125).

Portanto, o conjunto de leituras indica que Foucault aproxima-se ao pensamento de Marx no sentido de que dialética marxiana parece buscar o significado do “Real” na atuação histórica, concreta e material das pessoas, isto é, nas relações de conexão, mútua dependência, e de articulação entre os sujeitos. Marx, desta maneira, propõe que o “Real” pode ser compreendido como o “concreto”, ou o que representaria a síntese de múltiplas

²⁸ Ver mais sobre a discussão sobre os cinco procedimentos epistemológicos utilizados por Marx para explicar o real em HOBBSAWM, E. J. *et al. História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

determinações, exprimindo “formas de modo de ser, determinações da existência” (MARX, 1982, p. 18). O próprio Freud atreveu-se a questionar toda uma tradição filosófica de uma visão cartesiana e otimista sobre os sujeitos; isto é, embora a grande tradição filosófica ocidental tenha estado sempre disposta a reconhecer os homens como seres da razão, com Freud essa possibilidade seria colocada sob escrutínio (MARTÍ, 2015).

O conjunto destas leituras traz um questionamento: teria, a razão, o poder sobre a vontade e os desejos? Na trilha de filósofos como Immanuel Kant, Freud optou por investigar a presença de um eu “obscuro” que preferiria sempre “o benefício egoísta à universalidade do dever” (MARTÍ, 2015, p. 11).

Assim, ao tentar assumir o ofício de um “arqueólogo”, tomo por base Freud, Foucault e Marx como pensadores que buscaram dentro de suas disciplinas colocar em suspeição a visão tradicional do homem e da cultura. Vou em busca do que está para além da superfície, ou das duras palavras contra Dandara durante sua execução. Para isso, busco uma conduta mais orgânica, que não se prende a modelos específicos de exploração, previsto em manuais, mas que tenta lidar com cuidado, com aquilo que surge na relação entre o pesquisador e o terreno movediço a ser escavado.

Essa visada dialética consistirá (no decorrer da pesquisa) em entender que as vivências dos sujeitos envolvidos nos crimes não são apenas movimentos provisórios, mas também produtores de subjetividades e fenômenos sociais que não permitem visões estagnadas ou homogêneas.

d. O transfeminicídio na literatura acadêmica

Uma pesquisa inicial nas plataformas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scopus, Web of Science, Pubmed, Pepsic e Scielo utilizando o tema “Transfeminicídio no Brasil”, e da estratégia de busca “transfobia”, “transfóbicos”, “transexuais”, “violência contra pessoas trans”, “*trans murder*”, “*transphobia*”, “*transphobic*”, “*transsexuals*”, “*violence against transsexuals*” resultou em 134 resultados de grande espectro, sem duplicidade. Foram considerados, nesta exploração inicial, estudos de 2010 a 2022.

Destaco aqui somente os resultados com relação direta com o termo transfeminicídio, um total de nove trabalhos, o que demonstra o quanto pesquisas sobre o transfeminicídio ainda são escassas. Duas pesquisas chamam atenção inicial, o trabalho

de Antonio Prunas (2015) sobre o perfil de vítimas transexuais de assassinato na cidade de Milão, na Itália, entre os anos de 1993 e 2012, e a pesquisa de Alexis Dinno (2017) sobre os índices de homicídios de pessoas trans nos Estados Unidos entre 2010 e 2014. Ambos os estudos focam nos perfis das vítimas e em índices de violência.

Também destaco a investigação de Glauber Weder dos Santos Silva e colaboradores (2016). O artigo, intitulado “Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro”, analisa os tipos de violência contra travestis e transexuais e revela o silenciamento das agressões sofridas e sua invisibilidade no contexto social e institucional, o que reflete a inexistência ou precariedade dos direitos humanos nas questões trans e o ocultamento de uma realidade de exclusão e violência no contexto nordestino brasileiro.

Ainda considero a pesquisa de Cristian Fabiano Guimarães e colaboradores (2013), intitulada “*Asesinatos de travestis y transexuales en Rio Grande do Sul: ¿crímenes basados en el género?*”, que analisa os assassinatos da população transexual no Rio Grande do Sul, entendidos como homicídios baseados em gênero. Já Felipe Bruno Martins Fernandes (2013), em “Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa”, investiga a vulnerabilidade de travestis e homens homossexuais ligados às religiões afro-brasileiras e a violência letal no Brasil, onde não há legislação específica para caracterizar crimes homofóbicos ou transfóbicos.

Também foi mapeada a investigação de Kelley e Gruenewald (2015) em “*Exploring anti-LGBT homicide by mode of victim selection*”, que procura entender os processos dinâmicos de ataques fatais contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros em diferentes circunstâncias situacionais. Os autores realizam uma análise de pesquisas anteriores e análises de histórias de 121 homicídios anti-LGBTQIA+ que os levaram a criação de uma tipologia de homicídios baseada no modo ofensor da seleção da vítima.

Outro estudo que chama atenção é o de Rodriguez-Madera (2016), “*Experiences of Violence Among Transgender Women in Puerto Rico: An Underestimated Problem*”, que explora as manifestações de violência entre transexuais em Porto Rico, território não incorporado dos Estados Unidos, localizado no nordeste do Mar do Caribe. Os dados apresentados neste artigo fazem parte de um estudo mais amplo sobre saúde transexual.

Por fim, destaco a única tese encontrada nas pesquisas sobre o tema. Em “*Transfeminicídios: os assassinatos de travestis e mulheres transexuais na Paraíba*”,

Emerson Ramos (2020) envereda por uma série de assassinatos de travestis ocorridos entre os anos de 2010 e 2011 na cidade de Patos, Estado da Paraíba, Brasil.

O trabalho de pesquisa analisa o que Ramos chama de “circularidade do poder” (RAMOS, 2020, p. 72) na violência letal que atinge essas mulheres, sustentando duas hipóteses centrais: a de que esses crimes são uma forma de feminicídio (transfeminicídio) e de que os crimes dizem respeito ao efeito do necropoder, que tem como finalidade a produção da morte de pessoas que ousam transpor normas consideradas essenciais na constituição das relações sociais. Para o autor, a violência não é apenas uma resposta ao não cumprimento de determinadas normas de gênero, mas um recurso utilizado por alguns sujeitos de modo a restabelecer as fronteiras de gênero desestabilizadas por essa transposição.

A escassez de estudos sobre o transfeminicídio indica uma oportunidade não apenas de aprender com as discussões citadas acima, mas de contribuir com reflexões que relacionem as masculinidades com a violência letal contra travestis e mulheres trans no Brasil. Além disso, esta tese se soma aos demais trabalhos na tentativa de estimular uma agenda de debates e desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e segurança contra a violência letal contra a população trans em geral.

e. Pensando a tese

A tese será desenvolvida em duas partes.

A primeira, denominada “Conhecendo o terreno”, é composta por dois capítulos e trata de contextualizar o termo transfeminicídio numa escala macro.

O primeiro capítulo busca entendimentos basilares sobre o termo transfeminicídio e o relaciona com as principais referências teóricas no campo dos feminismos e transfeminismos que servirão como lente de análise. Reflete-se, portanto, sobre o conceito de feminicídio e a influência dos estudos feministas interseccionais no debate dos movimentos sociais e academia sobre transfobia e o transfeminicídio ao longo da última década. Com isso, chego ao transfeminismo interseccional para pensar a violência letal contra travestis e mulheres trans. O primeiro capítulo, ao considerar a violência como uma questão de saúde global, ainda aponta para os principais progressos e desafios no que tange à violência LGBTQIA+ na atualidade e reflete sobre o transfeminicídio como um assunto circunscrito nos campos da saúde pública, dos direitos humanos e da

segurança pública.

O segundo capítulo traz um panorama geral dos dados mais atualizados sobre o transfeminicídio no país e expõe números curiosos sobre o consumo de pornografia travesti e trans no Brasil e no mundo. Ainda exploro, lateralmente, se a relação entre erotismo e violência é – no contexto do transfeminicídio – paradoxal ou complementar, numa ótica que articula a sociologia, a antropologia e a psicanálise.

A segunda parte da tese, denominada de “Dissecando o terreno”, de um modo geral, apresenta algumas bases teóricas para refletir sobre as estruturas do transfeminicídio no Brasil, adentrando em duas discussões: a primeira, o lugar do feminino no contexto social e na dimensão das subjetividades no Brasil; a segunda, uma discussão no campo das masculinidades. Esta segunda parte é marcada por um viés mais psicanalítico, mas que não deixa de lado a influência do pensamento socio-antropológico que amplia as reflexões sobre o transfeminicídio no Brasil.

O capítulo 3 busca defender a ideia de que, ao matarem travestis e mulheres trans, os assassinos – de alguma maneira – matam o que há de feminino neles próprios; em outras palavras, tentam exterminar aquilo que não deve, por convenção, ser parte do masculino no contexto brasileiro. Exploro, desta maneira, o regionalismo do termo cabra-macho e busco no escopo da violência algumas relações entre o transfeminicídio e a complexa posição do que é feminino e masculino no contexto brasileiro.

De modo a provocar quem se aventura por este trabalho, proponho, por fim, algumas con([f]c)lusões, que representam muito menos respostas e muito mais as complexidades do tema.

A tese encerra com muitos questionamentos e provocações.

Com isso, espero lançar leitores e leitoras à continuação do debate e futuros trabalhos que se dediquem ao tema.

PARTE 1

CONHECENDO O TERRENO

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZANDO O TRANSFEMINICÍDIO

Este capítulo pretende contextualizar o termo transfeminicídio. Busca-se refletir sobre a seguinte pergunta: como chegamos ao termo transfeminicídio para designar a violência letal contra travestis e mulheres trans no Brasil?

De modo a alcançar alguns entendimentos, realiza-se uma breve exposição sobre o termo femicídio (*femicide*), cunhado pela primeira vez em 1976 por Diana Russell e adaptado anos depois pela feminista mexicana Marcela Lagarde à língua espanhola, quando passa a ser utilizado em alguns países latino-americanos como feminicídio.

Em seguida, mostro que para além dos números a violência tem um gênero e opera em dois eixos distintos, porém relacionados: o social e o de produção de subjetividades.

Por fim, contextualizo o termo transfeminicídio priorizando o saber de pesquisadoras, em sua maioria travestis e mulheres trans, que dialogam não apenas com os estudos clássicos sobre gênero e sexualidade, mas que também reelaboram teorias e se afirmam através de um transfeminismo interseccional influenciado pela Terceira Onda do feminismo, que reconhece a diversidade das necessidades e experiências das mulheres e dos homens, ao questionar soluções únicas e universais e denuncia formas assimétricas de poder e seus efeitos em corpos ditos dissidentes da norma (NOGUEIRA, 2017).

1.1 Entendimentos basilares sobre o termo transfeminicídio: dois pontos de partida

Destaco duas bases fundamentais para avançar na discussão. A primeira, já mencionada anteriormente, é que o termo “trans” pode ser entendido como um termo “guarda-chuva” (NASCIMENTO, 2021); o termo inclui as seguintes identidades: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines, pessoas não binárias e travestis. Por essa razão, o termo transfeminicídio é utilizado para indicar a violência letal contra mulheres trans e travestis. Observem que opto por fazer referência ao termo travesti em separado do termo guarda-chuva “trans”, privilegiando uma postura política de afirmação das identidades travestis, influenciado diretamente pelo pensamento de travestis e ativistas, como a brasileira Jovanna Baby (2021) e a argentina Lohana Berkins (2013), cujos trabalhos denunciam dificuldades e refletem sobre o lugar das travestis no ativismo social sul-americano. Marcar a distinção entre travestis e mulheres

trans também reflete a influência de pesquisadoras feministas argentinas, como Diana Maffía e Rita Laura Segato, sobre feminismos e sexualidade, mulheres que dialogam diretamente com o pensamento de Berkins e outras autoras.

Jovanna, especialmente, é uma das responsáveis (e talvez a principal) pelo início do movimento da militância das travestis brasileiras no ano de 1979. É considerada pelo movimento de travestis a fundadora da ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados, organização que foi essencial na formulação das primeiras estratégias em direção à inclusão de travestis e mulheres trans nas políticas sociais e de saúde no país. A ASTRAL, com a contribuição da Jovanna, realizou o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids – ENTLAIDS, em 1993. A partir daí, formou-se o que Jovanna denomina de “rede”; é justamente a partir do terceiro encontro que surge o debate sobre a necessidade da formação de uma rede capaz de concentrar e encaminhar demandas, inquietações e propostas da população de travestis e transexuais brasileiras. Os encontros funcionariam – segundo a ANTRA²⁹ – como fóruns, onde as problemáticas relativas às travestis seriam discutidas num espaço seguro e bem representado. Mais recentemente, é Lua Quinellato e Sara York (2023), no ensaio “Travesteens”, que relembram as palavras de Keila Simpson, presidenta da ANTRA, no Encontro Nacional da organização ocorrido em 2022, em que ela dizia:

[...] ser de extrema importância que os caminhos que foram abertos pelas mais velhas sejam aproveitados pelas mais jovens, para que assim as mais jovens possam repassar novos conhecimentos e haver rotação de saberes, uma simbiose dos saberes das ruas e dos saberes acadêmicos³⁰.

A segunda base de partida é pensar o transfeminicídio como uma expressão da violência de gênero, e o faço (inicialmente) a partir da lógica do debate sobre femicídio de Russell em meados dos anos 1970. Marcela Lagarde (2006) afirma que falar sobre violência de gênero é “denunciar uma violência que ocorre pelo fato de ser uma mulher” (LAGARDE, 2006a, p. 15). Com isso, tanto Russell quanto Lagarde apontam para formas

²⁹ Ver mais em ANTRA – História. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Também é possível acessar a rede social *Instagram*, no perfil pessoal, de domínio público da travesti Ávine @euavine; na seção #travataalk, Ávine fala do pioneirismo e importância de Jovanna para o movimento de travestis no Brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CbWBskdFPXH/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 fev. 2023.

³⁰ Transcrição realizada pelas autoras. Ver mais: QUINELLATO, Lua; YORK, Sara Wagner. Travesteens. *Notícias, Revista Docência e Cibercultura*, 2023. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1563>. Acesso em: 23 fev. 2023.

de violência sexista e misógina, classista, etária, racista, ideológica e religiosa, identitária e política, comumente observadas na atualidade. Essa mesma lógica é defendida por diversas pesquisadoras brasileiras travestis, mulheres trans e a própria ANTRA no contexto do transfeminicídio (ANTRA, 2022).

Em resumo, aponto que, para além da magnitude dos dados estatísticos sobre o transfeminicídio (uma violência que tem um gênero), esta é uma violência que tem um modo de operar específico, baseado na brutalidade e crueldade, chancelada por um contexto social patriarcal (MAFFÍA, 2019; SEGATO, 2010; 2012), isto é, de violência patriarcal (BARKER, 2016).

A partir desses entendimentos iniciais, apresento, em seguida, como a base do termo transfeminicídio é forjada a partir da fundamental discussão sobre o femicídio em Diana Russell e femicídio em Marcela Lagarde.

1.2 O femicídio de Russell e o femicídio de Lagarde

De acordo com Guacira Lopes Louro (2000), desde os anos de 1960, as discussões sobre identidades e práticas sexuais e de gênero se tornaram cada vez mais densas, em especial devido ao movimento feminista e aos movimentos de *gays* e de lésbicas nas décadas subsequentes. Segundo a autora (2000, p. 4), novas identidades sociais tornaram-se visíveis, desencadeando processos de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como “política de identidades”, questão já discutida por Stuart Hall (2016) e que dialoga com a questão trazida por Louro (2000), no âmbito das representações culturais e construção de identidades.

Em um contexto sociopolítico efervescente, o termo *femicide* (femicídio, livre tradução) foi cunhado pela primeira vez pela pesquisadora Diana Russell, em 1976, em sua fala no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas (RUSSELL, 2021; RAMOS, 2020; BENTO, 2016). Conforme a própria Russell (2021) informa em seu artigo póstumo “*My years of campaigning for the term femicide*”, o termo foi utilizado para se opor às expressões neutras comumente usadas na época para o assassinato de mulheres, como crimes ou homicídio, por exemplo. A autora utilizou o termo “femicídio” já nos anos 1970 para descrever o assassinato perpetrado por homens movidos por ódio contra mulheres.

Anos mais tarde, o encontro entre Russell e a feminista inglesa Jill Radford

resultou na coletânea *Femicide: the politics of women killing* (1992). A obra obteve críticas positivas de feministas como Catharine A. MacKinnon e Phylis Chesler (RUSSELL, 2021) e representou um significativo avanço nas discussões sobre a violência de gênero no mundo (BENTO, 2016).

Em 2001 e em parceria com Roberta Harnes, Russell publica a antologia *Femicide in Global Perspective*, que inclui capítulos detalhados sobre a história do femicídio, como foi definido ao longo das décadas, além de apresentar trabalhos que tratavam das tipologias dos diferentes tipos de femicídio. O livro apresenta artigos sobre a violência letal contra mulheres na Austrália, Canadá, China, Israel e cinco países africanos: África do Sul, Botswana, Essuatíni, Zâmbia e Zimbábue, configurando-se como uma questão global.

Portanto, a violência contra mulheres tem se mostrado uma realidade ao longo das décadas. De acordo com Buller e colaboradores (2014), globalmente, uma em cada três mulheres são afetadas pela violência por parceiro íntimo em algum momento de suas vidas, e a prevalência varia amplamente entre os países, por exemplo. Conforme a própria Russell (2021) relembra, ao receber o convite em 2004 para um seminário sobre feminicídio na cidade de Juarez no México, a autora afirmou que Juarez já era há décadas considerada a capital do femicídio no México. Números alarmantes de assassinatos envolvendo jovens meninas tinham dominado a cidade, na fronteira do México com os Estados Unidos. A grande parte das jovens havia sido estuprada, torturada, mutilada e assassinada por vários anos seguidos. A polícia, segundo Russell, pouco ou nada fazia para resolver os casos, “apesar do impacto devastador nas famílias e nas comunidades onde viviam” (RUSSELL, 2021, p. 3, livre tradução).

Do encontro com Lagarde, em 2004, a expressão *femicide* passa por adequações linguísticas realizadas pela própria Lagarde, que, com autorização de Radford e Russell (RAMOS, 2020), passou a ser definida em muitos países da América Latina como feminicídio. Segundo Meneghel e Portella (2017) indicam, a discussão sobre o uso de um ou outro termo ainda é recente, e por se tratar de um conceito relativamente novo, houve países que optaram por utilizar o termo original femicídio, enquanto outros optaram pelo uso de feminicídio; contudo, ambos os termos designam, segundo Russell, “o assassinato misógino de mulheres” (RUSSELL, 2021, p.4; RADFORD e RUSSELL, 1992, p.76).

Segundo Lagarde (2006a), o feminicídio ocorre em determinados tempos e espaços, em forma de danos contra mulheres realizados por conhecidos e desconhecidos,

através de atos violentos, onde violadores e assassinos individuais e/ou grupais, ocasionais ou profissionais, conduzem mulheres a mortes cruéis. Não há um padrão específico de violência – ainda que a crueldade (o modo de se operá-la) seja uma característica comum. A autora indica que os casos denotam que as mulheres são “usáveis, prescindíveis, maltratáveis e descartáveis”, além de coincidirem em infinita crueldade [...]” (LAGARDE, 2004, p. 7, tradução livre).

É importante ressaltar que Lagarde (2006a) trata o feminicídio como categoria; isto é, para a autora, há de se ressaltar que parte da teoria sobre o feminicídio – de acordo com suas criadoras, Russell e Radford – aborda uma perspectiva específica, uma particularidade: a necessidade de localizar homicídios contra meninas e mulheres como parte da questão global da violência de gênero e um atentado aos direitos humanos das mulheres (LAGARDE, 2006a)³¹. A partir da ideia de Russell, diz Lagarde (2006a) que falar de violência de gênero é dizer de uma “violência pelo simples fato de ser mulher, sintetiza com isso, formas de violência sexista e misógina, classista, ageísta/idadista, racista, ideológica e religiosa, identitária e política” (LAGARDE, 2006a, p.1 5, tradução livre). Esse é seu suporte, essa é a pequena e grande diferença paradigmática e epistemológica sobre o feminicídio, segundo Lagarde.

Na visão da socióloga Berenice Bento (2016), há (nesta ideia de Russell e Lagarde) o que chama de “giro conceitual” com a introdução do termo “feminicídio” nos âmbitos teórico, político e jurídico, uma vez que os ditos crimes passionais praticados por homens passam a ser reinterpretados sob novos status a partir dos anos 2000. Segundo a pesquisadora, com o desenvolvimento dos estudos de gênero e mais especificamente sobre violência de gênero, o termo feminicídio se torna uma “expressão de uma instrumentação de uma política de morte dirigida para uma parte da população por outra que faz uso da impunidade” (BENTO, 2016, p. 48). Isto é, uma vez tipificado, o crime sai de uma esfera “isolada” – ou despoliticizada (característica dos crimes passionais, por exemplo, enquadrados muito mais numa questão psicológica) – para recair na responsabilidade do Estado através da elaboração de leis e da atuação dos movimentos sociais.

Tal percepção faz eco ao que Lagarde (2006a) aponta, ou seja, para além da questão histórica, social e de gênero, a omissão do Estado de Direito, que, ao invés de

³¹ Ver mais sobre o tema em Buller *et al.* (2014).

combater tais crimes, reitera e perpetua violências (BENTO, 2016; JESUS, 2010; 2014). Como Lagarde (2006a, p. 20) aponta, trata-se de uma “fratura do Estado de Direito que favorece a impunidade”. O feminicídio, para Lagarde e para a grande parte das autoras brasileiras que se dedicam ao tema, é um crime de Estado, que tem atentado sistematicamente contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida das mulheres ao longo da história (BENTO, 2016; LAGARDE, 2004).

Resumidamente, México, Nicarágua e República Dominicana incorporaram na legislação o termo feminicídio, enquanto Honduras, Chile e Guatemala optaram pelo uso de femicídio (MENEGHEL; PORTELLA, 2017). No Brasil, o termo feminicídio é mais comumente utilizado entre as pesquisadoras feministas, coletivos do movimento social e no ordenamento jurídico (BENTO, 2016).

Adiante, exponho a importância do pensamento interseccional e do transfeminismo para se pensar o transfeminicídio.

1.3 O pensamento feminista interseccional e o transfeminismo

Parto da premissa de que a violência letal contra mulheres trans e travestis apoia-se em estruturas políticas, sociais e culturais (BENTO, 2016; JESUS, 2014; CUNHA; YORK, 2020; NASCIMENTO, 2021) que atingem, em formas de opressão e violência, pessoas que escapam às imposições normativas de gênero (RODRIGUES *et al.*, 2017). Porém, qual a base para se partir desta premissa?

Pesquisadoras e ativistas brasileiras – dentro do debate sobre transfobia – se apropriam (em algum grau) do termo feminicídio e o adaptam através de uma ótica transfeminista para designar o que Jaqueline Gomes de Jesus denomina ser o “genocídio” (JESUS, 2014, p. 117) de pessoas LGBTQIA+, uma prática cotidiana e naturalizada no Brasil (ANTRA, 2019) e que matou cerca de 135 mulheres trans e travestis no ano de 2021 no país (ANTRA, 2022).

Segundo Nascimento, a perspectiva transfeminista ou o transfeminismo “estabelece um diálogo de corpos dissidentes da cis heteronormatividade com os feminismos [...]” reconhecendo que “muitas performances e experiências não escritas dentro do termo ‘mulheridades’ possam ser parte do feminismo” (NASCIMENTO, 2021, p. 42). Destaco que o pensamento de Nascimento reflete a densidade teórica que o debate sobre gênero tem adquirido no decorrer das últimas décadas, quando feminismos mais

clássicos ou pouco inclusivos passam a ser questionados através da influência dos feminismos negro e lésbico (NASCIMENTO, 2021; JESUS, 2014).

Conforme Rodrigues e colaboradores (2018) indicam, foi o debate forjado pelo feminismo negro que deu início a uma problematização social que, ao longo das décadas, tem promovido uma ampliação dos sujeitos políticos que extrapola a configuração clássica da mulher branca, heterossexual, burguesa.

Não obstante, é dentro de uma lógica reflexiva que estilhaça estruturas tradicionais e simplistas que a interseccionalidade vai colocar em perspectiva circunstâncias e experiências de alguns grupos que partilham especificidades nem sempre evidentes (NOGUEIRA, 2017). De um modo geral, os estudos interseccionais remetem ao denso trabalho de Kimberle Crenshaw (1989), recusam a essencialização e questionam a heterossexualidade como regime de verdade intrínseco (NASCIMENTO, 2021) para considerar análises que entrecruzam sistemas de opressões por onde a sociedade é organizada, isto é, dentro de estruturas de privilégio (NOGUEIRA, 2017).

Contudo, também sinalizo que – para além da clássica e fundamental discussão de Crenshaw – existem registros prévios, por exemplo, do pensamento argentino e do pensamento de feministas negras brasileiras que usam ideias afins de articulação entre categorias de pertencimento e sistemas de opressão.

Carla Akotirene (2018), por exemplo, indica uma vasta produção de autoras caribenhas, afro-americanas, latino-americanas e brasileiras que antecedem Crenshaw e pavimentam a discussão até os dias atuais. Em seu livro *Interseccionalidade*, Akotirene (2018, p. 22) destaca, entre outras autoras, que a

[...] amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez, na década de 1980 e, em seguida, a abordagem decolonial, consolidada nos anos 2000 de modo cabal, através de Maria Lugones, pensadora argentina, criticam a postura missionária da civilização ocidental – metodologicamente interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental.

Para Akotirene (2018), tanto Gonzalez como Lugones rompem com a tendência a um discurso hegemônico estadunidense que vê o Norte Global como um referencial pronto a ser utilizado. Assim, o termo transfeminicídio parece forjar-se não somente a partir de estudos clássicos desenvolvidos no Norte Global, mas principalmente de saberes não coloniais oriundos de feministas críticas, em sua maioria negras, lésbicas, travestis e

mulheres trans, que se afastam de um pensamento cisgênero de base binária (homem-mulher) e dos estudos eurocentrados. Essas discussões críticas formam a base do debate sobre a violência letal contra mulheres trans e travestis no Brasil.

É nesse campo misto entre uma academia feminista crítica, interseccional, e o movimento social travesti e trans organizado ao redor de um transfeminismo que o termo transfeminicídio tem sido pensado.

1.4 Imbricações entre Estado, violência, saúde, identidades e expressões de gênero

A violência se faz cotidianamente na realidade das mulheres brasileiras³². Desde casos de assédio moral e sexual até o feminicídio, são muitas as violências que marcam a experiência da vida de mulheres de todas as idades no Brasil (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; PINTO *et al.*, 2017; MASAGÃO *et al.*, 2020).

Conquistas muitos recentes no âmbito judiciário brasileiro resultaram na Lei do Feminicídio de 2015, que objetivamente reconhece a especificidade desta violência. No dia 9 de março de 2015, no Brasil, entrava em vigor a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15), o assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres (BENTO, 2016). De modo geral, a lei considera feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. A violência se faz cotidianamente na realidade das mulheres brasileiras. Trata-se, portanto, de reconhecer o que Lagarde (2006, p. 223) denomina de “violência feminicida”, um conjunto de condições de violência nos âmbitos histórico, político e social que podem conduzir ao feminicídio (LAGARDE, 2006) como uma questão global.

De acordo com dados do ano de 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a violência contra a mulher pode ser cometida tanto por pessoas

³² Uma compilação de dados realizada pelo Jornal da Universidade de São Paulo e dados do mais recente Atlas da violência (2021), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) ajudam a pensar tal afirmação. Ver mais em: <https://jornal.usp.br/tag/violencia-contra-a-mulher/> e <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> Acesso em: 10 out. 2021.

desconhecidas como por pessoas conhecidas³³. De acordo com o instituto, 70% dos estupros são realizados por conhecidos da vítima ou com quem mantém algum tipo de relacionamento – dentro de namoros, casamentos e relações sociais.

A questão da violência não é uma exclusividade brasileira. Conforme Buller e colaboradores (2014) apontam, a violência por parceiro íntimo (*Intimate partner violence* [IPV], assim denominada pelas autoras), também chamada de violência doméstica, é um problema comum e generalizado – inclusive entre parceiros do mesmo sexo. Globalmente, uma em cada três mulheres são afetadas pela violência por parceiro íntimo em algum momento de suas vidas. Ainda segundo as autoras, a prevalência varia amplamente entre os países. Na África subsaariana central, por exemplo, quase duas em cada três mulheres sofrem violência doméstica durante a vida, enquanto no Leste Asiático apenas uma em cada seis mulheres é afetada. Nessa perspectiva,

[...] a violência pode ser definida como dano físico, sexual ou emocional perpetrado em um indivíduo por um atual ou ex-parceiro ou cônjuge. A violência física inclui socos, chutes e outros tipos de força física; violência sexual significa forçar um parceiro a participar de um ato sexual quando o parceiro não consente; e o abuso emocional inclui ameaçar um parceiro, por exemplo, perseguindo-o ou impedindo-o de ver sua família. Os efeitos adversos da VPI para as mulheres incluem lesões físicas, depressão e comportamento suicida e problemas de saúde sexual e reprodutiva, como infecção por HIV e gravidez indesejada (BULLER *et al.*, 2014, p. 12).

Mais recentemente, em 2019, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou um projeto de lei que também incluiu mulheres transgênero e travestis sob proteção da Lei Maria da Penha. Em abril de 2022, por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a partir de um caso específico de violência doméstica contra uma travesti no Estado de São Paulo, estabeleceu que a Lei Maria da Penha se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais. O relator do caso, o ministro Rogerio Schietti Cruz, considerou que a questão versava, principalmente,

[...] sobre a vulnerabilidade de uma categoria de seres humanos, que não pode ser resumida à objetividade de uma ciência exata. As existências e as relações humanas são complexas, e o direito não se deve alicerçar em discursos rasos, simplistas e reducionistas, especialmente

³³ Ver um exemplo recente de violência ocorrida no estado do Rio Grande do Norte, em que o empresário Rafael Galindo Leite agrediu a mulher e filhos na cidade de Touros. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/Co5scnPOF9_/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 23 fev. 2023.

nestes tempos de naturalização de falas de ódio contra minorias.

Partindo da premissa de que a violência contra as mulheres nasce da relação de dominação, Schietti procurou argumentar sua decisão baseado nos conceitos de sexo, gênero e identidade de gênero, com base na doutrina especializada e na Recomendação 128 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo informações do próprio STJ³⁴, o CNJ tem adotado nos últimos anos tal protocolo para julgamentos com perspectiva de gênero. Na concepção de Schietti, trata-se de considerar que o gênero é uma questão cultural, social e significa interações entre homens e mulheres, enquanto o sexo se refere às características biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, de modo que, para ele, o conceito de sexo não define a identidade de gênero.

No que concerne a pessoas LGBTQIA+, Ramos e Carrara (2006) indicam que, desde os anos 1980, a violência contra homossexuais tem desempenhado uma questão central para os movimentos sociais que foram fundamentais para denunciar as agressões e discriminações motivadas por orientação sexual e/ou expressões de gênero.

De acordo com o Grupo *Gay* da Bahia (GGB), a violência contra pessoas LGBTQIA+ é um problema presente e constante no Brasil. Seu relatório anual de mortes violentas no Brasil de 2020 registra que 237 pessoas foram assassinadas devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero, com 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais³⁵. No relatório sobre o ano de 2021, publicado em 2022, o GGB indica que ao menos 300 pessoas perderam a vida para a violência LGBTfóbica no país, o que representa um aumento expressivo de 8% em relação a 2020. No mesmo relatório, o GGB aponta para o fato de que a cada 29 horas uma pessoa LGBTQIA+ morre no Brasil, e o país segue liderando o ranking de nações que mais matam pessoas LGBTQIA+.

Segundo informações da Agência AIDS³⁶, os dados do GGB ainda indicam que:

[...] em 2021, os homossexuais masculinos voltaram a ocupar o

³⁴ Ver mais em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contra-mulher-trans--decide-Sexta-Turma.aspx>. Acesso em: 23 jun. 2022.

³⁵ Fonte: IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível eletronicamente em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8488/Dia+Internacional+contra+a+Homofobia%3A+Brasil+registrou+237+mortes+violentas+de+LGBTI+em+2020>. Acesso em: 25 mai. 2021.

³⁶ Fonte: Agência AIDS. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/brasil-teve-300-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2021-aponta-relatorio-do-grupo-gay-da-bahia/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

primeiro lugar no ranking de mortes de LGBTQIA+, somando 51% dos casos. Os grupos seguintes foram travestis e transexuais (36,67%), lésbicas (4%), bissexuais e homens trans (1,33%), uma ocorrência de pessoa não binária e um heterossexual, este último confundido com um *gay*. Os dados da pesquisa se baseiam em notícias publicadas nos meios de comunicação, que foram coletadas e analisadas pelo GGB. Em relação à cor das vítimas, 28% eram brancas, 25% pardas, 16% pretas e apenas uma indígena. Cerca de 47% dos LGBTQIA+ tinham entre 20 e 39 anos. Para o fundador do GGB, Luiz Mott, a raça das vítimas é um agravante social da violência, mas ainda é pouco especificada nas reportagens produzidas pela imprensa, fator que dificulta o levantamento de dados por cor.

Trata-se de pensar na questão das mortes para além dos números apresentados por dossiês ou relatórios sobre violência. No caso das notificações das mortes, é possível pensar que o Estado brasileiro segue omissivo no que diz respeito aos casos de morte e ao tratamento dos dados destas mortes.

As violências cometidas em razão do gênero, da orientação sexual e da identidade de gênero representam uma grave violação de direitos humanos (COLLING, 2016; BENTO, 2016; SEGATO, 2010; LAGARDE, 2006), e desde a década de 1980, o campo da saúde pública tem desempenhado um crescente papel positivo nestas discussões (DAHLBERG; KRUG, 2007). Contudo, foi somente em 1996, na 49ª Assembleia Mundial de Saúde, com a adoção da Resolução WHA49.25, que a violência passa a ser considerada como um importante problema de saúde pública no mundo (JORGE, 2002; KRUG *et al.*, 2002; MINAYO, 2006).

Segundo Maria Cecília de Souza Minayo e colaboradoras (2017), a entrada oficial da violência na pauta do setor saúde no Brasil foi em 2001, na ocasião da promulgação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV), 13 anos após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e somente cinco anos após a Organização Mundial de Saúde (OMS) colocar essa questão como prioridade para o setor.

Há raras exceções locais, como o levantamento que Maurício Polidoro e Daniel Canavese realizaram (2018) sobre a situação da violência contra as populações negra, “LGBT” (POLIDORO; CANAVESE, 2018), indígena e em situação de rua no Rio Grande do Sul a partir de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). No Rio de Janeiro, há ainda a produção do Dossiê LGBTQIA+: 2018, de Victor Chagas Matos e Erick Batista Amaral de Lara (2018), que apresenta dados específicos

sobre a violência LGBTfóbica, esforço realizado em conjunto com o Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado. Ainda assim, os autores de ambos os trabalhos apontam a escassez de estatísticas mais precisas sobre violência contra pessoas LGBTQIA+.

E como isso se explica?

Muito embora um dos frutos das deliberações oriundas da 13ª Conferência Nacional de Saúde de 2007 tenha sido a atribuição ao Ministério da Saúde de incluir a orientação sexual e identidade de gênero nos sistemas de informação do SUS, foi somente em outubro de 2014 que os novos campos foram incluídos na ficha de notificação individual de violência interpessoal ou autoprovocada. A partir daí, foram criados espaços para a inclusão do nome social, a orientação sexual, a identidade de gênero e a motivação da violência, tornando possível a identificação de casos de violência em pessoas LGBTQIA+ (PINTO *et al.*, 2020).

A questão dos números parece ainda mais complexa. É importante destacar que os índices apresentados por dossiês ou relatórios não revelam a real magnitude da questão, uma vez que os casos de violência são sistematicamente subnotificados devido à inexistência de dados oficiais robustos e uma “avaliação negativa do sistema de segurança como garantidor de direitos, reconhecido publicamente pelas violações produzidas por seus agentes” (CARRARA *et al.*, 2017, p. 93). Isso, segundo Carrara e colaboradores, faz com que boa parte da população opte por não acessar estes serviços. Complementarmente, há, para além da subnotificação dos casos em geral, uma outra sorte de desafios em relação à violência contra mulheres trans e travestis; a ANTRA atenta, por exemplo, para a sistemática invisibilidade dos casos de transfeminicídio (ANTRA, 2021).

Um dos levantamentos globais mais completos de assassinatos de pessoas transexuais e travestis foi feito em 2015 a partir do relatório *Trans Murder Monitoring*, da organização não governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU). De acordo com o organismo, de janeiro de 2008 a dezembro de 2014, foram 1356 mortes em 23 países das América Central e do Sul, 155 na Ásia, 112 na América do Norte, 94 em 14 países europeus, 9 em 4 países africanos e 5 em 4 países da Oceania. Ainda segundo a TGEU, somente no Brasil foram registradas 868 mortes de pessoas trans entre o ano de 2008 e junho de 2016. Dados mais recentes da TGEU (2020) reportam que entre outubro de 2019 e setembro de 2020 foram registradas 350 mortes de pessoas trans no mundo. Somente a ANTRA tem registrado, entre os anos de 2017 e 2020, 650 assassinatos de pessoas trans

no Brasil.

Dados da ANTRA e do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) dão conta de 175 assassinatos no ano de 2020 (ANTRA; IBTE, 2021) e 135 assassinatos em 2021 (ANTRA, 2022) no Brasil; “todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento” (ANTRA; IBTE, 2021, p. 7).

Isto é, travestis e mulheres transexuais.

No ano de 2022, a ANTRA registrou 131 assassinatos de pessoas trans, 130 eram travestis e mulheres trans (ANTRA, 2023).

Dentro da complexidade já mencionada sobre os números – a questão do gênero refletida nos números, para ilustrar –, ainda é importante sinalizar que os mesmos não devem ser analisados isoladamente, porque haveria um risco de se atribuir uma narrativa equivocada sobre as mortes. Conforme a própria ANTRA e IBTE indicam, é imprescindível que haja a articulação entre diferentes marcadores sociais (ANTRA, 2020, p. 8); por exemplo, estima-se que a expectativa de vida de uma pessoa trans seja de 35 anos, podendo ser inferior por conta da articulação entre diferentes marcadores como etnia e classe (ANTRA, 2023).

Cunha e York (2020) apontam que não basta reconhecer que o Brasil é o país que mais assassina e violenta pessoas que fogem da (cis-hétero) normatização. Dizem as autoras que esses fatos articulados à noção de interseccionalidade no que tange, por exemplo, à raça, classe e gênero, constituem uma junção de fatores que ampliam graus de exclusão e precarização de muitas vidas (CUNHA; YORK, 2020). A partir de uma lente interseccional, as análises mais cuidadosas apontam que existem outros fatores de vulnerabilidade: ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior.

Tudo isso precisa ser levado em consideração.

Nessa lógica, corpos trans não são apenas trans, são negros, gordos, com deficiência, Intersexo, vivendo com HIV e outras identidades dos sujeitos. Esses marcadores, ao se entrecruzarem, expõem pessoas trans a um risco aumentado de exclusão social, violência e, principalmente, ao assassinato (ANTRA; IBTE, 2021).

Volto a um dado que interessa este estudo e que o conjunto das leituras dos dossiês identifica: a grande maioria dos assassinatos é de mulheres trans e travestis.

Bento (2016), Cunha e York (2020) e Jesus (2014) ponderam, assim como Russell

e Lagarde no caso do feminicídio, que uma possível interpretação desta violência estaria “na posição que o feminino ocupa na ordem de gênero” (BENTO, 2016, p. 51) em contextos sociais específicos.

Em meio aos dossiês da ANTRA, me deparo com uma recorrente observação que a organização faz; a prostituição compulsória por falta de outras oportunidades é uma realidade entre travestis e mulheres trans. Sobre este ponto, diz a ANTRA (2023) que:

[...] chama atenção que, não muito diferente dos anos anteriores, o fato de que em 2022 a maioria daquelas onde foi possível identificar a atividade, pelo menos 54% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres trans que atuam como profissionais do sexo, as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais.

No dossiê publicado em 2021, ANTRA e IBTE afirmam que, em 2020, 71% dos assassinatos aconteceram em espaços públicos. Pelo menos oito vítimas, segundo as instituições, se encontravam em situação de rua. No mesmo dossiê, foi identificado que pelo menos 72% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, “que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais” (ANTRA; IBTE, 2021, p. 42).

Nesse sentido, ANTRA e IBTE indicam que são inúmeros os fatos que expõem as inúmeras violações de direitos humanos orquestradas pela gestão federal do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). O período pós-golpe de 2016 até o fim do ano de 2022 serviu para aprofundar ainda mais as dificuldades de determinados grupos sociais. A ANTRA destaca a proibição e o cerceamento das discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade num amplo espectro, a falta de promoção campanhas de educação/prevenção da violência contra pessoas trans, a completa ausência de projetos, ações e campanhas sobre educação e empregabilidade para pessoas trans e não binárias, e a dificuldade de acesso de mulheres trans e travestis em Delegacias da Mulher em todo o país (ANTRA, 2022).

O Brasil falha quando não registra dados populacionais e estatísticos específicos sobre a população LGBTQIA+, quando impede o acesso de travestis e mulheres trans à saúde pública e especializada e quando ainda se omite frente às violações de direitos humanos no que se refere ao acompanhamento e controle quantitativo sobre a população

trans privada de liberdade, a ausência de campos ou informações sobre nome social e identidade de gênero das vítimas no registro das ocorrências, entre outros pontos. O Estado brasileiro – cancelado pelo governo ultraconservador de Jair Bolsonaro – mostrou sem nenhuma vergonha o desinteresse em desenvolver políticas públicas específicas que protegessem pessoas LGBTQIA+, mais especificamente, pessoas trans (ANTRA; IBTE, 2020; 2021)

Bento (2016) destaca que a metodologia para construção do banco de dados realizado pelo ativismo é baseada em notícias de jornal, internet e informações enviadas pelas ONGs LGBTs. Portanto, sem o devido aparato estatal, o transfeminicídio seria “a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero” (BENTO, 2016, p. 51). No dossiê publicado em 2023, a ANTRA destaca avanços na metodologia utilizada para a obtenção de dados mais precisos. Segundo a organização, são utilizados dados primários (governamentais, segurança pública, processos judiciais e notícias na mídia) e dados secundários (instituições de direitos humanos, redes sociais e relatos testemunhais), o que não exclui dificuldades que persistem. Nesse sentido, diz a ANTRA (2023, p. 23) que:

[...] homens trans, pessoas transmasculinas e Não-Binárias ainda enfrentam grande invisibilização ou ausência de informações públicas sobre assassinatos nos veículos de mídia e a maioria dos casos que temos contabilizados vem de fontes complementares. Sendo as fontes complementares também as principais responsáveis pelos casos de suicídios, violações de direitos humanos e outros tipos de violência. O que não quer dizer que estes casos não existam, mas nos ajuda a perceber que ao longo dos últimos seis anos, a violência mortal-intencional é muito mais direcionada as pessoas transfemininas que são maioria, em torno de 95% de todos os registros. Dados que corroboram com informações publicadas pela Transgender Europe, que organiza o ranking global.

Na próxima seção, tento trazer algumas reflexões sobre como o termo transfeminicídio é produzido num esforço teórico e político por pesquisadoras e pelo movimento social trans, ambos influenciados pelos escritos percussores de Lagarde e Russell. Com isso, faço um exercício de uma contextualização do termo transfeminicídio e analiso as relações do fenômeno com a misoginia e a construção das masculinidades.

1.5 Transfeminicídio, misoginia e masculinidade: algumas imbricações com a Psicanálise

A morte é uma fiel companheira de toda travesti, nós sempre de certo modo, e em alguns momentos (...) temos um encontro com a morte (...). No início da pandemia, me peguei pensando muito na morte, e até fiquei pensando assim: ‘meu Deus, não é possível que eu uma travesti serei morta por um vírus desse!’, porque eu corro tanto risco de morrer na rua, a pedrada, a paulada, a tudo quanto é tipo de violência... (Letícia Carolina do Nascimento, 16/06/2020, Instagram: @sdbotequim)

Até aqui, pensamos o transfeminicídio a partir do feminismo crítico de Lagarde (2006a), que dá conta de que a violência se incuba na sociedade e no Estado devido à inequidade de gênero patriarcal, num mecanismo político cujo fim é o de manter as mulheres em desvantagem na relação com homens (MAFFÍA, 2019).

Tal concepção é adotada por parte do movimento transfeminista brasileiro para se pensar a violência contra a população trans e contra travestis. Nascimento (2021), por exemplo, pensa as questões trans a partir de uma ótica que busca desestabilizar a concepção universal de mulher e “desessencializar o gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 43). Do lugar de docente, pesquisadora e ativista, a autora nos lança uma questão: “e não posso ser eu uma mulher?” (NASCIMENTO, 2021, p. 17), em direta alusão à clássica fala de Sojourner Truth, mulher negra, que, no ano de 1851, trouxe à tona o fato de que mulheres negras viviam suas feminilidades de modo diverso das mulheres brancas nos Estados Unidos.

Ainda de acordo com Nascimento, há uma provocação recorrente e necessária que deve ser feita: mulheres trans e travestis são mulheres ou não? O questionamento afronta, de certa maneira, o que Neon Cunha e Sara York (2020) chamam de “CISstema”³⁷ colonial moderno de gênero que, de certa maneira, faz circular discursos “que insistem em considerar a mulher numa condição universal como única sujeita do feminismo” (CUNHA; YORK, 2020, p.20). De modo geral, tal concepção dialoga diretamente com Nascimento, quando aponta para discursos que, em um direcionamento cis sexista, impedem mulheres transexuais e travestis no feminismo (NASCIMENTO, 2021). Para Nascimento, o cis-sexismo opera enquanto norma governamental (da cisgeneridade) e caráter de hierarquização, dominação e inclusão de diferença excludente (o sexismo). Numa direta articulação com esse pensamento, Cunha e York (2020) indicam que os dois conceitos condensados (Cisgeneridade e Sexismo) resultam na crença de que o gênero

³⁷ Trocadilho com o termo “sistema” para encaixar na reflexão sobre a influência da cisheteronormatividade no cotidiano das pessoas.

das pessoas cisgêneras “é, de alguma forma, mais legítimo que aquele de pessoas transgêneras” (CUNHA; YORK, 2020, p. 6).

A discussão sobre cisgeneridade e o sexismo parece estar diretamente ligada não somente à pergunta inicial de Nascimento (2021, p. 17), “e não posso ser eu uma mulher?”, mas igualmente às discussões no campo das masculinidades. Autores que atualmente tem se dedicado a pensar sobre masculinidades nos lançam a um outro questionamento: o que é ser um homem? (AMBRA, 2015; BOLA, 2020; TREVISAN, 1998). Permito avançar na questão e provocar o leitor: o que é ser um homem no Brasil? Talvez, essa pergunta ajude a compreender mais adiante algumas estruturas não evidentes das diversas violências contra travestis e mulheres trans, e mais especialmente o transfeminicídio como uma realidade no Brasil.

Para além da iniquidade de gênero no contexto sócio-político, há um processo de produção de subjetividades sobre o “se fazer homem” no contexto social brasileiro³⁸, que me parece ser relevante para as reflexões sobre homens e atos de violência contra travestis e mulheres trans. A discussão já não é recente sobre o mito das masculinidades (PLECK, 1981; TREVISAN, 1998; CONNELL, 2005), ou o que Richard Parker (1991, p. 55), em “Corpos, Prazeres e Paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo”, considera os mitos de origem no contexto sócio histórico brasileiro – “definições de macho e fêmea, concepções de masculinidade e feminilidade, noções de o que é ser homem em oposição à mulher na sociedade brasileira [...]”. É Emicida (2021, p. 7) quem nos indaga mais recentemente: “o que sobra de nós homens se nos desconectarmos do [...] mito da virilidade?”.

Em 2005, Raewyn Connell, em *Masculinities*, já se questiona sobre as masculinidades num espectro mais amplo; ao trazer – por exemplo – uma ampla discussão sobre o fato de que a masculinidade não é um objeto-fonte de conhecimento estável, por justamente habitar não somente um campo sócio-político, mas se fazer presente nos âmbitos de diversos campos do conhecimento como a biologia, a sociologia, a história e a psicologia³⁹, a autora coloca o termo sob escrutínio.

³⁸ Vide o trabalho do pesquisador Rolf Malungo de Souza em sua tese de doutoramento “O lazer agonístico: Como se aprende o que significa ser homem num bar de um bairro suburbano” (2010), e suas reflexões na dissertação de mestrado intitulada “A Confraria da esquina: O que os homens de verdade falam entre si em torno da uma carne queimando” (2003).

³⁹ Ver mais em Connell (2005), *Masculinities*, Parte 1 – *Knowledge and its problems*, Cap. 1 – *The Science of Masculinity*.

Ambra (2021) e Bolla (2020) mais recentemente escancaram (na esteira de Connell, Butler e Malungo de Souza) que o homem é aquele que forçosamente precisa abandonar sua feminilidade possível em troca do ingresso no jogo social compulsório, sem se esquecer de adequar-se à normatividade viril presente na cultura que o acolhe.

Tal ideia dialoga com o que Marcos Nascimento e a própria Raewyn Connell (2014), além de Jaqueline de Jesus (2014) indicam; que a violência baseada no gênero pode ser compreendida como produto da construção social de uma educação que privilegia uma masculinidade heterossexual pautada em um repertório patriarcal que banaliza, naturaliza e legitima expressões masculinas de violência e discriminação contra seres humanos tidos como inferiores (NASCIMENTO, 2011; 2015; BAGAGLI, 2017; BERKINS, 2008; AMBRA, 2015) – isto é, homens não nascem programados, se fazem no curso de seu desenvolvimento.

Vale reafirmar que a violência masculina não parece – no conjunto de leituras empreendido para esta primeira parte da tese – um produto de uma determinação natural (ou seja, não se nasce um homem violento). O comportamento violento, na verdade, parece ser resultado de uma educação sexista e patriarcal (GOMES *et al.*, 2017), que promove a clássica hierarquização entre homens e mulheres. Nessa ótica, Bento (2016) diz que, quando este gênero feminino – historicamente desvalorizado – se materializa em corpos (trans e travestis, inclusive) que esfacelam a binaridade, o que ocorre é uma “ruptura inaceitável com as normas de gênero” (BENTO, 2016, p. 52) e com uma educação instituída antes mesmo de seu próprio nascimento.

Judith Butler (1992), no clássico livro *Problemas de gênero*, ajuda a pensar a ideia de que não somos nossos corpos, mas que fazemos nossos corpos. Isto é, travestis e mulheres trans rompem, conforme indica Nascimento (2021), Jesus (2014) e Bento (2016), com as normas cis sexistas, reordenando, invertendo e recriando modos de feminilidade dentro de uma lógica que se afasta da binaridade homem-mulher. Nascimento (2021), ao dialogar diretamente com Butler, indica que “há um processo constante de fazer corpo, fazer gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 127) ao qual não escapamos.

Dessa maneira, ao travar um diálogo com os questionamentos de Pedro Ambra (2015; 2021) e J. J. Bola (2020), reflito: em que terreno repousa a potência assassina de homens contra travestis e mulheres transexuais? É pelo modo de construção social das masculinidades forjada pela homofobia e misoginia (MENACHE; ROJAS, 2005)? É na

ruptura inaceitável da educação e da norma social proposta por Bento que denuncia uma certa precariedade e esvaziamento do campo simbólico dos sujeitos? Ou ainda numa articulação dessas duas perspectivas?

A ANTRA (2023) nos dá pistas para pensar que o transfeminicídio é – em parte – resultado da transfobia, que:

[...] tem sido a maior responsável pela violência e violações de direitos humanos que pessoas trans têm sofrido. Isso se dá, em muita medida, pela forma como o cis-sexismo é colocado como ponto central, atuando através da transfobia para negar a existência, a humanidade e, portanto, qualquer possibilidade de acesso a cidadania e direito para travestis, transexuais e demais pessoas trans. A sensação, enquanto corpo trans, é de insegurança em todo espaço. Parte de uma estrutura cis centrada que sequer está preparada (e disposta) para lidar e acolher nossos corpos e como resultado, somos obrigadas a assistir e temer a agressão, a violência e a morte, todos os dias de nossas mortes em vida. Muitas vezes motivados pelo discurso de ódio que leva aos crimes violentos como travesticídio, transfeminicídio, e diversas outras formas de violência, e violações de direitos humanos, em um processo que se assemelha a eugenia com o propósito de assegurar, exclusivamente, o lugar da norma às pessoas cisgêneras (ANTRA, 2023, p.19).

Ora, parece razoável pensar na questão das construções sociais do que é se fazer homem e se fazer mulher no contexto brasileiro. Nessa perspectiva, provoço nesta primeira parte do trabalho uma reflexão sobre o transfeminicídio na medida que o entendo como um ataque brutal e cruel contra pessoas que transitam em direção a uma certa vulnerabilidade social ligada a um feminino (CABRAL; GAUDENZI, 2020; NASCIMENTO, 2021; BUTLER, 2015) tradicionalmente inferiorizado e que se choca brutalmente com a ideia do fazer-se “homem de verdade” (WELZER-LANG, 2001) em determinados contextos sociais fundados numa lógica patriarcal.

Butler (2015), em entrevista à Revista VICE, intitulada “Por que os homens matam as mulheres trans?” (tradução livre), fornece algumas pistas para se pensar o transfeminicídio como um ataque à ordem do universo simbólico feminino. Butler sugere que a violência causada por homens à população trans encontra terreno fértil nas bases culturais do poder-dominância masculina ao sugerir que as mortes de pessoas trans são causadas por homens devido à sua necessidade de cumprir com padrões culturais que remetem ao poder, à masculinidade e a uma educação machista que não permitem o questionamento do mito da virilidade, por exemplo. Tal ótica encontra espaço nas considerações de Corbin, Courtine e Vigarello (2013), que indicam que o termo viril –

vir – é mais do que *homo* (homem), isto é, representa o homem sem falhas, distante das contradições e das fraquezas associadas à feminilidade (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013).

Bento (2014), em direta convergência com a ampla teoria de Butler e de Connell, vai além e indica que as mortes de mulheres trans são uma “expressão hiperbólica do lugar do feminino em nossa sociedade” (BENTO, 2014, p. 1). Nessa ótica, a violência contra travestis e mulheres trans expõe a desvalorização social de corpos “que nasceram com pênis” (um lugar de privilégio?), mas que insistem num transbordamento da noção coletiva do que é ser homem e mulher. Um pouco mais além, na concepção da autora, tal transbordamento provocaria ainda uma ausência de aparato não apenas social, mas subjetivo – na relação com o outro, com consequências nefastas no escopo das relações sociais e na produção de subjetividades entre os sujeitos.

Tal perspectiva fornecida pelo conjunto de autores citados acima fornece pistas importantes para pensar o transfeminicídio no campo das subjetividades, ponto que me atendo mais adiante, para refletir mais especificamente no que há de feminino em cada homem (oportunamente castrado pela norma social/cultura, mas que parece gerar um resíduo inescapável⁴⁰) e que ameaça seu gênero (CONNELL, 2005; BENTO, 2016; BUTLER, 2015) – seja no campo social e/ou no campo sexual.

A seguir, na próxima seção, reflito sobre violência contra mulheres trans e travestis numa ótica híbrida, entre a sociologia e a Psicanálise. Enveredo por alguns conceitos, como perversão, pobreza erótica, e colapso simbólico que servirão de base teórica para a segunda e última parte da tese – uma discussão sobre masculinidades.

1.6 Pensando a violência entre o social e o sexual

Como alguns homens lidam com as subjetividades produzidas diante daquilo que foge à regra social e que não encontra aparato em nossa representação de mundo?

Atos violentos praticados por homens são uma resposta para a necessidade de os sujeitos resgatarem imaginariamente representações ideais esfaceladas pela indocilidade dos corpos de travestis e mulheres trans?

As questões aqui colocadas servem para provocar algumas reflexões. Tendo a

⁴⁰ Ver mais em Corbin, Courtine e Vigarello (2013).

defender a hipótese de que a violência, para além de uma questão social, pode estar inscrita em algumas colocações sobre o que de sexual compõe os sujeitos (PEIXOTO JUNIOR, 1999; BIRMAN, 2016; PARRINI, 2016).

De modo a embasar tal entendimento, faço um rápido retorno ao termo transfeminicídio e uma posição de Berenice Bento (2016) que explica que a principal função do transfeminicídio é a espetacularização exemplar. De fato, são muitas as matérias na internet sobre o tema; invariavelmente, os atos violentos são apresentados com detalhes em programas policiais transmitidos no período da tarde e início da noite. Para Bento, “os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para a coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam” (BENTO, 2016, p. 51). Nesse sentido, questiono a influência das mídias, em especial a televisão e sua capilaridade (agora transmitida através também da internet) junto a uma parcela específica da sociedade brasileira em reforçar alguns padrões, normas e costumes dentro de determinados contextos. São inúmeros os programas populares direcionados à população de baixa renda que expõem situações de violência com travestis e mulheres trans em horários – coincidência ou não – muito específicos⁴¹.

Ora, até aqui entendo que o transfeminicídio está proximamente ligado a questão da mulher e sua inferiorização naturalizada pelo machismo – uma questão estrutural, fundada na lógica patriarcal (NASCIMENTO, 2021; SEGATO, 2010; PARKER, 1991).

Contudo, a Psicanálise ajuda a pensar a questão ao articular o que há de social e sexual nos sujeitos (PEIXOTO JUNIOR, 1999), e é por esta via que sigo nesta seção⁴².

Susana Muszkat (2021), em *Revisitando Adão e Eva*, nos dá uma pista ao trazer a discussão sobre um dos principais mitos constitutivos da cultura ocidental. A autora expõe que “a versão inaugural da humanidade, na qual uma inversão absolutamente

⁴¹ Um exemplo deste tipo de programas de televisão que exploram violência e entretenimento é o “Sem meias palavras”, transmitido pela TV Jornal/SBT para o sertão e o agreste de Pernambuco, no horário de 13h. Há uma variedade de reportagens sobre travestis, mulheres trans, e esta curiosa articulação entre violência, sexo e entretenimento. Uma das reportagens mais acessadas tem mais de 2,5 milhões de visualizações. Disponível eletronicamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=f57MjYYtUdw>. Acesso em: 09 out. 2022.

⁴² Para ilustrar o meu intuito em explorar a relação entre o social e o sexual, ver a reportagem: “Homem mata travesti, esquarteja o corpo e leva o coração para casa”; Caio Santos, após relacionar-se sexualmente com uma travesti, a mata alegando uma “mensagem divina”. Após matá-la, Caio leva o coração da vítima enrolado em um pano para sua casa e o guarda em um armário. O vídeo expõe diversas violências, não apenas os detalhes do crime para a audiência, mas o modo como a imprensa e a polícia retratam a vítima, até como o assassino descreve o crime. Disponível eletronicamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=iUSUEOGEHoQ>. Acesso em: 09 out. 2022.

naturalizada retira da mulher sua condição de quem gesta e pare sujeitos, e torna-a um ser gerada *do* e feita *para* o homem” (MUSZKAT, 2021, p. 41). Isto é, a mulher – feita de um pedaço da costela de Adão – é criada para apaziguar seu tédio solitário, é colocada desde sempre em uma posição inferior.

Trazendo Freud para discussão, Muszkat destaca o trecho de “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, de 1908, que escancara (ainda que muito distante do debate contemporâneo sobre gênero) as preocupações da Psicanálise sobre uma moral sexual que exigiria dos indivíduos certos sacrifícios, dentre eles a admissão do que Freud (1908) chamou de uma moral dupla entre os sexos. Muszkat questiona-se: “à mulher, caberia estar à serviço dos homens?” (MUSZKAT, 2021, p. 42-43). O que a autora propõe é pensar sobre uma certa dupla moral sexual que cria campo livre para o exercício de um poder (fantasia de antídoto contra o desamparo e impotência) que autoriza uns à objetificação e/ou desqualificação de outros, transformando-nos todos em qualquer coisa menos civilizados.

Em sua experiência como psicanalista trabalhando com grupos de reflexão voltados para homens autores de violência contra as mulheres, Muszkat (2021) reflete que muitas práticas de violência sustentam-se no caráter normativo da moral sexual masculina, tida ilusoriamente como regra universal. Ou seja, a construção das identidades de gênero encontra-se diretamente ligada a determinados grupos sociais relacionados a preconceitos partilhados e perpetuados tanto por homens quanto por mulheres, “adquirindo força controladora e aprisionadora dos sujeitos” (MUSZKAT, 2021, p. 43-44) numa dimensão não apenas social, mas subjetiva.

Nessa ótica, vou um pouco mais além e arrisco pensar que a violência – muitas vezes associada ao termo perversidade – pode ser lida dentro do conceito psicanalítico de polimorfia da sexualidade e que coloca em xeque o termo “perverso”.

Explico.

Trata-se de considerar uma articulação entre não apenas a discussão sobre gênero e contexto social, mas de adicionar à equação as implicações de um modelo patriarcal “que autoriza o homem a funcionar regido pela pulsão infantil” (MUSZKAT, 2021, p. 47), um modo de operar na vida adulta “que leva o homem adulto a confundir-se e acreditar que a mulher representante da mãe arcaica, aquela mãe da primeira infância – lhe pertence” (MUSZKAT, 2021, p. 47) e deve – obrigatoriamente – servir aos seus

desejos mais primários.

Ora, parece importante – do ponto de vista da Psicanálise – indicar que a questão do que há de feminino dentro dos homens já era algo discutido por Carl Jung (CONNELL, 2005). Connell (2005) indica que – assim como Freud – Jung já delineava, ainda que de modo muito inicial, uma reflexão que passava necessariamente pela ideia de sujeitos que construíam transações entre seus contextos sociais, o que Jung chamaria de “*persona*” (ou, na teoria Junguiana, uma personalidade que o indivíduo apresenta aos outros como real, mas que, na verdade, é uma variante muito diferente da verdadeira⁴³), e um *self* formado a partir de um inconsciente estruturado por elementos reprimidos através da norma social, isto é, um outro *self* denominado de “*anima*”⁴⁴. O termo *anima* na teoria Junguiana seria o componente feminino da personalidade dos seres humanos, parte da psique em contato com o inconsciente; um pouco mais a fundo do termo, como substantivo feminino, a alma, ou no sentido figurado, um sentimento de exaltação, alegria, entusiasmo, movimentação, brilho (HOUAISS, 2009, p. 138).

Segundo Connell (2005, p. 12), na concepção Junguiana, o feminino nos homens seria “moldado não apenas pela história de vida particular de cada um, mas também herdada por imagens arquetípicas de mulheres”. Este, segundo a autora, foi um dos principais argumentos de Jung sobre o gênero a partir dos anos 1920.

O que proponho inicialmente aqui é levar em consideração o pensamento originário de Freud em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, que cunhou um dos principais enunciados teórico-clínico da Psicanálise, pelo qual se afirmava que a sexualidade infantil tem caráter perverso, polimorfo, e as reverberações desta sexualidade se expressa em uma sexualidade adulta (FREUD, 1905). Há uma conexão – indicada por Connell (2005) – a qual é possível fazer uso com outra importante teoria, a do Complexo de Édipo.

Logo, ao pensar a violência contra travestis e mulheres trans, mergulho mais adiante em alguns conceitos que ajudarão a entender a sexualidade num espectro mais amplo; isto é, não trato apenas de pensar sujeitos violentos, formados pela cartilha heteropatriarcal e chancelados por um contexto social que estimula e valida atos violentos contra mulheres, mas por aspectos de suas subjetividades que se forjam nas construção

⁴³ Do Latim, *Personae* – imagem com que uma pessoa se apresenta em público, personagem, ator (HOUAISS, 2009, p. 1480).

⁴⁴ Do Latim, *Animae*.

de suas identidades.

Tendo a defender a ideia de que os sujeitos que se expressam através da violência tentam na verdade exterminar um feminino que reconhecem em si mesmos – espelhado muitas vezes em travestis e mulheres trans. A violência, portanto, numa visão psicanalítica, seria entendida como um sintoma diante daquilo que escapa (ou transborda) psiquicamente a alguns homens.

Denise Maurano Mello e Joana Dark da Silva Souza (2021), em “A devastação no masculino e a violência contra o feminino nas mulheres”, indicam que a Psicanálise tem sido, ao longo das últimas décadas, um campo de conhecimento que também subverte lógicas instituídas sobre a noção de gênero. Não apenas quando Freud subverte a noção de corpo, mas quando também indica a “inexistência de uma correspondência exclusiva entre a anatomia — do homem ou da mulher — e o que ela designa como masculino e feminino” (MELLO; SOUZA, 2021, p. 751). Nessa ótica, as autoras apontam que:

[...] o que Freud referiu metaforicamente como ativo e passivo não corresponde respectivamente ao que diz respeito ao homem ou à mulher, já que homens e mulheres podem ser tanto ativos quanto passivos. A hipótese freudiana da bissexualidade psíquica indica que o sujeito pode ocupar diferentes posições na fruição da satisfação pulsional. Porém, na visão de Lacan, para além de uma dualidade de sexos, há em nós uma dualidade de gozos: o gozo fálico, relativo à posição masculina, e o gozo Outro, relativo à posição feminina.

Dito isso, o trabalho das autoras abre caminho para pensarmos a violência contra travestis e mulheres trans, na medida que discutem a “violência contra o feminino na mulher” (MELLO; SOUZA, 2021, p.751). Ou seja, as autoras trazem a violência como resultado de um processo de des-subjetivação frente à mulher, frente a um indicativo de impossibilidade de alguma restituição fálica ao terem seu gênero ameaçado. Oportunamente, na segunda parte da tese, aprofundarei esta questão num debate mais amplo sobre masculinidades.

Outros psicanalistas, como Maria Homem e Contardo Calligaris (2019), trazem à tona o provocativo debate sobre o falo e a questão do poder. Em *Coisa de Menina: uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*, Homem questiona Calligaris se temos como sair das grandes tramas do poder quando se trata da objetificação e do desejo pelo outro. Calligaris indica que prefere ele mesmo não escapar, uma vez que o poder lhe dá tesão; contudo, ele alerta sobre uma importante diferença no

que tange o poder: um poder instrumentalizado para o assédio e, em última instância, a violência, e um poder que permeia uma sexualidade que é tomada por:

[...] um modelo primeiro de gozo, que é um modelo de ser, justamente, um objeto sem defesa nas mãos poderosas de uma mãe ou de um adulto que nos vira para cima, para baixo, levanta, dá banho, toca como quiser. Se não admitirmos como ponto de partida que existe, realmente, um masoquismo originário na sexualidade humana, estaremos lutando contra moinhos de vento. (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 91).

Novamente, sem a pretensão de formular uma solução, questiono: o que há no feminino que transborda dos corpos de travestis e mulheres trans e que faz com que alguns homens sintam que sua posição hierárquica (e fálica) seja ameaçada a ponto de cometerem atos de violência e assassinatos em última instância?

Percebam que evito utilizar a expressão “perversa” no sentido de “crueldade” – uma vez que mais adiante, trato de explicitar alguns conceitos que podem auxiliar na busca por entendimentos sobre o transfeminicídio.

Provoco mais uma vez: seria a violência um sintoma ou defesa frente a um feminino que é refletido nestes homens, um feminino que, ao mesmo tempo que seduz, também escapa às representações psíquicas dos sujeitos na medida que extrapola modelos sociais apreendidos ao longo de suas vidas?

Vale relembrar que, ao mesmo tempo que o Brasil ocupa a liderança dos países que mais matam travestis e mulheres trans, é também um dos que mais consomem pornografia do gênero (ANTRA, 2021).

Muszkat (2021), em claro diálogo com autores do campo das masculinidades como J. J. Bola (2020) e Pedro Ambra (2015; 2021), defende a hipótese de que as respostas violentas de homens representam uma tentativa (ainda que efêmera e enganosa) de “recuperar o sentimento de virilidade, definido por qualificadores como força, poder e superioridade” (MUSZKAT, 2021, p. 45) diante de corpos que questionam elementos definidores da cisgeneridade e tensionam a imagem da mãe arcaica. Tal posicionamento faz ainda mais sentido quando entendo que a questão da hierarquia de gênero e uma dupla moral sexual se delineia como uma realidade no contexto brasileiro. Parker (1991) faz essa articulação quando indica que a questão de gênero no Brasil deve ser apreendida como o próprio contexto brasileiro determina, isto é, seria através das formas culturais instituídas no Brasil que alguns significados ganham vida no fluxo do cotidiano. Segundo

o autor, é justamente através da cultura e seus moldes que as noções de homem e mulher, masculino e feminino, masculinidade e feminilidade vão tomando a forma de uma estrutura hierárquica “na qual os homens se distinguem uns dos outros em termos de autoridade e domínio, ao passo que as mulheres se distinguem de acordo com sua submissão e sujeição ao jugo” (PARKER, 1991, p. 104). Ainda segundo Parker, o mundo do homem, dentro de seu papel ativo e superior, é determinado por uma liberdade sexual, enquanto a vida da mulher é envolta em um mistério, controle, limitação, silêncio, proibição e relegada à incompreensão.

ANTRA e o IBTE (2021), ao pontuar que narrativas sobre travestis e pessoas trans são associadas, de um modo geral, a atributos que esfacelam a representação da mulher ideal para os padrões do patriarcado, parecem fornecer uma pista para se pensar o tal sintoma diante de um feminino fantasmagórico. No imaginário cultural brasileiro, o corpo de travestis e mulheres trans é culturalmente associado não apenas a uma abdicação de lugares de privilégio (o lugar do homem e do masculino), mas a uma farsa (“a mulher do Paraguai”), ao crime (“corpos não preparados para viver na esfera pública”), à vergonha e ao entretenimento espetacularizador (um corpo “risível”) e ao sexo (o corpo “insaciável” e “hiper sexualizada”) (ANTRA; IBTE, 2021, p. 105-106).

O conjunto destas perspectivas dialoga diretamente com o pensamento de Butler (2015) – já citada anteriormente – de que talvez os homens que assassinam travestis e mulheres trans não possam matá-las por completo, mesmo já estando cruelmente assassinadas. Isto é, na tentativa de anular abruptamente qualquer resquício de sua própria relação com pessoas que estilhaçam as normas de gênero e os padrões culturais fundados no binarismo sexual, eles próprios estariam não apenas tentando reconstruir psicologicamente seu gênero ameaçado (ou manter a fantasia do mito da masculinidade), mas aniquilar o que há de feminino neles próprios (BUTLER, 2015; BENTO, 2016). Assim, parece importante pensar nesta estrutura não aparente de um gênero supostamente ameaçado e refletir sobre alguns aspectos que compõem este homem aparentemente indestrutível: a ideia de virilidade, força e uma posição privilegiada da hierarquia atrelada aos gêneros (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013; PARKER, 1991).

Como bem pontua Connell (2005, p. 9), Jung e Freud ofereceram – no conjunto de suas obras –, a possibilidade de analisarmos o gênero a partir de uma ótica “arquitetônica”, em especial no que tange o que há de feminino e masculino nos sujeitos. Desta maneira, me aproveito do que Connell (2005) indica: que masculinidade para Freud

seria uma construção não apenas “complexa, mas de muitas maneiras – ‘precária”” (CONNELL, 2005, p. 9).

Antes disso, já me encaminhando para o final da primeira parte deste trabalho, apresento dados atualizados sobre o transfeminicídio no Brasil utilizando a ANTRA e o GGB como referenciais. Os dados (ainda que subnotificados), associados ao fato de que o Brasil é um dos líderes mundiais em consumo de pornografia do gênero transexual, deixam um gosto estranho na boca.

Se somos o país que mais consome conteúdo erótico/pornográfico trans, o que nos leva a ocupar a liderança nos assassinatos?

CAPÍTULO 2 – ALGUMAS PARTICULARIDADES DO TRANSFEMINICÍDIO NO BRASIL

Neste breve capítulo, exponho não apenas alguns dados mais recentes sobre o transfeminicídio, mas números curiosos sobre o mercado de pornografia travesti e trans no Brasil e no mundo.

O intuito de mostrar dados aparentemente paradoxais se origina de uma questão: se o Brasil é o país que mais assassina cruelmente travestis e mulheres trans, como explicar o fato de que é também um dos líderes de consumo de pornografia do gênero trans?

2.1 Paradoxo ou complementaridade?

Como já mencionado anteriormente, o Brasil, de acordo com dados de diversos organismos não governamentais no campo dos direitos humanos, é o país que mais mata lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no mundo (GGB, 2021; ANTRA, 2022) e não conta com lei específica para esse tipo de violência⁴⁵.

Segundo o relatório anual do Grupo *Gay* da Bahia (GGB) intitulado “Mortes violentas de LGBT+ no Brasil”⁴⁶ (2022), a violência contra pessoas LGBTQIA+ ainda é um problema presente e constante no Brasil. Se os números da ANTRA já mencionados anteriormente já denunciam a política genocida contra pessoas trans, o Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, através do “Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo *Gay* da Bahia” publicado em 2021, informa que 237 pessoas foram assassinadas devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero no ano de 2020, dos quais registram-se 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (GGB, 2021). Ainda de acordo com levantamento mais recente do GGB (2022), no ano de 2021, foram assassinadas 300 pessoas, 8% a mais que no ano anterior, sendo 276 homicídios e 24 suicídios – o que representou uma morte a cada 29 horas.

⁴⁵ Somente muito recentemente o Superior Tribunal Federal incluiu os crimes contra a população LGBTQIA+ na lista de crimes de racismo. Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 03 nov. 2020.

⁴⁶ Disponível em <https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 12 jul.2022.

Tanto a ANTRA quanto o GGB alertam que há uma outra sorte de desafios em relação à violência contra travestis e mulheres trans, como a invisibilidade dos casos de transfeminicídio e a subnotificação destas mortes (GGB, 2020; ANTRA, 2021), fato que não passa despercebido quando se trata dos números. Eles não exprimem a realidade cruel a que são submetidas as pessoas LGBTQIA+, em especial as pessoas trans (ANTRA, 2021; 2022). Como já mencionado anteriormente, nem mesmo a pandemia do SARS-CoV-2 foi capaz de reduzir os casos de violência contra pessoas LGBTQIA+; o isolamento social trouxe à tona outras questões relacionadas à violência que necessitam de um olhar mais crítico.

Conforme indica o próprio GGB (2021), os efeitos provocados pela pandemia de SARS-CoV-2 intensificaram ainda mais o sofrimento de muitos LGBTI+. Segundo o GGB (2021, p. 10), o contexto de precariedade e violência se aprofundou

[...] tendo em vista que dada população já era impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços. A pandemia reduziu a mobilidade de grande parcela dos brasileiros que agora se veem obrigados a seguir as medidas obrigatórias de contenção da doença, incluindo o isolamento social, que obriga todos os grupos a permanecerem em suas residências. Ainda que os dados apresentem uma redução, não há o que celebrar, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos continuam morrendo por resistirem pela liberdade de seus corpos, sexualidades e vida.

Conforme já mencionado anteriormente, a ANTRA (2022; 2023) sinaliza que os assassinatos contra profissionais do sexo seguiram representando a grande maioria, inclusive durante a pandemia. Não muito diferente dos anos anteriores, em 2021, pelo menos 78% das vítimas foram travestis e mulheres trans profissionais do sexo – consideradas as mais expostas à violência direta e ao estigma oriundos dos processos de marginalização impostos pelo contexto social. Nesse sentido, a ANTRA é categórica ao afirmar que a prostituição compulsória – gerada pela falta de oportunidades, relega muitas mulheres a um contexto de “alta vulnerabilidade social” e as expõe a maiores chances de violência, além de “toda a sorte de agressões físicas e psicológicas” (ANTRA, 2022, p. 47).

Entretanto, a própria ANTRA (2022) aponta para um fato importante: o de que não é exatamente a prostituição que as coloca em situação de vulnerabilidade. A ANTRA indica que a vulnerabilidade (em particular da população de travestis e mulheres trans) situa-se especificamente nas urgências de suas necessidades, nas situações de transfobia

e nas inúmeras exclusões nos níveis social, familiar, estatal, etc. Soma-se a isso – dada segundo a associação – as diversas dificuldades de acesso à educação e ao mercado formal de trabalho que as leva, em sua maioria, para o trabalho sexual.

Antes de seguir adiante, saliento que, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais, o termo “vulnerabilidade” tem sido pensado criticamente. Em uma outra oportunidade, mencionei que muitas vezes a expressão é empregada sem que sejam considerados os condicionantes sociais que incidem sobre ela (BEZERRA, 2019). Logo, encontro apoio nas reflexões de Anahi Guedes de Mello (2016, p. 3274), que indica que a vulnerabilidade “deve ser compreendida como um indicador da desigualdade social que se expressa nos processos de exclusão de grupos sociais que têm sua capacidade de ação e reação reduzida em função da discriminação e opressão a que são submetidos” (MELLO, 2016, p. 3274).

Nessa perspectiva, no dossiê da ANTRA sobre o ano de 2020, Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2021) apontam que, com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego nos últimos anos, acredita-se que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. As autoras ainda indicam que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, “mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 44).

Trata-se, portanto, de entender que a vulnerabilidade não está no trabalho sexual *per se*, mas em uma certa estrutura não evidente de preconceito e ódio chancelados por narrativas religiosas, políticas conservadoras e contextos sociais cis heteronormativos. O mesmo dossiê publicado no ano de 2022 ainda informa que são diversas as profissionais do sexo, travestis e mulheres trans que, em conversas informais ao longo do ano de 2021, em espaços online e presenciais, afirmaram ter o trabalho sexual remunerado como uma atividade profissional. Nos informa a ANTRA que:

[...] uma parcela considerável, em torno de 65% delas afirma que se tivesse oportunidade estariam em outras atividades, destas, algumas afirmaram que teriam dificuldade de se adaptar à nova rotina por diversos fatores, dentre eles **o medo de serem vítima de transfobia no ambiente laboral, devido ao assédio (sexual e moral) e os baixos salários**, enquanto outras 23% afirmaram que desejam continuar naquela atividade. As demais, 12% restantes, prefeririam não ter que

decidir entre um e outro, e sugeriram que mesmo empregadas seguiriam fazendo uma espécie de complementação de renda na prostituição – realidade já observada por nós em outros momentos. (ANTRA, 2022, p. 47)⁴⁷.

Novamente, retomo ainda que de maneira breve, a ideia do olhar interseccional para a questão da violência e para o que forma parte de sua estrutura; recorro à Louro (2004) em “Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria *queer*”, que nos alerta para a ideia de que a etnia, geração, nacionalidade, religião, entre outras esferas, constroem os sujeitos, suas vivências e costumes, conferindo ao mundo certa diversidade, e que parece fundamental ser considerada.

Nas conversas informais que mantive na cidade do Porto, em Portugal, com algumas travestis e mulheres trans, era comum escutar depoimentos que denunciavam as diversas camadas não evidentes que o assédio moral e a exclusão social escondem; muito do sofrimento e da vida à margem que algumas destas mulheres vivem por lá, parece parte de um contexto social cis heteronormativo – de base cristã muito presente – que marca espaços e delimita fronteiras. B.⁴⁸, numa roda informal de conversa expôs: “se for de dia, e nos transportes públicos, então, nossa! No *comboio*⁴⁹ indo pra Braga uma vez, já escutei ‘volta pro seu país, coisa suja! Preta desgraçada, aberração, vais pro inferno quando morrer, e vais ser logo condenada por Deus!’”. Em uma outra roda de bate papo, L⁵⁰ ao falar sobre as vantagens e desvantagens de se namorar uma mulher trans, revela o que há por trás do desejo que sente por travestis: “é gostoso demais, mas é um corpo estranho, que as pessoas olham estranho, até eu olho estranho muitas vezes! **Não é o tipo de mulher pra apresentar pro teu pai, é uma mulher de pau**, Vlad, é diferente, não é normal!”⁵¹.

Tanto a passagem de B, como de L expõem não somente a face mais insidiosa do preconceito – o nojo frente a um corpo considerado abjeto, mas que não exclui (entre alguns homens) um desejo necessariamente circunscrito a determinados espaços – aspecto que será explorado na segunda parte deste trabalho.

Observo então, no pequeno (mas significativo) conjunto das conversas entre travestis, mulheres trans, e homens que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com

⁴⁷ Meu grifo.

⁴⁸ Inicial do nome trocada de modo a preservar a identidade das pessoas citadas.

⁴⁹ Trem (na tradução para o português do Brasil).

⁵⁰ Inicial do nome trocada de modo a preservar a identidade das pessoas citadas.

⁵¹ Meu grifo.

elas, que há uma certa tensão muito bem marcada, que aparentemente pode ser considerada como paradoxal, mas que a um olhar mais atento apresenta certa complementariedade.

Antes de avançar, tomo novamente a ideia de “corpo estranho” de Louro (2004), para refletir que este mesmo corpo estranho – que causa não apenas repulsa e estranheza – também ganha contornos de fascínio.

De um modo geral, e para além da ótica interseccional, Louro defende o que chama de uma “pedagogia *queer*” que não necessariamente advoga a favor do que é diferente, ou que tenta apaziguar diferenças em direção à tolerância; Louro introduz a ideia de uma pedagogia do cotidiano a serviço do “processo de produção das diferenças” (2004, p.48), e que trabalharia especialmente com “a instabilidade e a precariedade de todas as identidades” (2004, p. 48). Nesse sentido, homens e mulheres, conjugam categorias aparentemente contrárias como desejo e repulsa, ou orgulho e vergonha – por exemplo – produzindo uma complexa rede de relações interpessoais que extrapolam algumas normas sociais, e fazem-se permitir o cruzamento de certos limites; por outro lado, esta mesma pedagogia a serviço das diferenças ainda marca – em muitos sujeitos – muitas questões de gênero, e lugares sociais.

2.2 Números curiosos

Curiosamente, dados do conglomerado canadense *MindGeek*, dono de grandes sites de pornografia *online* como *Pornhub* e *Redtube*, e também dono de produtoras multimilionárias de vídeos adultos como *Brazzers*, *Digital Playground*, *Men.com*, *WhyNotBi.com*, *Reality Kings* e *Sean Cody* indicam que buscas por termos como travesti, transgênero, travesti brasileiro, *femboy*⁵² e *ladyboy*⁵³ aparecem na liderança dessas plataformas em todos os países. Entre 4 paredes, o Brasil figura em muitas estatísticas e é um dos países líderes no consumo de pornografia transgênero no mundo. Alguns vídeos no Brasil atingem mais de 920.000 visualizações no *RedTube* e 14,5 milhões no *PornHub*.

Ainda segundo os dados fornecidos pelo conglomerado *MindGeek*, homens são 63% mais propensos a buscar por pornografia travesti e trans quando comparados com as mulheres. Homens entre 18 a 24 anos e 45 a 64 anos são os que mais consomem esse tipo

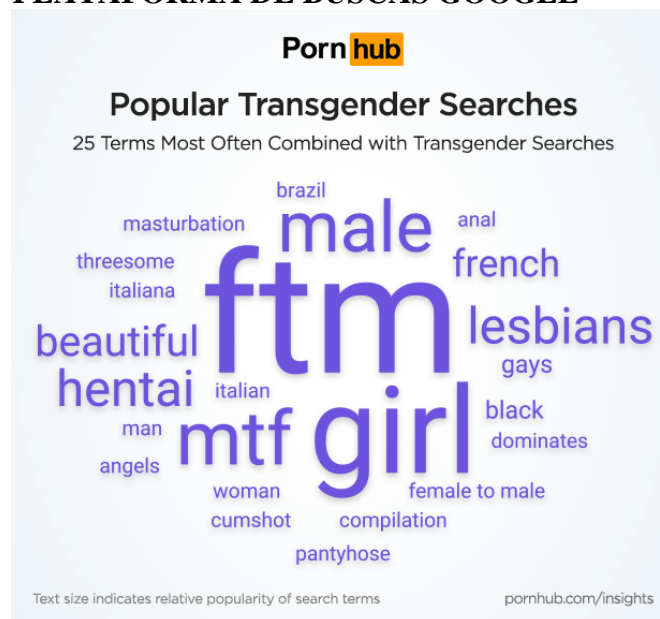
⁵² Diminutivo do termo “*feminine boy*”, para indicar rapazes jovens com traços femininos.

⁵³ Similar ao termo *ladyboy*.

de conteúdo no mundo⁵⁴.

As expressões combinadas ao termo *transgender* variam conforme a figura a seguir. Notem o maior destaque para as expressões “ftm” (*female to male*, que indica a transição de mulher para homem) e “mtf” (*male to female*, que indica a transição de homem para mulher).

FIGURA 1 - TERMOS ASSOCIADOS À EXPRESSÃO *TRANSGENDER* NA PLATAFORMA DE BUSCAS GOOGLE



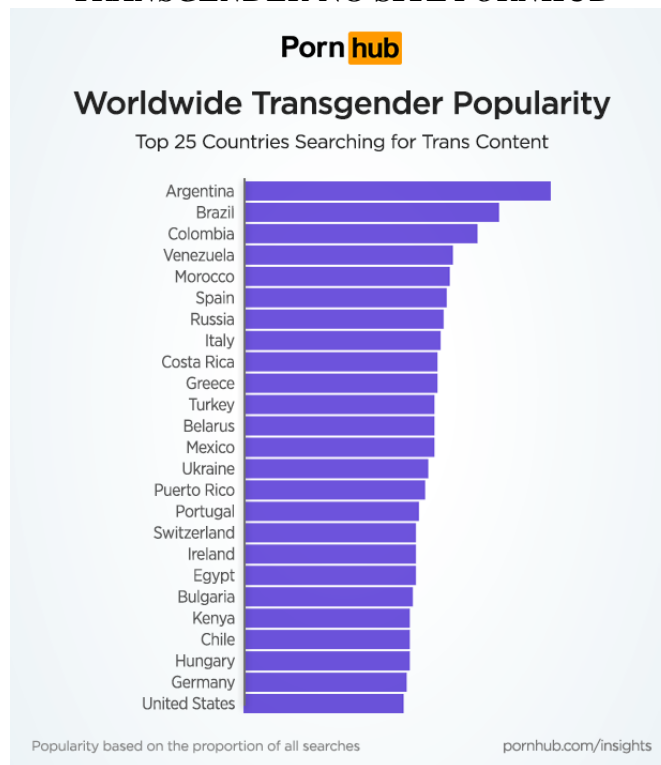
Fonte: MindGeek/Pornhub/Google Analytics

De um modo geral, as estatísticas específicas sobre as buscas de conteúdo pornográfico travesti e transgênero ainda informam que, em todo o mundo, os termos relacionados a transgêneros atualmente representam 1,97% do geral de pesquisas no *Pornhub*, o que representa mais de um milhão de pesquisas por dia. Na América do Sul, alguns países se destacam em buscas por pornografia transgênero; a Argentina proporcionalmente busca mais do que qualquer outro país do mundo, representando 4,1% de todas as suas buscas. No Brasil, vídeos com travestis e mulheres trans representam 3,42% de todas as buscas e 3,11% na Colômbia. Os Estados Unidos ocupam o 25º lugar no mundo em popularidade de pesquisa de transgêneros – inclusive entre estados mais

⁵⁴ Os dados são coletados através do *Google Analytics*, com base na ferramenta de busca da plataforma. De acordo com o site *Pornhub*, o *login* da conta *Google* se limita a considerar apenas dois gêneros – homem e mulher. Disponível em <https://www.pornhub.com/insights/transgender-searches>. Acesso em: 12 jul. 2022.

conservadores, como Montana e Arizona.

FIGURA 1 – PAÍSES QUE LIDERAM AS BUSCAS PELA CATEGORIA TRANSGENDER NO SITE PORNHUB



Fonte: *MindGeek/Pornhub/Google Analytics*

As buscas por pornografia travesti e trans durante o ano de 2021 também foram acompanhadas pelo *MindGeek* através de sua plataforma de vídeos mais popular, o *Pornhub* – em uma associação inédita com o *Google Analytics*. O *Google* (a partir do *login* de seus usuários, dentro dos termos de confidencialidade) recolheu dados demográficos importantes como sexo, idade, localização e termos de procura de seus usuários no contexto da plataforma *Pornhub*. Algumas categorias apresentaram massivo aumento de acessos durante a pandemia, e o termo *transgender* passou a ocupar o sétimo lugar nas categorias mais procuradas, representando um aumento de visualizações de vídeos de 23% em relação ao ano anterior. Contudo, em 2021, somente as pesquisas com o termo ‘trans’ cresceram mais de 141%. A categoria, em pleno ano pandêmico de 2021, tornou-se a 10ª mais assistida por visitantes do sexo masculino em todo o mundo. Ainda segundo o *MindGeek*, atualmente, algumas das modelos femininas verificadas mais populares do *Pornhub* são transgêneros.

Em parte, este aumento expressivo é explicado pelo *Pornhub* devido a um

aumento considerável da visibilidade do debate na mídia *mainstream* sobre pessoas trans e a luta por direitos; séries, filmes e documentários tem contribuído para tal proeminência na mídia. Tal fato, segundo o *Pornhub*, pode ter ensejado uma maior liberdade entre homens e mulheres a buscar conteúdo atrativo sobre o tema e, conseqüentemente, erótico e pornográfico⁵⁵.

2.3 *Phallus*: algumas imbricações com a Psicanálise

Acredito que já perceberam que na medida que avanço nas reflexões sobre a violência letal contra travestis e mulheres trans, provoco propositalmente um pequeno deslizamento no terreno movediço do transfeminicídio. Tento, na medida do possível e ciente do risco, articular as reflexões das Ciências Sociais sobre o tema com a Psicanálise. Nada disso tem a ver em priorizar este ou aquele campo de conhecimento, muito pelo contrário, isso revela o tal híbrido que habita minha prática profissional.

Trago, muito resumidamente, o conceito de *falo* para preparar o terreno para uma discussão mais aprofundada sobre masculinidades na segunda parte da tese e para – aqui – realizar algumas reflexões sobre erotismo e violência numa perspectiva que articula a sociologia e a Psicanálise. Desse modo, se faz necessário situar o leitor no entendimento do termo, uma vez que ainda hoje a introdução da expressão no campo psicanalítico gera algumas imprecisões, divergências e mal entendidos (BONFIM, 2014).

Flavia Gaze Bonfim, em *Perspectivas sobre o escrito lacaniano: a significação do falo* (2014), sinaliza que o principal equívoco cometido é o de confundir o falo com o pênis. É Lacan, ainda segundo Bonfim (2014), que realiza um trabalho de teorização na tentativa de esclarecer um estatuto do falo na Psicanálise mais plausível com a ideia original freudiana, mais próxima da concepção grega antiga.

Nessa perspectiva, Lacan (1996 [1958], p. 267) indica que o termo “falo” pode ser compreendido como o significante estruturador do campo sexual nos sujeitos. Complementarmente, é Mijolla (2005) que indica que o falo se designa pelo termo grego *Phallus*, a representação do pênis em ereção – apontando para uma certa ideia de poder (MIJOLLA, 2005; POLLO, 2010). Há um consenso entre alguns comentadores de que Freud distinguiu muito pouco os termos “falo” e “pênis” em determinados momentos de

⁵⁵ Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/yir-2021#Most-Searched-for-Terms>. Acesso em: 12 jul. 2022.

sua obra (BONFIM, 2014; POLLO, 2010; LACAN, 1996 [1958]). Contudo, o falo representa no conjunto de leituras no campo da Psicanálise uma representação imaginária e simbólica do pênis ereto, que vai balizar ou polarizar – no início do desenvolvimento infantil das crianças do sexo masculino – o desejo entre mãe e filho no triângulo imaginário (pré-edipiano) “mãe-falo-criança” (MIJOLLA, 2005).

De outro modo, Vera Pollo (2010, p. 754) explica que “a função do falo é determinar as estruturas — ritos, gestos e falas — que serão submetidas às relações entre os sexos”. Nessa ótica, tendo a concordar com Parrini (2016), que propõe o termo *falotopia* – modo pelo qual as hipermasculinidades se apoderam dos espaços públicos e simbólicos. O autor, claramente em consonância com o pensamento de Teresa de Lauretis (2011) sobre a noção de *espacio figural* (espaço figurativo – tradução livre), isto é, um lugar de trânsito, deslizamentos e transformação, indica que a noção de falo nos ajuda a pensar não somente o *Phallus* em si, mas masculinidades como um “vetor espacial de uma ocupação violenta do território social e uma forma autoritária seus usos” (PARRINI, 2016, p. 28). Ainda de acordo com Parrini, o falo é um mapa complexo de uma imposição agressiva de modos de vida, que se instaura em torno da diferença sexual – isto é, o falo traça mapas, estipula limites, determina e “distribui” (PARRINI, 2016, p. 28) coordenadas não somente políticas, mas afetivas da vida social.

Como bem observa Parrini, o falo é também um “vetor de produção afetiva dos espaços sociais” (PARRINI, 2016, p. 29), e concordo com o autor quando aponta que a *falotopia* é tanto um território sobre o qual se exerce um controle violento ou uma imposição violenta e cruel de formas de organizações sociais, como também das subjetividades. Há – na visão do autor – algumas pistas que revelam uma reconfiguração contemporânea de gênero e dominação sexual, ou o que chama de “ruptura entre a política e a ordem simbólica patriarcal” (PARRINI, 2016, p. 30) a partir da segunda metade do século 20, que provoca uma espécie de terremoto na ordem do simbólico em relação à figura masculina e coloca em xeque até mesmo o “aparelho edipiano” (tradução livre) explorado por Freud em *Totem e Tabu* (1913), em que a relação dos homens com o poder e a exclusão das mulheres formava a base de muitas organizações sociais.

2.3.1 Desejo *en passant*

Muito embora eu opte por aprofundar as relações entre as masculinidades e alguns

conceitos no campo da Psicanálise na segunda parte da tese, vale aqui pontuar que Parrini, fazendo eco à sua aproximação com a Psicanálise e autoras como De Lauretis e Segato, indica que o desejo é uma “energia” (PARRINI, 2016, p. 21) produtora de memórias, sensações, experiências corporais, intensidades emocionais⁵⁶; um motor – de caráter não sistemático, involuntário, que também cria “vínculos que não contam com avais institucionais” (PARRINI, 2016, p. 22).

Tal ideia parece dialogar com a questão que levanto anteriormente sobre as possíveis relações entre a violência e o erotismo, e mais especificamente com o consumo de pornografia trans: se somos o país que mais mata travestis e mulheres trans no mundo, de que forma ocupamos a liderança no consumo de material pornográfico do gênero?

Três autores me dão suporte para reflexões iniciais – Rodrigo Parrini, Georges Bataille e John Gagnon. O próprio Parrini (2016) oferece uma pista interessante para se pensar os costumes e os discursos sociais instituídos pelas normas e as subjetividades dos sujeitos no que tange a relação entre as questões de gênero e sexualidade. O autor aponta que, no âmbito das novas formas de dominação presentes nos contextos mexicanos de violência, há uma predominância do “cinismo” e da “hiper-violência” no escopo das relações políticas e sociais. Isto é, a partir de “*devenires*” singulares (que entendo aqui por vivências ou devires particulares – tradução livre), dentro de determinadas temporalidades e espaços, o cinismo e a hiper-violência surgem como uma espécie de sintoma que repara – ainda que temporariamente – o tal rasgo produzido por uma dominação que não mais se constitui exclusivamente de forma piramidal, nos moldes edipianos preconizados por Freud, ou como a imagem de um “soberano-patriarca a la cabeça” (PARRINI, 2016, p. 19) como nos moldes do Leviatã, de Hobbes, como Parrini menciona.

Nas últimas décadas, o que se observa – segundo o autor – é uma dominação que repousa no terreno do cinismo e da hiper-violência que se constitui como “uma densa rede de pactos e genealogias políticas masculinas que estão (ultimamente) em conflito ou de acordo, que se articulam ou entram em conflito, que se unem ou se separam” (PARRINI, 2016, p. 19), de modo a manter a capilaridade da ordem patriarcal. O cinismo e a hiper-violência são *falotopías* produzidas para não somente fincar-se uma nova ordem de dominação (ainda que mais heterogênia), mas para manter – mesmo de modo adaptado

⁵⁶ Ver mais sobre o assunto em Luiz Fernando Dias Duarte em “O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna” (1999).

– a soberania do homem frente aquilo que se insurge contra a norma. Como bem diz Parrini (2016, p. 33): “são falos entumecidos que funcionam como marcadores territoriais. Mostram a crueldade a que são capazes seus assassinos; estes exibem seu poder [...]”.

Em algum sentido, o autor indica que os corpos, vítimas deste cinismo e da hiper-violência, são como bandeiras utilizadas pelos assassinos para mascarar um desejo, e assim sustentar determinadas posições hierárquicas (ora e outra ameaçadas) e ordens dentro de determinados contextos sociais.

A questão do desejo é arenosa e cheia de declives. John Gagnon (2006) não deixa de mencionar a importância da tradição freudiana no que tange o desenvolvimento das ideias ligadas à sexualidade, especialmente a partir do século XX. Tampouco deixa de lado o crédito dos trabalhos de Alfred Kinsey entre as décadas de 1940 e 1950, em que uma “contabilidade social começou a se concentrar no comportamento sexual das pessoas [...]” (GAGNON, 2006, p. 66). Para o autor, a noção de “roteiro” vai nortear uma série de reflexões sobre o desejo e condutas sexuais específicas, que de modo geral estariam inseridas dentro do que denomina de:

[...] plano ou projeto, na medida em que constitui uma unidade suficientemente ampla para abarcar elementos simbólicos e não verbais numa sequência de condutas organizada e delimitada no tempo, [...]. Esses roteiros fornecem o nome dos atores, descrevem suas qualidades, indicam os motivos do comportamento dos participantes e estabelecem a sequência de atividades apropriadas, verbais e não-verbais, que devem ocorrer para que o comportamento se conclua com êxito e para permitir a transição para novas atividades (GAGNON, 2006, p. 114).

Nesta ótica, para Gagnon, a questão do desejo estaria diretamente ligada à noção de roteiros apreendidos e que seriam utilizados como recursos para a interpretação de determinadas condutas sexuais em três níveis: “os cenários culturais (a pornografia e o cinema), as interações interpessoais (como em atos sexuais específicos) e os processos intrapsíquicos (fantasias, projetos e recordações sexuais” (GAGNON, 2006, p. 192).

Num salto que busca alguma relação com o pensamento de Parrini, recorro a Georges Bataille em “O Erotismo” (1987[1957]), que traz a ideia de que “o erotismo é, de forma geral, infração à regra dos interditos: é uma atividade humana” (BATAILLE, 1987, p. 88). Bataille introduz, em 1957, a ideia de que a transgressão ao interdito ganha um sentido que retorna ao conceito de natureza humana, de animalidade ou bestialidade

que explica apenas parcialmente a questão do desejo e da violência.

Explico.

Se, para Bataille, os seres humanos são constituídos por um sentimento de falta ou descontinuidade, é no erotismo, na sexualidade, nas experiências com os *outros*⁵⁷ e para além do sentimento *de si*⁵⁸ que se introduz o que o autor chama de “uma continuidade possível, opondo-se à descontinuidade inicial” (BATAILLE, 1987, p. 96). Isto é, o *outro* responde ao sentimento de descontinuidade oferecendo no erotismo uma possibilidade de continuidade. Pelo menos provisória, parcial. Na experiência de encontro entre duas ou mais pessoas – no âmbito do erotismo – ao passo que se é oferecida uma possibilidade de continuidade, o objeto de desejo contribui tão somente para tamponar momentaneamente o que há de interdito no sujeito.

De um modo geral, Bataille (1987) introduz a ideia de que o erotismo, ou a atividade erótica, representa o “abalo” (BATAILLE, 1987, p. 97), ou a fissura por onde escapa a violência – base do erotismo – e própria da sensualidade humana – “a mola do prazer” (BATAILLE, 1987, p. 97). Para o autor, é justamente o que chama de “ansiedade sexual” ou desejo, que vai perturbar a ordem, a norma, o sistema. É justamente na transgressão que o interdito sexual se revela e passa ao ato (*acting out*) – em alguns casos, mais violentos que outros.

Na concepção de Bataille, na experiência do erotismo, passa-se a conhecer um prazer que ao mesmo tempo que apazigua o sentimento de descontinuidade, ele também abala determinadas estruturas ao lembrar que o prazer obtido do *outro* também condena e mantém os sujeitos descontínuos. Ao tomar a ideia de que “a essência do erotismo é dada na associação inextricável do prazer sexual e do interdito” (BATAILLE, 1987, pp.100-101), faço um retorno à Maria Homem e a Contardo Calligaris (2019), que afirmam que a sexualidade é “fazer do outro objeto” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 92) de desejo, ao passo que os mesmos sujeitos que colocam o outro como objeto, também se tornam objetos de um desejo. Dizem os autores que estes lugares são permeados essencialmente por uma violência inerente ao erotismo: “o sexo é um negócio que toca o corpo, que morde, que amputa partes, que corta, ou recorta. O sexo é sempre violento, em alguma medida, e trata o outro como objeto” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 92).

⁵⁷ Grifo de Bataille.

⁵⁸ Idem.

O pensamento de Bataille parece estar alinhado assim às reflexões de alguns autores que flertam com a Psicanálise no que tange o erotismo e sua relação com a violência. De um modo geral, as experiências de violência são muito bem marcadas desde a infância, num masoquismo primário, de “modelo primeiro de gozo, que é um modelo de ser, justamente, um objeto sem defesa nas mãos poderosas de uma mãe ou de um adulto que nos vira para cima, para baixo [...]” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 91). Contudo, ainda que a matriz do erotismo pareça ser a fantasia formada no binômio sujeito/objeto (BATAILLE, 1987; HOMEM; CALLIGARIS, 2019), ainda se faz necessário entender como a violência transborda do terreno da sexualidade, da objetificação do outro no campo das fantasias, para a encruzilhada dos assassinatos de travestis e mulheres trans – ou a passagem ao ato violento.

Afinal, diferentemente do desejo que permeia praticantes de atividades sexuais como o *Barebacking* – o sexo sem preservativo – onde observa-se a ampliação dos lugares de subjetivação e o exercício das subjetividades dos seus praticantes num jogo, ou num gozo consensual (SILVA, 2018; BEZERRA, 2019), o desejo que se apresenta no campo das relações entre alguns homens, travestis e mulheres trans parece – neste ponto da tese – ser o inverso, uma angústia; isto é, os assassinatos de travestis e mulheres trans revelam o desejo pelo uso do corpo do *outro*, a invasão e a devastação do *outro*, ou a anulação da diferença – sem nenhum jogo, nenhum acordo.

De modo a encerrar esta primeira parte da tese, retorno a Parrini (2016, p. 45), que pontua que as fronteiras da crueldade “caminham junto com os limites da diferença sexual”. Há aí talvez o grande ganho de pensar o transfeminicídio não de modo a afirmar isso ou aquilo, mas numa tentativa de ampliação das reflexões sobre a violência letal contra travestis e mulheres trans.

Quanto mais diverso o outro, mais violento aquele que não suporta a diferença? Questiono um pouco mais objetivamente: um contexto social ultra masculinizado expulsa quaisquer pessoas que não atendam aos parâmetros de uma *falotopia*? O próprio Parrini (2016) cita o Viagra e o ideal de falo entumescido por longas horas, que supõe uma ereção perpétua, força, domínio e uma economia de gozo masculino que usa as mulheres, mas que não necessariamente precisa delas.

Nesse sentido, defendi até aqui a hipótese de que uma masculinidade específica – forjada na cartilha da violência patriarcal (BARKER, 2016) e *falotópica* (PARRINI, 2016) se apresenta como o terreno ideal para a feminofobia, para o canibalismo de corpos

dissidentes, para a destruição, e para uma “exclusão radical” (PARRINI, 2016, p. 45) que aniquila travestis, mulheres trans e o que há de feminino proposto por elas.

A seguir, na segunda parte deste trabalho, enveredo especificamente pelas pistas indicadas por Connell (2005), Bento (2016) e Butler (2015), cujo conjunto de leituras indica uma convergência. De um modo geral, as autoras apontam para a possibilidade de pensar que quando assassinam cruelmente estas mulheres, alguns homens tentam exterminar o que há de feminino neles mesmos – em parte, como já indicado, dada a posição que o feminino ocupa em determinados contextos sociais; por outro lado, devido aos processos de subjetivação na construção da imagem de uma mulher mitificada (e que de certa maneira é estilhaçada pela *mulher de pau*⁵⁹).

Ao apostar nas pistas de Connell, Bento e Butler, me faço uma pergunta: o que há de tão fantasmagórico no feminino proposto por travestis e mulheres trans?

Isso é, se há.

⁵⁹ Entenda-se aqui a imagem da *mulher de pau* como um homem que abriu mão de seu lugar de privilégio, para ocupar uma posição ‘inferior’ *afeminada* (na figura do “baitola”, da “bicha”, da *cdzinha* [cêdêzinha], abreviamento do termo inglês *crossdresser* para indicar homens que performatizam uma feminilidade através das vestimentas e atitudes), ou feminina (representada pelas travestis e mulheres trans); essa diferenciação era constantemente muito bem marcada nos diálogos informais que presenciei entre os homens que se relacionavam afetiva/sexualmente com travestis e mulheres trans durante meu estágio doutoram em Portugal.

PARTE 2

DISSECANDO O TERRENO

CAPÍTULO 3 – O HOMEM COM “H” E SUAS FACES

*Nunca vi rastro de cobra
 Nem couro de lobisomem
 Se correr o bicho pega
 Se ficar o bicho come
 Porque eu sou é home'
 Porque eu sou é home'
 Menino eu sou é home'
 Menino eu sou é home'
 E como sou
 [...]*

***Quando eu estava prá nascer
 De vez em quando eu ouvia
 Eu ouvia a mãe dizer
 Ai meu Deus como eu queria
 Que essa cabra fosse home'
 Cabra macho prá danar
 Ah! Mamãe aqui estou eu
 Mamãe aqui estou eu
 Sou homem com H
 E como sou
 [...]***

***Cobra! Home'
 Pega! Come'
 Porque eu sou é home'
 Porque eu sou é home'
 Menina eu sou é home'
 Menina eu sou é home'
 Eu sou homem com H
 E com H sou muito home'
 Se você quer duvidar
 Olhe bem pelo meu nome
 Já tô quase namorando
 Namorando prá casar***

*Ah! Maria diz que eu sou
 Maria diz que eu sou
 Sou homem com H
 E como sou
 [...]*

*Cobra! Home'
 Pega! Come*

*Porque eu sou é home'
 Porque eu sou é home'
 Menino eu sou é home'
 Menino eu sou é home'*

*Eu sou homem com H
 E com H sou muito home'
 Se você quer duvidar*

*Olhe bem pelo meu nome
Já tô quase namorando
Namorando prá casar*

***Ah! Maria diz que eu sou**
Maria diz que eu sou
Sou homem com H
 E como sou*

*Nunca vi rastro de cobra
 Nem couro de lobisomem*

*Se correr o bicho pega
 Se ficar o bicho come
 Porque eu sou é home'
 Porque eu sou é home'
 Menino eu sou é home'
 Menino eu sou é home'*

[...]

*Nunca vi rastro de cobra
 Nem couro de lobisomem*

*Se correr o bicho pega
 Se ficar o bicho come
 Porque eu sou é home'*

Porque eu sou é home'
Menino eu sou é home'
Menino eu sou é home'
E como sou

(Meus grifos; letra composta pelo paraibano Antônio Barros em 1970, e interpretada por Ney Matogrosso, 1981)⁶⁰

A contextualização realizada na primeira parte da tese nos mostra a superfície de um terreno em que o transfeminicídio se revela; seja numa beira de estrada ou em esquinas, terrenos baldios, encruzilhadas, terras descampadas ou em matagais, ribanceiras e barrancos – diariamente reviram-se (e expõem-se) corpos desfigurados, mutilados, destruídos e aniquilados.

No ano de defesa desta tese (2023), o horror da violência contra travestis e mulheres trans segue sendo contabilizado. Segundo os dados mais recentes da ANTRA (2023), durante o ano de 2022, ao menos 151 pessoas trans foram mortas. No ranking por região, os Estados do Nordeste brasileiro voltam a assumir o maior número de mortes em números absolutos. Pernambuco foi o Estado que mais matou pessoas trans em 2022, 13 no total. No Ceará, foram registrados 11 assassinatos.

Em dados absolutos, São Paulo assume a liderança por assassinatos da população trans, 116 no total. A pessoa trans mais jovem assassinada em 2022 no Brasil tinha apenas 15 anos de idade (ANTRA, 2023). Os números seguem revelando os males oriundos do vazio criado pela ausência do Estado no trato de políticas públicas para a população LGBTQIA+, em especial em questões de saúde e segurança (ANTRA, 2023).

O caso Dandara, ocorrido no ano de 2017 e que me serve de ponto de partida para algumas reflexões neste capítulo, é uma das faces mais visíveis de um fenômeno que esconde algumas estruturas – que muito embora não sejam aparentes, defendo serem fundamentais para a sustentação da violência⁶¹ a que travestis e mulheres trans são

⁶⁰Disponível na plataforma digital Youtube através do link: https://www.youtube.com/watch?v=pSa5CHGfu_4. Acesso em: 02 fev. 2023.

⁶¹ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/12/28/mulher-trans-espancada-transfobia-belo-horizonte.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

submetidas cotidianamente⁶². Dandara foi morta por um grupo, a *pauladas*⁶³.

Sustento, nesta segunda parte do trabalho, a defesa de que, ao matarem travestis e mulheres trans, os assassinos – de alguma maneira – matam o que há de feminino neles próprios; em outras palavras, tentam exterminar aquilo que não deve, por convenção, ser parte do masculino.

É importante finalmente pontuar que, sobre o termo “feminino”, considero a proposta da psicanalista Monique Schneider em dois de seus livros: *Le Paradigm Féminin* e *Genealogie du Masculin*, ambos publicados em 2006, para definir o que na tese denomino “feminino”. De modo geral, as duas obras colocam sob escrutínio e questionamento sistemático à ideia de que a anatomia seria um destino para a questão de gênero, perfazendo assim um retorno crítico à produção freudiana sobre a feminilidade e ao conceito de mulher. Segundo a autora, a anatomia tal qual uma “palavra-chave” no contexto da tradição patriarcal e na qual o próprio Freud se inseriu, de certo modo, retém (historicamente) a ideia de uma verticalidade masculina, emblema de força e do poder, símbolos do patriarcado. No entanto, Schneider (2005) nos alerta que, ao reduzirmos a masculinidade ao seu símbolo pura e simplesmente, quase que automaticamente relegamos a vulnerabilidade, a pele, a carne e o visceral à figura feminina, ou ao lado feminino, à mulher (definida por sua anatomia) – criando assim um paradigma frágil.

Na psicanálise, a questão se apresenta como complexa desde seus primórdios. Diz Freud (1933), em “A Feminilidade”, que é da própria natureza da psicanálise não querer descrever o que é a mulher, mas examinar seu devir. Tal concepção também encontra-se em destaque nas reflexões de Schneider, mais especificamente sobre a feminilidade; Schneider (2005) indica que, na tradição psicanalítica, o que se ofereceu por décadas foi uma visão sintética da mulher centrada na falta, ou na castração, e que “diz respeito a um lugar corporal feminino, caracterizado pela sua interioridade [...], ou por sua

⁶² Outro caso mais recente também me chama atenção; no último dia 16 de dezembro de 2022, uma mulher trans de 34 anos – que deixava uma das casas em que trabalha como faxineira, no bairro São Cristóvão, em Belo Horizonte – foi surpreendida com xingamentos e agressões físicas; segundo reportagem do portal UOL, e relatos da advogada da vítima, os homens agressores se referiam a mulher como “aberração da natureza”. O vídeo das agressões, mostra o caráter cruel da violência contra a mulher, que sozinha tenta se defender do grupo. Disponível digitalmente na plataforma Youtube no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=suSGDuykYkY>. Acesso em: 04 jan. 2023.

⁶³ Meu grifo. No dicionário Houaiss (2009, p. 1450), o termo é designado como “golpe desferido com um pau”; no futebol, é entendido como um “chute violento”, e suas variações passam por cacetada, cacete, chavascada, porrada e porretada. Faço aqui uma provocação a quem lê a tese ao relacionar o termo “paulada” à ideia de *falotopia* de Parrini (2016), que indica que o falo pode ser considerado um vetor da produção afetiva dos espaços sociais, e uma ferramenta para se exercer (por vezes de modo violento e cruel) a organização de subjetividades.

espacialidade colocada sob o signo da desorientação [...], o ‘espaço oco’ que pode acolher o que é dotado da capacidade de penetração” (SCHNEIDER, 2005, p. 703).

Feminino, da forma que proponho na tese, relaciona-se diretamente à ideia profundamente enraizada em determinadas culturas de um lugar obscuro, “oco”. Nessa ótica, tanto Schneider (2006) como Molina (2016) aproximam-se da ideia de que o feminino é “fruto de uma conjugação de normas sociais e constitutivas que resultam num conceito ligado à passividade, pulsão e masoquismo” (MOLINA, 2016, p. 57). Logo, trato de diferenciar feminino de mulher e masculino de homem, uma vez que – assim como propõe Molina – feminino e masculino, na ótica psicanalítica. “são conceitos, e mulher e homem são posições de existência” (MOLINA, 2016, p. 57).

Tal posicionamento crítico, em consonância com uma psicanálise atenta às discussões atuais sobre gênero, leva-me a algumas provocações ao leitor: o que há de tão assombroso e abjeto em homens efeminados? E em mulheres ultra masculinizadas? É a partir deste lugar que utilizo o termo "feminino" para colocá-lo sob escrutínio e pensar sua posição no âmbito da violência contra travestis e mulheres trans.

Essas questões abrem diversas possibilidades para pensar o termo "feminino", e falta-me o tempo para aprofundar muitos entendimentos. Contudo, reforço que, quando me refiro ao feminino na tese, estou tratando da posição tradicionalmente inferiorizada e do que representa a existência da mulher e o lugar de estranheza que ela ocupa, não somente em determinadas culturas, mas na produção de subjetividades (MOLINA, 2016; SCHNEIDER, 2006).

Essas reflexões levam-me a outro questionamento, que tentarei responder oportunamente: o que há de tão assombroso na figura das travestis e mulheres trans?

Isto é, se houver.

Para isso, inicialmente, proponho ao leitor uma visada para além das estatísticas, e faço outros breves esclarecimentos.

Conforme a própria ANTRA (2020) indica, é primordial que entendamos os números articulados com os diferentes marcadores sociais que incidem diretamente na questão da violência contra travestis e pessoas trans. Classe, Etnia, e Gênero figuram entre os principais. Contudo, o Brasil é um país de dimensões continentais e, por esse motivo, também considero – neste caso – a regionalidade (LIRA, 2021) um marcador importante para as análises por vir.

Chamo atenção para uma outra particularidade. Os mesmos casos notificados pela ANTRA são amplamente divulgados por determinadas mídias impressas e digitais numa ótica que parece mista de informação, entretenimento e principalmente lucro. Connell (2016) ajuda a pensar a questão quando atenta seus leitores para o fato de que o crescimento do capitalismo cria novas formas de extrair lucros dos corpos através do que chama de “‘comoditização’ e uma redefinição dos corpos das mulheres na mídia eletrônica global, por meio da pornografia e das indústrias de beleza e das celebridades” (CONNELL, 2016, p. 59).

Num relance e correndo o risco de resvalar numa simplificação grosseira da questão, me arrisco a pensar sobre o termo inglês *commodity* – ou em português comódite. As cenas e os depoimentos dos agressores e assassinos produzidos por meios de comunicação, que me serviram de material inicial de análise preliminar para pensar este projeto de pesquisa, parecem distantes da necessidade de se informar a população sobre o horror da violência ou a ausência do poder público. Por muitos momentos, os percebi como produtos lapidados e valiosos de desinformação, sadismo, divertimento e lucro⁶⁴. Os programas veiculados com reportagens sobre travestis e mulheres trans invariavelmente desvalorizam o que há de feminino nelas, associando-as ao crime, à enganação/ao golpe, à violência, ao escrutínio do olhar masculino e à ridicularização de suas mulheridades.

Tomo novamente o termo *commodity* emprestado da Economia para relacionar a violência específica contra travestis e mulheres trans à ideia de matéria bruta; ora, se o termo *commodity* se refere a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias brutas, ou qualquer bem em estado bruto produzido em larga escala mundial destinado ao comércio, de quem me proponho a falar quando penso em travestis, mulheres trans e o sistemático universo de violência presente em seus cotidianos?

A importância destas mulheres estaria somente atrelada à oferta de quem as comercializa e à procura de quem as consome em programas de televisão e matérias que as denigrem?⁶⁵. A violência teria se tornado um produto valioso de um mundo globalizado?

Ainda que a tese não tenha a menor pretensão de responder as tais questões, nessa

⁶⁴ Exemplo de reportagem comum em programas policiais na televisão, disponível digitalmente na plataforma Youtube em: https://www.youtube.com/watch?v=ifYI-wDQT_M. Acesso em: 20 dez. 2022.

⁶⁵ Houaiss (2009, p. 501).

lógica, Connell (2016, p. 33) indica que

[...] o gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está sim, embrenhado nas mutantes estruturas do poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação das cidades, na luta contra o apartheid e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais.

Portanto, na visão de Connell, o gênero está exposto e dentro da lógica colonial e de um mundo globalizado.

Seja entre quatro paredes assistindo à pornografia de nicho travesti/trans ou assistindo aos programas vespertinos ou de entretenimento na televisão aberta, lá estará a travesti ou mulher trans, sendo exibida, exposta, colocada sob escrutínio do olhar masculino⁶⁶, sendo explorada e comercializada.

Reflito a seguir, sucintamente, sobre as consequências da colonialidade e globalização (CONNELL, 2016) para as dinâmicas de gênero em sociedade (afinal, que corpos importam?). Mais adiante, num outro subcapítulo, discuto sobre a relação das masculinidades (forjadas nessa lógica colonial e globalizada) com o transfeminicídio a partir de duas estruturas (ou eixos): o se fazer homem com “H” (TREVISAN, 1998; AMBRA, 2015; BOLA, 2020) no contexto brasileiro e a não tão clara posição do feminino desvelado nos corpos de travestis e trans no imaginário de homens agressores e assassinos (BENTO, 2016; CABRAL, 2020; BUTLER, 2015).

Defendo que – quando articuladas – as duas estruturas: o homem com “H” e o feminino que se desvela em corpos dissidentes formam uma importante base sólida (não aparente) que não somente sustenta, mas perpetua uma mentalidade, ou um *schema* (BOURDIEU, 1998), que aniquila e controla corpos através da violência, crueldade e espetacularização do horror.

Não basta matar, há de se mostrar que se mata cruelmente.

É Pierre Bourdieu (1998) que sinaliza a possibilidade de se pensar esta articulação quando especificamente aponta para a ideia de “esquemas” em um trecho de *La Domination Masculine*. Diz o autor:

⁶⁶ Tipo de programa de entretenimento transmitido em rede nacional, no período da tarde, em canal de televisão aberto. Tema do programa Casos de Família (Canal: SBT/Ano de exibição: 2015): “Você não sabe diferenciar uma mulher de um travesti: travesti ou mulher, convidados opinam”. Disponível digitalmente na plataforma Youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVo93QQE2QI>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Arbitraire à l'état isolé, la division des choses et des activités (sexuelles ou autres) selon l'opposition entre le masculin et le féminin reçoit as necessite objective et subjective de son insertion dans une système d'oppositions homologues, haut/bas, dessus/dessous, devant/derrière, droite/gauche, droite/courbe (et fourbe), sec/humide, dur/mou, épice/fade, clair/obscur, dehors (public)/dedans (privé) [...]. La Division entre les sexes paraît être 'dans l'ordre des choses', comme on dit parfois pour parler de ce qui est normal, naturel, au point d'être inévitable: elle est présente à la fois, à l'état objectivé, dans le choses (dans la Maison par exemple), dont toutes le monde social et, à l'état incorpore, dans les corps, dans les habitus des agentes, fonctionnant comme systèmes de schèmes de perception, de pensée et d'action. [...] C'est la concordance entre les structures objectives et les structures cognitive entre la conformation de l'être et les forms du connaître, [...] mais en omettant d'en rappeler les conditions sociales de possibilité (BOURDIEU, 1998, pp. 20-22)⁶⁷.

No que tange o homem com “H”, portanto, Bourdieu nos ajuda a pensar que essa “ordem masculina” não necessita de anúncio para se legitimar – seja no discurso ou na dinâmica social, ela é dada. Segundo o autor,

[...] le monde social construit le corps comme réalité sexuée et comme depositaire de principes de vision et de division sexuants. Ce programme social de perception incorporé s'applique à toutes les choses du monde, et en premier lieu au corps *lui-même*, dans sa réalité biologique [...]. (BOURDIEU, 1998, pp. 23)⁶⁸.

Na mesma linha de Bourdieu, Segato (2010) relembra que, dentro da tendência a uma universalidade de hierarquia de gênero, ainda persiste inclusive a divisão sexual do trabalho nas esferas doméstica e pública, tendo em conta que a esfera pública tem a característica de mais prestígio e de ser mais valorizada em muitas sociedades, o que

⁶⁷ Tradução livre: “Arbitrária num estado isolado, a divisão das coisas e atividades (sexuais ou não) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe a necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, acima/abaixo, frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e enganoso), seco/molhado, duro/suave, picante/sem graça, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) [...]. A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como às vezes dizemos para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: está presente ao mesmo tempo, em estado objetificado, e nas coisas, na Casa [...], nos corpos, no hábitos dos sujeitos, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, pensamento e ação. [...] O que importa é a concordância entre as estruturas objetais e as estruturas cognitivas entre a conformação do ser e as formas de conhecer, não deixando de recordar as condições sociais de possibilidade.”

⁶⁸ Tradução livre: “o mundo social constrói o corpo como uma realidade de gênero e como um repositório de princípios de visão e divisão de gênero. Esse programa social incorporado de percepção se aplica a todas as coisas do mundo e, em primeiro lugar, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é isso que constrói a diferença entre os sexos biológicos de acordo com os princípios de uma visão mítica de um mundo enraizado na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela própria inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social”. Grifo do autor.

relega as mulheres a um lugar secundário. Há também – segundo a autora – uma forte influência de uma educação patriarcal fundada em mitos que dão conta de um masculino forjado nos ideais de virilidade, conquista, honra, coragem, virtude e potência sexual⁶⁹, o que garantiria ao homem um tal lugar de privilégio. Nessa ótica, o “patriarcado global moderno” (CONNELL, 2016, p. 59) constituiria um sistema complexo de inter-relações masculinas estabelecidas através da solidariedade entre homens (ou “confraria”), tomando o termo emprestado de Rolf Ribeiro Malungo de Souza (2020), que abre espaço para a construção de uma identidade marcada por um pacto (SOUZA, 2020) e que facilita o domínio dos homens sobre as mulheres (SEGATO, 2010)⁷⁰. Para Connell (2016), estas ordens patriarcais “tendem a definir as mulheres em termos de sua capacidade de procriar. Elas são valorizadas como mães, ou mães em potencial, especialmente mães de filhos homens” (CONNELL, 2016, p. 60)⁷¹.

Na perspectiva psicanalítica, Freud (1933) aponta para o fato de que um dos destinos para o feminino seria a maternidade. Na concepção freudiana, tornar-se mãe funcionaria como uma saída bem sucedida para lidar com o vazio ou a incompletude da figura feminina, tendo no bebê uma substituição do falo; ou seja, o bebê seria um objeto capaz de restaurar os efeitos da castração sofrida pela mulher – posição que denuncia claramente o monismo sexual fálico do autor que eventualmente foi colocado sob dúvida décadas mais tarde por feministas críticas que reforçariam a importância de uma psicanálise mais ao lado dos feminismos da diferença (LAGO, 2010).

Destaco Nancy Chodorow⁷² (1990) – que numa crítica sistemática a Freud – vai explicar a subordinação feminina nas distintas sociedades através do fenômeno da maternidade, da socialização ou proximidade com a figura materna. Nessa ótica, a mulher emergiria como um ser social sem chegar a romper com a identificação primária com a

⁶⁹ Ver mais sobre esta discussão em Corbin, Courtine e Vigarello (2013).

⁷⁰ Ver mais sobre esta discussão em: HARTMANN, H. *Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex*. *Signs*, v. 1, n. 3, pp. 137–169, 1976. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173001>. Acesso em: 18 out. 2022.

⁷¹ Vale relembrar a declaração de Jair Bolsonaro no ano de 2017 sobre ser pai de uma menina: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 25 fev. 2023. Também vale assistir ao depoimento de Letícia Nascimento em 29 de agosto de 2022 sobre o ódio de homens às mulheres – ao citar a frase de Bolsonaro. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/Ch2VEZPgsd5/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 fev. 2021.

⁷² CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering*. Berkeley: University of California Press, 1978. O livro é publicado no Brasil somente em 1990.

mãe – o que a relegaria a jamais transforma-se num ser autônomo⁷³ (SEGATO, 2010; CHODOROW, 1990). É em *Psicanálise da Maternidade: Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher* que Chodorow (1990) propõe o período pré-edípico do desenvolvimento infantil como o momento em que os principais elementos que proporcionariam a reprodução da maternação pelas mulheres surge. Todavia, Chodorow (1990) informa que o cuidado com os filhos nem sempre foi o centro das atribuições das mulheres; a autora aponta para o fato de que a maternação não dominava a vida das mulheres até o século XVIII, a função materna – práticas e representações – não conhecia ainda as transformações fundamentais. A exceção da mãe de Deus, a maternidade não foi objeto de nenhuma valorização (CHODOROW, 1990, p. 18-27).

Fazendo eco à Chodorow sobre o período pré-edípico, explica Segato (2010) que

[...] sí en el hombre el proceso de identificación secundaria se da por medio de la ruptura – muchas veces abrupta y bastante cruel – de la identificación primaria con la madre [...], en el caso de la mujer no hay un corte claro entre la identificación primaria con la madre y la identificación secundaria que da origen a la identidad de género, pues ambas tienen un mismo referente; se trata, por lo tanto, de dos momentos sin solución de continuidad. La madre percibe la hija, a su vez, como una continuación de sí. Sobre ella pesa la autoimagen materna, que le impide emerger como un ser plenamente separado (SEGATO, 2010, p. 60)⁷⁴.

Há, em um debate mais atual sobre a maternidade compulsória, uma oportunidade para entender um pouco mais sobre as colocações de Chodorow e Segato acerca desta mulher que se forma em “continuação” (tomando emprestado o termo de Segato) da própria mãe, e que é submetida à uma posição imposta por um sistema de poder.

É a socióloga israelense Orna Donath (2017), em *Mães Arrepentidas*, que indica que, em muitas sociedades, fazer-se mãe forja – entre outros aspectos – o fazer-se mulher (DONATH, 2017). A autora aponta para o fato de que a maternidade, em muitos casos,

⁷³ Lago (2010) explica em seu artigo “Feminismo, Psicanálise, gênero: viagens e traduções” que no caso dos meninos, estes se identificariam com aspectos do papel masculino paterno, inicialmente a partir do processo de ruptura com a mãe, e depois num processo de identificação menos pessoal, ou mais difusa, “com valores, traços comportamentais do pai, sempre mais distante do filho que a mãe e o feminino”, feminino do qual o menino “**deve se desidentificar**” (LAGO, 2010, p. 191). Meu grifo.

⁷⁴ Meus grifos. Tradução livre: “Se no homem o processo de identificação secundária se dá pela ruptura – muitas vezes abrupta e bastante cruel – da identificação primária com a mãe [...], no caso da mulher não há separação nítida entre a identificação primária com a mãe e a identificação secundária que dá origem à identidade de gênero, pois ambas têm o mesmo referente; São, portanto, dois momentos sem solução de continuidade. A mãe percebe a filha, por sua vez, como uma continuação de si mesma. A autoimagem materna pesa sobre ela, o que a impede de emergir como um ser totalmente separado”.

seria (na convenção social israelense e em muitas sociedades ocidentais) o caminho “natural” para a mulher. Todavia, em sua pesquisa com 23 mulheres que não apenas rejeitaram a maternidade ou tiveram dificuldades de se ajustar a ela, a autora obtém um dado curioso: o papel de mãe estaria ligado (segundo as colaboradoras da pesquisa) à limitação, à alienação e à infelicidade. Em alguns casos, Donath se depara com mulheres que expressam claramente a opinião de que o papel de mãe lhes foi imposto – ou pelo parceiro e/ou pela família, e ainda pelo próprio contexto social em que estão inseridas.

No livro, a autora ainda indica que nem mesmo uma agenda feminista crítica tem contribuído para retirar o estigma das mulheres que rejeitam ou se arrependem da maternidade e de determinados papéis impostos pelas sociedades patriarcais. Nesse sentido, Donath afirma que as mulheres que se afastam do modelo essencialista de mulher e enfrentam os sistemas de poder muitas vezes são consideradas traidoras, monstros ou pervertidas. Nessa ótica, diz Donath que parece essencial pensar como muitas sociedades ocidentais tratam as mulheres, ou, talvez mais precisamente, como ignoram as mulheres, uma vez que as sociedades se eximem da culpa por condenar veementemente todas as mulheres consideradas física e emocionalmente saudáveis para a maternidade e para a solidão. A curiosidade que fica a partir desta breve discussão é: quando algumas mulheres estilhaçam a imagem da mulher arcaica ou idealizada, dada pela natureza, quais seriam as possíveis consequências disso nas interações sociais e na produção de subjetividades? A pensar.

A seguir, aprofundo um pouco mais a discussão sobre os efeitos da colonialidade e da globalização no que se refere à posição do feminino em sociedade e suas consequências no âmbito do transfeminicídio.

3.1 Colonialidade e globalização: consequências nefastas para o feminino?

Para pensar as relações entre masculinidades e o transfeminicídio, Connell (2016) tem me servido de grande suporte; principalmente porque aponta para a necessidade de pensarmos o gênero também a partir do que chama das consequências do imperialismo e das conquistas coloniais. Segundo a autora, historiadores demonstram que o “imperialismo ocidental” (CONNELL, 2016, p. 53) teve como premissas a desigualdade e o uso da violência letal contra sociedades tradicionais já estabelecidas ao redor do mundo. Na concepção da autora, “num aspecto cultural mais profundo, a ordem

capitalista desenha uma fronteira entre duas categorias de corpos: aqueles cujo trabalho gera lucro e aqueles que não o fazem” (CONNELL, 2016, p. 58).

Em consonância com o pensamento de Connell, encontro as reflexões de Vladimir Safatle (2015) em *O Circuito dos Afetos: Corpos Políticos, desamparo e Fim do Indivíduo*, que indica a “plasticidade mercantil do corpo”; isto é, para o autor, as corporeidades não poderiam passar ilesas pela incitação mercantil da destruição,

[...] um tipo muito específico e controlado de violência [...] que celebra a unidade de uma forma muito específica de incorporação, a saber, a produzida por um corpo social sintetizado pela dinâmica contínua de fluxos equivalentes cada vez mais amplos. Violência que sintetiza unidades através da destruição [...]. (SAFATLE, 2015, p. 193).

Com isso, retomo a ideia de Connell (2009) de que o gênero é uma estrutura de relações sociais inserida numa lógica capitalista, de produção, domínio e conseqüente violência a determinados alvos. Além disso, Connell (2016) aponta para o fato de como essa lógica colonial mexe profundamente em determinadas estruturas sociais, uma vez que até mesmo as dinâmicas de gênero “tomam formas específicas [...], pois, [...] estão entrelaçadas às dinâmicas de colonização e globalização” (CONNELL, 2016, p. 31).

Destaco que a autora aponta que o patriarcado moderno pautado na lógica colonial e imperialista, tende a segregar o gênero e categorizar os corpos no que se refere às suas capacidades produtivas em determinados contextos. Diz a autora que “num aspecto cultural mais profundo, a ordem capitalista desenha uma fronteira entre duas categorias de corpos: aqueles cujo trabalho gera lucro e aqueles que não o fazem” (CONNELL, 2016, p. 58). Ao relacionar o gênero às questões do capitalismo global e suas conseqüências, Connell (2016) defende a ideia de que as ordens sociais patriarcais tendem a definir as mulheres (especificamente) em termos de sua capacidade de produção (“procriar”, em suas palavras). Nessa lógica, as mulheres seriam valorizadas como mães em potencial, especialmente mães de filhos homens, uma lógica que – na concepção da autora – restringiria “rigidamente a sexualidade e a mobilidade das mulheres” (CONNELL, 2016, p. 60). Diz Connell (2016) que, na concepção imperialista, os corpos das mulheres se tornam territórios em que grupos masculinos conflitantes brigam por poder e vingança.

Numa ótica parecida, mas que traz como pano de fundo um diálogo com a Psicanálise, Rita Laura Segato (2010) indica que a ordem patriarcal se desvela num duplo

sentido. O patriarcado tem funcionado como uma argamassa hierárquica de violência sutil, silenciosa e dissimulada muito eficiente para as subjetividades quando baseada em legislações, costumes e na eficácia simbólica do Direito que legitima uma moral dominante e conseqüentemente violenta de gênero. Além disso, a autora também reconhece que os sistemas de poder patriarcais representam uma estrutura que fixa que retém os símbolos por trás da imensa variedade de organizações sociais, como as familiares, por exemplo, e suas dinâmicas de interação. Nesse sentido, o patriarcado pode ser compreendido como parte do estrato simbólico ou como uma estrutura inconsciente que conduz a afetos e distribui valores aos “personagens do cenário social” (SEGATO, 2010, p. 14).

Entendo assim que a posição do patriarca é, portanto, uma posição de duplo sentido: social e simbólica, e que resulta em significantes variáveis importantes no curso das interações sociais, e subjetividades dos sujeitos em determinados contextos.

Fazendo eco à Segato e Connell, volto ao questionamento da pesquisadora Letícia Nascimento (2021), que inicia seu livro *Transfeminismo* com a seguinte provocação: “E não posso ser eu uma mulher?” (NASCIMENTO, 2021, p. 17).

Para Connell (2016), o que ainda persiste é que a definição patriarcal das mulheres no que se refere a sua capacidade de procriar (e os objetivos capitalistas/coloniais por trás disso). O estilhaçamento de tal ideal capitalista/colonial, segundo Connell, geraria conseqüências avassaladoras no amplo espectro do que se entende por mulher nos dias atuais.

Não por coincidência, nos debates online que acompanhei, a pergunta recorrente entre pesquisadoras travestis e trans é: quem pode ser reconhecida como mulher?

No depoimento de Naomi Marques para a rede social Instagram, no canal Histórias de Terapia (@historiasdeterapia)⁷⁵, Naomi narra o drama que viveu aos 11 anos de idade ao se afirmar mulher para sua família. A história de Naomi é sobre uma infância anulada pela norma social familiar que a condena ao que define como “vida de travesti”.

Connell (2005) indica que é Wilhelm Reich em *The Mass Psychology of Facism* (1933)⁷⁶ e sua tentativa de sintetizar e articular o pensamento marxista com a análise

⁷⁵Depoimento disponível através da plataforma Instagram (perfil público) no link: https://www.instagram.com/p/Ck51iyyLu2l/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 fev. 2023.

⁷⁶ Publicado três anos depois de O Mal-estar na Civilização de Freud (1930).

freudiana sobre o sexual que gera frutos proveitosos para se pensar a questão da incidência das masculinidades nos processos de exclusão. Segundo a autora, Reich destaca que a “família autoritária” é justamente o *locus* onde as reproduções sociais do patriarcado são mais bem sucedidas. Na lógica reichiana, a condensação e instauração de grandes estruturas de autoridade (no sentido macrossocial) na psicodinâmica da família (micro) forneceu exatamente a dimensão do realismo social que a incompleta especulação freudiana e junguiana sobre a masculinidade.

No rastro do depoimento de Naomi, Letícia Nascimento (2021, p. 52) esclarece um pouco mais a questão, ao afirmar que “como mulheres trans e travestis, os deslocamentos de *outriedades*⁷⁷ se movem de modo a produzir a vulnerabilização” de suas existências. Diz Nascimento (2021, pp. 52-53):

[...] nossas *outriedades* estão além; somos de certa maneira, o Outro do Outro do outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher. Nesse sentido, é difícil para homens e mulheres cis, brancos, negros e com tantos outros marcadores reconhecer que as materializações de gênero performadas por mulheres transexuais e travestis possam estar nas lutas feministas ou ser reconhecidas dentro das mulheridades e feminilidades. Sem o sentimento de pertencimento ao gênero masculino como ele é normatizado, a nós é constantemente negado o direito de nos definirmos como mulheres por não possuímos a ‘genitália certa’, ou seja, [...] é **nesse não lugar que construímos nossas identidades como travestis, transexuais e mulheres transgêneras**⁷⁸.

Tal linha de pensamento me faz retornar rapidamente à discussão de Judith Butler (2015) sobre os corpos que importam e a problemática da hegemonia heterossexual na criação de pautas políticas e sexuais. Quais corpos de fato importam dentro de um contexto de lógica capitalista e de contextos culturais heteronormativos? Para Butler (BUTLER, 2015, p. 12), há uma importante questão anterior a ser resolvida:

[...] se o gênero se constrói através das relações de poder e, especificamente, de restrições normativas que não somente produzem, senão que, ademais, regulam os diversos seres corporais, como se poderia fazer derivar a atividade dessa noção de gênero, entendido como o efeito da restrição produtiva? Se o gênero não é um artifício que se pode adotar ou rechaçar à vontade e, portanto, não é um efeito da escolha, como poderíamos compreender a condição constitutiva e compulsiva das normas de gênero sem cair nas redes do determinismo cultural? Como precisamente podemos compreender a repetição ritualizada através da qual essas normas produzem e estabilizam não

⁷⁷ Grifo da autora.

⁷⁸ Meu grifo.

somente os efeitos do gênero, senão também a materialidade do sexo?

Convoco o pensamento de Monique Wittig (2019; 2022), que compreende a heterossexualidade não como uma prática sexual, mas como uma “instituição política” (WITTIG, 2022, p. 19). Em *O pensamento hétero e outros ensaios* (2022), a autora – fazendo eco ao pensamento de Connell (2016) e Butler (2015) – aponta para uma lógica heteronormativa (e pensamento dominante) que se conecta muito intimamente à lógica da produção capitalista mundial: a lógica da dominação. Em um outro trecho, Wittig assinala que tal *modus operandi* do pensamento hétero relega mulheres a um destino nefasto. Diz a autora que:

[...] o destino das mulheres é serem assassinadas, mutiladas, torturadas e abusadas física e mentalmente, estupradas, espancadas e forçadas a se casar. [...] Os homens, por outro lado, sabem muito bem que estão dominando as mulheres e são treinados para isso. Eles não precisam falar sobre isso o tempo todo, já que não faz sentido falar de dominação em relação a algo que é sua propriedade. (WITTIG, 2022, p. 34).

Na ótica de Wittig (2019), em *Não se nasce mulher*, é preciso colocar sob escrutínio a heterossexualidade como regime de verdade compulsória às opressões de gênero, uma vez que para a autora a expressão de identidade de alguém e a liberação de seu desejo exigem a abolição das categorias “homem” e “mulher”, ou o que ela mesma chama de necessidade de um rompimento do contrato heterossexual através do confronto daquilo que acorrenta os sujeitos “sem nosso consentimento” (WITTIG, 2022, p. 71).

A seguir, traço um breve panorama sobre os estudos de gênero e masculinidades.

3.2 O gênero e os estudos sobre masculinidades

No conjunto de leituras sobre a formação do campo de estudos acerca das masculinidades, há um certo consenso entre os autores – o de que, desde os anos 1970, os interesses por pesquisas sobre os homens e as masculinidades começaram a despontar a partir de uma forte influência do movimento feminista e dos movimentos de liberação gay e lésbico nos países anglo-saxões. Vale também ressaltar que através de estudos que colocariam sob escrutínio a masculinidade hegemônica⁷⁹, avançariam discussões sobre a

⁷⁹ De acordo com Connell e Messerschmidt (2013), o conceito de masculinidade hegemônica tem influenciado diversos estudos atuais sobre homens, gênero e hierarquia social. Dizem os autores que “esse

multiplicidade das masculinidades⁸⁰ que de certa maneira destruiriam a uma lógica normalizadora em que os homens eram o “representante universal” do pensamento sobre as mulheres e sobre os próprios homens (AGUAYO; NASCIMENTO, 2016; AMBRA, 2015; CONNELL, 2016; SOUZA, 2009).

Aguayo e Nascimento (2016) ainda indicam que também tem sido relevante, no escopo da construção de linhas de investigação e de agenda política, o apoio de agências internacionais através de importantes conferências – como as do Cairo em 1994 e Pequim em 1995, que contribuíram para trazer relevância na participação de homens em debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, prevenção ao HIV, violência contra as mulheres e meninas e saúde masculina, por exemplo. Os autores ainda apontam que, na América Latina, os estudos sobre masculinidades – ou de “gênero dos homens” (AGUAYO; NASCIMENTO, 2016, p. 209) – têm avançado quantitativa e qualitativamente na produção de dados, discussões e aportes teóricos sobre violência, paternidade e diversidade sexual LGBTQIA+, com destaques expressivos para pesquisas desenvolvidas acerca de homens *gays*, pessoas trans e travestis, além do papel da homofobia na construção das masculinidades (NASCIMENTO, 2018; BORRILLO, 2016; KIMMEL, 1997).

No Brasil, é Miriam Pillar Grossi (2004) que indica que, no campo da Antropologia, questões relacionadas à mulher já vinham sendo discutidas por autoras como Margareth Mead e Ruth Benedict da Escola de Cultura e Personalidade nos Estados Unidos, e na França por Denise Paulme e Germaine Tillion, alunas de Marcel Mauss desde o início dos anos 30.

Segato (2010) destaca que é Margareth Mead e sua pesquisa *Sexo e Temperamento* de 1930 que inaugura uma das principais vertentes para se pensar o gênero; na proposta de Mead, há uma relativização do gênero quando a autora indica que “mulher” e “homem” são entidades diferentes, associadas com conteúdos variáveis através das sociedades em

conceito possibilitou uma ligação entre o campo em crescimento dos estudos sobre homens (também conhecidos como estudos de masculinidade e estudos críticos dos homens), ansiedades populares sobre homens e meninos, posição feminista sobre o patriarcado e modelos sociais de gênero” (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 242). Além disso, o conceito é de grande utilidade em diversos campos aplicados como a educação, o trabalho, estudos sobre antiviolença, e saúde. Ver mais em: CONNELL, R. W; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013. Disponível no link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 28 fev. 2023.

⁸⁰ Ver mais em Connell (1995).

que vivem, introduzindo aqui o gênero como uma questão antropológica, etnograficamente documentável. Ainda de acordo com Segato, é justamente a partir da produção de inúmeros estudos desde os anos 1970 (hoje já clássicos), que se chega a uma constatação – que apesar das diferenças culturais, haveria entre autores e autoras um consenso de uma tendência à universalidade da hierarquia de gênero, “ou seja, da universalidade de gênero como uma estrutura de subordinação” (SEGATO, 2010, p. 59).

Por outro lado, Grossi (2004) aponta para o vanguardismo da obra seminal *O Segundo Sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir, em 1949. Para Grossi (2004), Nascimento (2021) e Maria Homem e Contardo Calligaris (2019, p. 8), é com Beauvoir que a temática *mulher* “passou a ter um caráter político de crítica à dominação masculina tanto no nível material quanto simbólico”, ideia que passa a se fazer presente no bojo de diferentes disciplinas ao longo das décadas subsequentes, e que vai influenciar diversas pensadoras feministas no campo dos estudos sobre gênero e sexualidade.

De um modo geral, Homem e Calligaris (2019) indicam que é com Beauvoir que se inaugura a ideia de que o que está em “jogo é a percepção de que nós humanos, construímos muitas coisas, conscientes disso ou não. Nossa maneira de pensar, as ideias que parecem mais ‘naturais’ tem uma arqueologia, que mostra como foram construídas” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 8). Isto é, no amplo espectro das oposições, por exemplo: masculino/feminino, razão/loucura, pobres/ricos, selvagens/civilizados, nenhuma categoria seria natural (HOMEM; CALLIGARIS, 2019).

Os estudos feministas no Brasil tem como principal marco a tese de livre docência de Heleieth Saffioti em 1967 na USP, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicada como livro em 1969 (GROSSI, 2004). Para a sociologia brasileira, o livro – segundo Grossi – foi considerado pioneiro e inaugurante de todo um campo de estudos sobre o feminismo num Brasil dominado pela ditadura, colocando em xeque a dominação masculina dos espaços em uma época.

Diante do reconhecimento da influência dos estudos feministas no campo das masculinidades, Ambra (2015) destaca que estes estudos, de modo geral, foram divididos em duas perspectivas teóricas: (a) a materialista, influenciada pelo feminismo e crítica do patriarcado – tendo como uma das principais pensadoras Raewyn Connell em seu clássico estudo *Masculinities* (1995), e (b) a pós-estruturalista, cujo foco seria demonstrar o terreno instável das masculinidades através do intenso debate sobre a linguagem inserida

num campo político “em que o que está em jogo é o poder” (WITTIG, 2022, p. 55)⁸¹.

Especificamente no Brasil, Marcos Nascimento (2011; 2018) aponta que, nos anos 1980, houve uma proliferação de trabalhos sobre homens e masculinidades majoritariamente devido ao cenário sócio-político e cultural efervescente da época, em que profundas transformações sociais foram percebidas nos âmbitos público e privado.

Um dos marcos importantes para os estudos das masculinidades no Brasil, segundo o autor, foi o livro do psicólogo Sócrates Nolasco, intitulado *O mito da masculinidade* de 1993, que discute equidade de gênero e a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres, violência, exercício da sexualidade, paternidade, etc., questões que ganharam espaço não apenas nas produções acadêmicas, mas nas discussões sobre políticas públicas de saúde, por exemplo (NASCIMENTO, 2011). Diz Nascimento (2018) que a masculinidade começava a despertar interesse no âmbito acadêmico e na sociedade, provocando discussões sobre as relações entre homens e mulheres, a paternidade, a violência, a sexualidade e a identidade masculina.

De modo geral, Marcos Nascimento (2011) serve de aporte para pensar inicialmente o que é um homem, porque se apoia em estudos que desconstróem ou implodem a ideia de que a masculinidade seria dada pela natureza ou constituída por uma essência masculina. Nessa lógica, em sua tese, o autor reúne uma gama de autores que preconiza a ideia de que a masculinidade seria “construída, afirmada, negociada e desconstruída ao longo da vida como experiência social e subjetiva, culturalmente contextualizada e historicamente datada” (NASCIMENTO, 2011, p. 47). E, quando revivo o assassinato de Dandara através da transcrição de um trecho do crime, é este mesmo posicionamento que adoto em minhas análises. Assassinos de um lado, Dandara de outro.

Entretanto, é o próprio Nascimento (2011, p. 44) que me relembra que um determinado modelo de masculinidade construído e negociado

[...] não diz respeito somente às experiências subjetivas de indivíduos do sexo masculino. A masculinidade é uma experiência complexa que se constrói coletivamente, permeada por códigos, práticas, discursos e ideologias que são (re)produzidos incessantemente pelos ditames culturais e que afetam de maneira distinta homens, mulheres e instituições sociais como a família, a escola, os sistemas de governo.

⁸¹ Ver mais em GROSSI (2004).

Tendo a concordar com autores no que se refere à percepção de que um amplo debate sobre gênero e sexualidade tenha se desenvolvido na sociedade nos últimos anos (CONNELL, 2016; WITTIG, 2022; NASCIMENTO, 2021; AGUAYO; NASCIMENTO, 2016; NASCIMENTO, 2018). Contudo, também reconheço que ainda é possível notar a persistência das relações desiguais entre homens e mulheres (BOLA, 2020; AMBRA, 2015; VENTUROZA, 2021), e, como já pontuava Nascimento (2011, p. 43), “entre os próprios homens na maioria dos contextos socioculturais”⁸².

Sobre isso, Izabela Venturoza (2021), em seu artigo “Masculinidades em territórios de diferença e desigualdade”, indica que os homens não são um bloco homogêneo de distribuição igual de poder. Para a autora, não podemos perder de vista que grande parte das sociedades – além de machistas e sexistas – se estruturam por meio de desigualdades de classe, etnia etc.. Ainda de acordo com Venturoza, em se tratando de Brasil especificamente, a experiência da masculinidade “é informada por uma série de fenômenos que ocorrem no cruzamento entre gênero, cor/raça, classe, sexualidade, regionalidade e deficiência, por exemplo” (VENTUROZA, 2021, p. 34).

Por este prisma, me aproximo do campo das masculinidades tendo em mente que o gênero pode ser entendido como um campo de disputas (BENTO, 2016; NASCIMENTO, 2021) e um campo de “relações de oposição, contraste e complementaridade” (VENTUROZA, 2021, p. 32) entre os próprios homens. Tal posicionamento faz eco ao que Letícia Nascimento (2021) indica como a centralidade da categoria gênero, utilizada no debate como “ferramenta política e conceitual na construção de experiências coletivas contra as opressões sexistas” (NASCIMENTO, 2021, p. 24). Vou um pouco mais além e me esforço para borrar as fronteiras do que se entende por um *homem* determinado por uma suposta natureza, para torná-lo um questionamento, e uma “ficção” como propõe Paul B. Preciado⁸³.

Particularmente, me interessei pelos relatos pessoais de dois artigos. O de Marcos Nascimento (2018) em *Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades* traz um ponto de conexão comigo mesmo: a origem de sua família na

⁸² A tese de Marcos Nascimento, ainda que publicada em 2011, segue atual no sentido de que autores com trabalhos mais recentes notam a mesma persistência já percebida por Nascimento naquele ano. Vide BOLA (2020).

⁸³ Ficção no sentido de criação. Ver mais em PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

figura de seu pai – nordestino e sertanejo, e o fazer-se homem de Marcos na cidade do Rio de Janeiro. Os interesses de Nascimento pela figura do cabra-macho, referencial do pai sertanejo, com as “credenciais acionadas para obter o estatuto de ‘homem de verdade’” (NASCIMENTO, 2018, p. 17) me são muito preciosos⁸⁴.

O segundo relato é o de uma mulher; Venturoza (2021, p. 30) traz em seu artigo sua própria experiência em se fazer mulher em um contexto familiar masculino que me ajuda a colocar em xeque este *homem* – espécie de modelo social a ser seguido. Diz a autora:

[...] mesmo antes de meu nascimento, uma atribuição e um destino me aguardavam menina. A partir de uma ultrassonografia, toda a sorte de uma socialização diferenciada determinada por esta pequena palavra: menina. Antes de mim, dois irmãos meninos. Foi com eles, na relação e em contraposição (e conflito), que me fiz menina, que *me fizeram menina*. Mas a história foi meio complicada. Acabei não sendo a menina que esperavam. Adorava futebol, “menina-macho”. Muitas foram as sanções a partir daí e cresci circulando entre o mundo das mulheres e o dos homens, mas interessada naquele que os diferenciava – no que *me* diferenciava e nos colocava ante uma distribuição desigual de poder⁸⁵.

Ainda sobre o relato de Venturoza, me remeto à Letícia Nascimento (2021), que confirma que o gênero se encontra num campo de batalha na medida que na sociedade atual para se constituir mulher – ou como define – “sujeita do feminismo”, se faz necessário pertencer ao “gênero feminino” (NASCIMENTO, 2021, p. 24). Contudo, a autora questiona: “Mas como definir quem pode ou não ser sujeita do feminismo? Quais são as regras desses jogos de definição e pertencimento?” (NASCIMENTO, 2021, p. 25). A pergunta que se repete em toda a obra de Letícia Nascimento retorna mais uma vez na tese: quem pode ser mulher? Ao trazer Beauvoir à tona, Nascimento (2021) aponta que fica claro, na visão da autora francesa, que, no processo de tornar-se mulher, “o homem é colocado – invariavelmente – como polo positivo central, a partir do qual a mulher só pode ocupar um lugar inferior” (NASCIMENTO, 2021, p. 50).

⁸⁴ Muito recentemente, fui apresentado ao trabalho de pesquisa do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior. Entre seus artigos destaco o trabalho intitulado “(MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis”; nele, o autor parte de uma diferenciação conceitual entre carne e corpo, para discutir como determinadas atribuições sociais e culturais de identidades de sexo e gênero “são fundamentais na construção de corpos vistos e ditos como de machos e como masculinos” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2020, p. 260). Tais aspectos serão abordados mais adiante na tese.

⁸⁵ Grifo da autora.

Albuquerque Junior (2020) nos oferece uma trilha interessante para a problemática do “fazer-se” homem ou mulher em determinadas culturas. Diz o autor que

[...] ninguém nasce um corpo. Nascemos com carnes, matéria indispensável para construirmos corpos. Por sermos seres culturais, não nos bastam as carnes, que a natureza nos deu, para que tenhamos corpo. Como seres que nascemos imersos na linguagem, no conceito, precisamos mais do que matérias, como as carnes, para elaborarmos um corpo, pois ele é, antes de tudo, um conceito, que precisamos aprender com a nossa cultura, que precisamos encarnar” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2020, p. 261).

No caso das travestis e mulheres trans, me parece que a questão ainda é mais complexa; qual o lugar das transgeneridades no que se refere às vivências de suas mulheridades e feminilidades num contexto hostil aos estilhaçamentos e às inflexões de gênero e sexualidade?

Nascimento afirma que se trata aí de um “lugar de não existência”, como se travestis e mulheres trans fossem, nas palavras da autora, “estrangeiras do gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 49). Ao tomar a passagem de Beauvoir, “O homem é o sujeito, o Absoluto; ela o Outro” (BEAUVOIR, 1970, pp.16-17), Nascimento não só aponta para a falha de alguns feminismos que ignoram corpos dissidentes, mas também aponta que as transgeneridades acabam por ser condenadas a um sistema de gênero de lógica colonial, que opera na “desumanização de pessoas que estejam fora da hierarquia dicotômica baseada na diferenciação sexual” (NASCIMENTO, 2021, p. 48)⁸⁶. O não reconhecimento de corpos dissidentes da norma é uma violação de direitos humanos; é uma forma de violência (ANTRA, 2023). A posição subalterna e conseqüentemente inferiorizada que determinadas mulheridades e feminilidades ocupam na ordem hierárquica pautada no cis heterossexismo é outra violência (NASCIMENTO, 2021).

Como ultrapassar esta questão?

Realizando um deslizamento proposital no terreno, de modo a ter uma visada psicanalítica sobre o gênero e as masculinidades, recorro à Maria Homem e Contardo Calligaris (2019) em *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Os autores indicam que “as categorias ‘homem’ e ‘mulher’ só conseguiriam existir no âmbito das palavras, do simbólico, e não na realidade vasta e complexa da natureza e muito menos na realidade mais vasta e mais complexa das

⁸⁶ Ver mais em Connell (2016).

relações humanas concretas” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 11).

Na mesma linha de pensamento, as reflexões de Pedro Ambra (2015) em *O que é um homem? Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente* sinalizam uma dúvida destarte: O que é um homem? Ambra prossegue revelando que “a pergunta suscita ambiguidade uma vez que mostra de forma gritante a separação necessária entre palavra e representação” (AMBRA, 2015, p. 21), num claro diálogo com Albuquerque Junior. Para o autor, a resposta ao questionamento “*O que é um homem?*” se tensiona ainda mais quando – diante do que a Psicanálise entende como diferenças sexuais, dicotomias entre mente e corpo, escolha objetal, identidade sexual, natureza e cultura, etc. –, profissionais psi e cientistas sociais são convocados a pensar sobre o gênero muito mais como uma construção social/cultural sujeita a transformações do que como uma categoria rígida, fixa.

É Rafael Alves Lima (2015, p. 14), no prefácio da própria obra de Ambra, que vai indicar que a questão só pode ser introduzida “enquanto questão explosiva”. Mais do que isso, na trama psicanalítica contemporânea, propõe-se, tanto em Ambra (2015) quanto em Homem e Calligaris (2019), uma implosão da naturalização do gênero⁸⁷. Tal posicionamento alinha-se ao que Nascimento (2011, p. 46) esclarece ao afirmar que

[...] ainda que o gênero seja um marcador estruturante da identidade dos sujeitos, ele não deve ser visto como algo cristalizado e sem possibilidades de transformação. É importante ressaltar que o conceito de identidade não diz respeito a algo fixo ou imutável, mas a identidades plurais, múltiplas, que se transformam e que podem ser até mesmo contraditórias. Rubens Adorno [...], referindo-se a Anthony Giddens, usa a imagem de uma “identidade vazada”, que vai se preenchendo, transbordando, para preencher novamente ao longo da história do sujeito. Cabe frisar que essa mesma identidade está sempre sujeita a um conjunto de forças culturais, políticas e econômicas, inseridas em um plano social que possui suas regras, convenções e ideologias.

É nesse campo onde Homem e Calligaris, Ambra e Nascimento identificam possibilidades que me arrisco nesta tentativa de uma arqueologia. A partir daqui e mais objetivamente, coloco sob escrutínio os homens para pensá-lo sob duas perspectivas: como um dos “produtos das normas de gênero” (VENTUROZA, 2021, p. 34) e como sujeito do desejo, “delineado por Freud através da noção de inconsciente, marcado e movido pela falta, distinto do ser biológico e do sujeito da consciência filosófica”

⁸⁷ Assim como em Wittig (2019, 2022).

(TOREZAN; AGUIAR, 2011, p. 552).

A seguir, empreendo reflexões sobre o termo “Homem com H”. Ao tomar o gênero como categoria que se constitui pela linguagem ou discurso (GROSSI, 2004; SCOTT, 1995; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2020), mergulho finalmente na transcrição de um trecho do assassinato de Dandara e pergunto: quem são esses homens?

3.3 O mito fantasmagórico do “homem com H”

“É muito possível que os mitos sejam resíduos deformados de fantasias plenas de desejos de nações inteiras e que correspondam aos sonhos seculares da jovem humanidade”

(Sigmund Freud em “Escritores Criativos e Devaneios”, de 1908)

Conforme indica Grossi (2004), dentro da tradição dos estudos de gênero que remonta aos pioneiros da antropologia europeia e norte-americana, é possível considerar que o gênero não é apenas entendido como “um objeto de investigação, mas sobretudo como uma categoria de análise que ultrapassa mulheres e homens como objeto de análise” (GROSSI, 2004, p. 5). De acordo a autora, é a corrente pós-estruturalista que vai oferecer o discurso – ou a linguagem – como um instrumento de orientação para o mundo.

Para Joan Scott (1995), a linguagem seria o centro da teoria lacaniana, a chave de acesso da criança à ordem simbólica, que através da linguagem construiria sua identidade. Sobre isso, nos informa Scott (1995, p. 81) que

[...] os/as pós estruturalistas enfatizam o papel central da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação do gênero. (Para os/as pós-estruturalistas, "linguagem" não designa palavras, mas sistemas de significação -ordens simbólicas - que precedem o domínio real da fala, da leitura e da escrita).

Diziam os assassinos de Dandara durante as agressões: “Imundiça tá de calcinha e tudo, a piranhage (sic)...”, “baitola”, “vai morrer”, “safado”. Apanhando, caída no chão, e ensanguentada, Dandara respondia (perdendo a voz, sem fôlego): “Não me bata mais não, por favor!”.

De que lugar Dandara escutou tais palavras e de que lugar estes homens as proferiram? O vídeo que documenta a tortura que precedeu o assassinato de Dandara em Fortaleza expõe a inferiorização, a subalternidade, a desumanização e a completa

vulnerabilidade de corpos trans.

O vídeo denuncia o nojo destes homens em relação à Dandara.

No caso de Dandara – um corpo transgênero – as cenas parecem revelar mais claramente o *Homem* beauvoiriano “Sujeito”, “Absoluto”, – o tal polo central citado por Nascimento (2021); Dandara sendo o “Outro”, a ser aniquilado. Para além de um corpo anulado, as cenas (e principalmente as palavras) contidas no vídeo revelam processos sociais, articulados às subjetividades do que é ser um homem ou de determinados modelos de masculinidade presentes no contexto brasileiro.

Há, segundo Segato (2010), uma dimensão psicanalítica da violação, entendida aqui como o uso e o abuso do corpo sem consentimento, que aqui me interessa. Para a autora, é necessário identificar alguns processos e mecanismos psicológicos que fazem parte do universo da violação.

Longe de encerrar a questão da violência encontrando uma causalidade psicológica para a questão, Segato (2010) empreende um esforço para demonstrar o quanto o universo social irrompe a dimensão intrapsíquica dos sujeitos e se manifesta em ações violentas coletivas e individuais que visam

[...] restaurar el status masculino dañado, aflorando aquí la sospecha de una afrenta y la ganancia (fácil) em un desafío a los otros hombres y a la mujer que cortó los lazos de dependencia del orden del status, todos ellos genéricamente entendidos. En rigor de verdad, no se trata de que el hombre puede violar, sino de una inversión de esta hipótesis: debe violar, si no por las vías del hecho, si al menos de manera alegórica, metafórica o en la fantasía. Este abuso estructuralmente previsto, esta usurpación del ser, [...] para ser hombre, rehacerse como hombre en detrimento del otro [...] tiene lugar dentro de un doble vínculo: el doble vínculo de los mensajes contradictorios del orden del status y el orden contractual, y el doble vínculo inherente a la naturaleza del patriarca, que debe ser autoridad moral y poder al mismo tiempo. (SEGATO, 2010, pp. 37-38)⁸⁸.

Segato (2010) e Grossi (2004) dão conta de uma série de pesquisas antropológicas clássicas sobre rituais de iniciação de homens e formas tradicionais de acesso ao fazer-se

⁸⁸ Meu grifo. Tradução livre: “restaurar o status masculino danificado, trazendo à tona aqui a suspeita de uma afronta e o ganho (fácil) em um desafio aos outros homens e à mulher que cortam os laços de dependência da ordem do status, todos eles genericamente entendidos. A rigor, não se trata de qualquer homem poder estuprar, mas sim de uma inversão dessa hipótese: ele deve estuprar, senão de fato, ao menos de forma alegórica, metafórica ou fantasiosa. Esse abuso previsto estruturalmente, essa usurpação do ser, [...] ser homem, refazer-se homem em detrimento do outro [...] mensagens contraditórias da ordem do status e da ordem contratual, e o duplo vínculo inerente à natureza do patriarca, que deve ser autoridade moral e poder ao mesmo tempo”.

homem. As autoras indicam que, em determinadas culturas, o fazer-se homem se dá por meio de provas e superação de desafios que, por muitas vezes, exigem inclusive a contemplação da possibilidade de morte e a espoliação do feminino⁸⁹. Sobre isso, nos informa Pierre Clastres (1978, p. 125) que “é muito extenso o número de sociedades primitivas que mostram a importância por elas atribuída ao ingresso dos jovens na idade adulta através da instituição dos chamados ritos de passagem”. Para o autor, é justamente o corpo o *locus* onde “a sociedade designa como único espaço propício a conter o sinal de um tempo, o traço de uma passagem, a determinação de um destino [...]. O corpo mediatiza a aquisição de um saber, e esse saber é inscrito no corpo” (CLASTRES, 1978, pp. 127-128)⁹⁰.

Grossi (2004), ao citar a filósofa Elizabeth Badinter e o livro *XY: Sobre a Identidade Masculina*, de 1993, informa que, para a autora, o gênero masculino se constituiria universalmente através do rito de separação dos meninos da relação com a mãe – representante do universo feminino. Assim como Chodorow, Badinter indica que o homem se constituiria através de uma separação, ruptura com a figura materna – muitas vezes abrupta. Sobre isso, Borrillo (2016) aponta que Badinter elenca dois momentos significativos na constituição da identidade masculina: “a dissociação da mãe (não sou seu bebê), e a dissociação radical em relação ao sexo feminino (não sou uma moça)” (BORRILLO, 2016, p. 89). Isto é, para Chodorow (1990), Segato (2010), Grossi (2004) e Borrillo (2016), é o ato violento de ruptura ou dissociação desses homens com o feminino que fundaria a vida em sociedade. Em muitos casos, segundo Grossi (2004), é justamente pela violência e separação que se construiria uma identidade grupal de gênero⁹¹.

São dois exemplos trazidos por Grossi (2004) e que se alinham com o pensamento de Albuquerque Junior (2020) que destaco; um dos exemplos trazidos por Grossi diz

⁸⁹ Segato cita a pesquisa de Godelier sobre os Baruyas como um exemplo. Ver mais em Segato (2010, p. 38).

⁹⁰ É importante mencionar que os ritos acontecem não somente em sociedades ditas primitivas, mas ainda permeiam várias situações e contextos. Destaco inicialmente a ideia da “casa dos homens” em Welzer-Lang (2001), onde homens ensinam outros homens a serem “homens de verdade”. No artigo, o autor analisa esquemas, o *habitus*, o ideal viril, homofóbico e heterossexual que constroem uma identidade e dominação masculinas; outro trabalho interessante é o de Amaral Arévalo (2020) sobre os ritos de ingresso de homens jovens em grupos armados, conhecidos como *maras*, em El Salvador. Entre estes grupos, os ritos passam preferencialmente pelo assassinato de mulheres trans e trabalhadoras sexuais, visto que não são crimes em que não prioridade de averiguação por parte do Estado. Ou seja, ritos envolvendo violência ainda permanecem em sociedades contemporâneas.

⁹¹ Mais adiante, aprofundo a questão ao convocar Sócrates Nolasco (1997) para tratar da frágil constituição da identidade masculina a partir do Complexo de Édipo.

respeito às culturas islâmica e judaica no ritual da circuncisão – um corte no pênis que imprimiria no órgão sexual masculino a marca de uma cultura. A autora ainda convoca Françoise Héritier e suas pesquisas sobre violência⁹² para indicar que, em algumas culturas africanas, a circuncisão significaria “tirar a marca do feminino no corpo do menino, pois para estes grupos aquele pedacinho que se tira o pênis é o resto do feminino no corpo do homem” (GROSSI, 2004, p. 8).

3.3.1 Violência e Agressividade: alguns esclarecimentos

“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”

(Dom de iludir – Caetano Veloso)

Como bem pontua Ilka Ferrari (2006) em seu artigo “Agressividade e Violência”, a violência em psicanálise não chega a ter o estatuto de um conceito, mas a agressividade, sim. Em termos gerais, Ferrari (2006) indica que a busca dos usos que Freud e Lacan fizeram desses dois termos expõe as preocupações destes pensadores com a clínica e com a civilização em determinados momentos históricos. Ferrari destaca que

[...] um bom exemplo da preocupação dos psicanalistas com a subjetividade da época é o texto “A agressividade em psicanálise” (Lacan, 1948/1988), escrito no pós-guerra. Segundo Miller (1999), naquela época o mundo estava perplexo com os feitos de Hitler, mas os europeus ainda permaneciam muito apreensivos em relação a Stalin e àquilo que os Estados Unidos poderiam fazer para proteger a Europa, já que se conhecia o que ocorrera em Hiroshima. Eram tempos em que os “psi” se voltavam para essa questão. Aliás, não só Lacan escreveu sobre o tema. Também o fizeram, conforme enfatiza Miller, Hartmann, Lowenstein e Kris, defensores da psicologia do eu, como mostra o texto “Notas sobre la teoria de la agresión”, publicado em 1949 (Miller, 1991). Também são bem conhecidas as contribuições de Freud relativas aos momentos de guerra e paz. Muito se menciona só o que Freud escreveu a esse respeito e vale lembrar, aqui, as afirmações de Albert Einstein, na correspondência que manteve com Freud (Freud, 1933/1974). No texto originado dessa correspondência, favorecida pela Liga das Nações, antecessora da Organização das Nações Unidas, **Einstein assinala que a ciência era uma novidade, mas trazia perigos ainda maiores à humanidade. Já sinalizava uma perigosa aliança entre ciência e capital, favorecedora de violência. A seu estilo, Freud não cansou de assinalar esse rumo: o mundo, estruturado pela ciência e dirigido pela razão, abandonava, radicalmente, o sujeito que ele, Freud, tanto valorizava. Isso não seria sem consequências** (FERRARI, 2006, p. 52)⁹³.

⁹² Por exemplo, HÉRITIER, F. *De la violence II*. Paris: Odile Jacob, 1999.

⁹³ Meu grifo.

Portanto, nos limites desta tese, procuro demonstrar que a violência aqui é compreendida por dois lados: na dimensão do excesso de um afeto – no caso do transfeminicídio, o “afeto de ódio” (CABRAL, 2020, p. 55) que incide sobre o imponderável – ou “como expressão da inclinação agressiva do sujeito no cenário social” (CANAVÊZ, 2013, p. 35) frente a determinadas ameaças às ordens sociais instituídas.

Conforme preconiza Elsa Schmid-Kitsikis (2005, p. 438), em ambos os casos, a violência traria em sua estrutura a característica de “mecanismo de defesa” nos moldes freudianos⁹⁴. Nessa perspectiva, os mecanismos de defesa podem ser compreendidos como processos psíquicos que se atribuem geralmente ao *Eu* e que tem como função promover a organização e a manutenção das condições psíquicas, podendo ajudar o *Eu* do sujeito a enfrentar e evitar a angústia e o mal-estar psíquico. Diz Schmid-Kitsikis (2005, p. 438) que, para Freud, “a noção de defesa designa as tentativas de transformação psíquica que o Eu desenvolve toda vez que enfrenta as representações e os afetos dolorosos, insuportáveis e inaceitáveis”.

Aqui, busco esclarecer que não se trata de considerar que a violência e a agressividade tem o mesmo estatuto, longe disso, mas de compreender a agressividade como um elemento constitutivo dos atos violentos no contexto do transfeminicídio, resultado de uma dupla moral exercida por um Estado, que ao mesmo tempo que discursa contra a violência, a incita por via de uma mentalidade patriarcal.

Mais especificamente, e a fim de compreender a agressividade como um fragmento ou parte da estrutura do transfeminicídio, trago uma passagem de Lacan que me chama atenção em “A agressividade em Psicanálise”. Diz Lacan (1998) que:

[...] a noção de uma **agressividade como tensão correlata à estrutura narcísica no devir do sujeito permite compreender, numa função formulada com muita simplicidade, toda sorte de acidentes desse devir**. Indicaremos aqui como concebemos sua ligação dialética com a função do complexo de Édipo. Esta, em sua normalidade, é de sublimação, que designa muito exatamente uma reformulação identificatória do sujeito, [...] uma identificação *secundária*, por introjeção da *imago* do genitor do mesmo sexo. A energia dessa identificação é dada pelo primeiro surgimento biológico da libido genital. Mas é claro que o efeito estrutural de identificação com o rival não é evidente, a não ser no plano da fábula, e só é concebível se tiver

⁹⁴ Ver mais sobre os mecanismos de defesa em FREUD, S., nos artigos “Psiconeuroses de defesa” (1894), “Observações adicionais sobre as psiconeuroses de defesa” (1896) e “Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e no homossexualismo” (1922).

tido preparado por uma identificação primária que estrutura o sujeito como rival de si mesmo. De fato, o toque de impotência biológica encontra-se aqui, assim como o efeito de antecipação característico da gênese do psiquismo humano, na fixação de um "ideal" imaginário, [...]. **Mas, o que nos interessa aqui é a função, que chamaremos apaziguadora, do ideal do eu, a conexão de sua normatividade libidinal com uma normatividade cultural,** ligada desde o alvorecer da história à *imago* do pai (LACAN, 1998, p. 119)⁹⁵.

O trecho parece fornecer uma pista: a de que há na base constitutiva dos sujeitos a impressão de modelos ou referenciais que de certa maneira funcionam como “apaziguadores” entre os sujeitos e seu meio, neste caso, a *imago* do genitor do mesmo sexo do menino e os modelos sociais apreendidos de seu contexto, conforme menciona Lacan (1998). Contudo, é Vladimir Safatle (2018) que aponta para uma perspectiva interessante em pensar as colocações de Lacan. Safatle indica que, no processo de socialização, há necessariamente uma alienação do sujeito ao passo que identificar-se com o outro seria – grosso modo – “fazer como” (SAFLATLE, 2018, p. 22) ou atuar a partir de modelos ou de pólos de orientação para os modos de desejar, julgar e agir. Para o autor, a imagem do irmão, do pai, da mãe seriam partes de um drama ou o que denomina de “contração de toda uma história normalmente ligada à uma estrutura familiar” (SAFATLE, 2018, p. 33). Ou seja, o valor da imagem dos sujeitos seria a resultante da articulação do sujeito a um núcleo social no qual ele procura se inserir.

Todavia, de acordo com Safatle (2018), esse processo também nos leva a enfrentar uma contradição. Essa internalização dos modelos tem em sua própria base um conflito – “internalizar um tipo ideal encarnado na figura do outro significa *conformar-se* a partir de um outro que serve de referência para o desenvolvimento do Eu” (SAFATLE, 2018, p. 33). Pois é o próprio autor que nos alerta que, para Freud, haveria algo anterior aos processos de socialização, algo que ainda não seria um *Eu*, mas um corpo libidinal polimorfo e inconsistente. A tese sustentada é a de que os processos de socialização tendem a se impor ao longo do desenvolvimento humano por meio de uma violência (ou repressão) a um corpo libidinal através “da culpabilização de toda exigência de satisfação irrestrita, perpetuando com isso, relações de agressividade profunda contra aquilo que serve de ideal” (SAFATLE, 2018, p. 23).

Daí, pensar a base da violência fundada nos conflitos vividos pelos sujeitos;

⁹⁵ Em negrito, meus grifos. Em itálico, grifos do autor.

haveria – segundo Safatle (2018) – um preço alto a pagar para ser um Eu. Numa discussão anterior, é Fernanda Canavêz (2013, p. 44), em “A violência a partir das teorias freudianas do social”, que já indica:

[...] o homem civilizado esbarra em três obstáculos principais na sua busca por felicidade: o sofrimento advindo do desgaste do corpo, aquele decorrente das intempéries do mundo externo e, o mais penoso deles, o derivado dos relacionamentos. Para fugir do último, o sujeito teria que se colocar à mercê dos outros dois, pois não poderia contar com o auxílio dos demais em sua luta pela vida, sendo que também faz parte dessa luta a expulsão da parcela de pulsão de morte que, de outra forma, poderia voltar-se contra si mesmo. Dessa maneira, **o homem civilizado é um equilibrista social, na corda bamba entre a defesa de si e a defesa do grupo**, que, em última instância, não deixa de vir em auxílio de sua própria defesa. **Freud afirma que o “homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança”** (1930/1974e, p. 137), cabendo à civilização protegê-lo contra a natureza e regular os relacionamentos. Perda de felicidade e incremento do sentimento de culpa: trata-se do preço a pagar pelo “avanço” do processo civilizatório⁹⁶.

Canavêz (2013) aponta que após a eclosão da Primeira Guerra Mundial o pensamento freudiano sobre a violência sofre incidência direta do contexto social da época. A autora indica que é o próprio Freud, em “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915), quem comenta que a guerra teria mostrado não apenas que a violência seria um elemento de valor nas disputas pelo poder, mas que também havia sido colocada em prática de maneira extremamente cruel (CANAVÊZ, 2013). Diz a autora que:

[...] destaca-se uma discussão a respeito da **exigência de monopólio de violência por parte do Estado**, pois este **não poderia abrir mão da violência**, [...], **sob o risco de se sujeitar aos caprichos de inimigos em potencial. Mas também sublinha-se que os sujeitos estão em desvantagem devido à renúncia de satisfação que lhes é exigida, sem que, com isso, recebam em troca a proteção desse Estado.** [...] Se Freud [...] chegou a se referir à dupla moral quando parecia acreditar na regulação do potencial de destruição e crueldade pelo contrato social, agora a palavra de ordem é a **hipocrisia favorecida pela civilização moderna. Longe de se apresentar como um homem civilizado, o moderno não passa de um “hipócrita cultural”** (Freud, 1915/1974d, p. 321), **que tem no Estado o mais fiel representante de sua hipocrisia: em tempos de paz, preconiza a renúncia da violência, enquanto em tempos de guerra nada mais faz do que incitá-la** (CANAVÊZ, 2013, p. 39)⁹⁷.

⁹⁶ Meus grifos.

⁹⁷ Meus grifos.

Sobre isso, diz o próprio Freud (1915/1996, p. 316) que:

[...] o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la, tal como o sal e o fumo. Um Estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo⁹⁸.

Tal passagem dialoga diretamente com as reflexões de Canavêz (2013) e Safatle (2018) que expõem de modo claro uma dupla moral exercida pelo Estado – isto é, a violência seria uma ferramenta útil (um comóditê?) quando serve a interesses específicos do Estado e, em última instância, quando administrada de acordo com determinadas conveniências e interesses.

A seguir, exploro um trecho dos diálogos extraídos do vídeo de execução de Dandara para refletir sobre dois aspectos por trás do transfeminicídio: o afeto de ódio e o nojo. As lentes de análise são duas, não necessariamente utilizadas em separado, mas na medida do possível articuladas.

As Ciências Sociais auxiliam pensar o transfeminicídio a partir do debate sobre as masculinidades (CONNELL, 2005), em específico masculinidades forjadas nos moldes do imperialismo, da colonialidade e da globalização (CONNELL, 2016; SEGATO, 2010). A Psicologia, apoiada numa teoria psicanalítica, a partir daqui, guia uma tentativa de entendimento do transfeminicídio através não somente de certo entendimento sobre a agressividade e sua posição nas subjetividades, mas a partir do conceito de angústia explorado mais adiante.

Mais uma vez, é importante esclarecer que não se trata de psicologizar a questão da violência letal contra travestis e mulheres trans, mas de complexificar a discussão sobre o transfeminicídio quando reconheço o que Freud (1919) indica sobre o “o infamiliar”⁹⁹ e o mal-estar civilizatório (FREUD, 1930).

Portanto, a seguir, defendo a hipótese de que o transfeminicídio é um fenômeno não apenas calcado nos ideais do patriarcado, mas também fruto de processos de subjetivação e tensões entre o social e o sexual.

3.4 Dandara e os cabras-machos de Fortaleza: por uma Arqueologia da violência

⁹⁸ Meus grifos.

⁹⁹ Na tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares: *Das Unheimliche*.

Neste subcapítulo exploro os conceitos de afeto de ódio e nojo no âmbito do transfeminicídio; de maneira a provocar mais reflexões e questionamentos do que oferecer respostas, realizo, nesta reta final, breves inflexões a partir do que já foi discutido sobre masculinidades.

Ao tomar os conceitos de afeto de ódio e nojo, empreendo a tentativa de defender a ideia de que o transfeminicídio é um fenômeno forjado na articulação bem sucedida entre o social (discutido anteriormente) e o sexual que há nos sujeitos.

Conforme indica Gaudenzi (2020, p. 25), “a multiplicidade do sexual é uma problemática marcadamente contemporânea que atualiza velhas questões caras para o campo psicanalítico”. A autora reconhece que categorias como sexualidade, sexo, sexual, etc. estão cada vez mais presentes no conjunto de práticas sociais e estudos no campo das ciências humanas, em geral.

Muito embora esta não seja uma tese apoiada exclusivamente na teoria psicanalítica, me apoio na proposta de Connell (2005), que aponta para o fato de que a “ciência da masculinidade” (CONNELL, 2005, p. 7) tem em sua estrutura três pilares de sustentação: os saberes produzidos pela Antropologia, História e Sociologia, as reflexões da Psicologia Social e o conhecimento clínico de base freudiana.

Sobre a Psicanálise, o que Peixoto Junior (1999) indica é que muito embora ainda hoje se questione “até que ponto os psicanalistas do nosso século romperam com as posições moralistas e estigmatizantes da sexologia do século XIX” (PEIXOTO JUNIOR, 1999, p. 53), o pensamento freudiano não somente promove uma ruptura entre uma “velha psiquiatria” pautada no raciocínio positivista e novas ordens, mas insere a sexualidade (até então circunscrita exclusivamente no biologicismo) no campo da noção de fantasia. Destaca-se a importância atribuída ao núcleo fantasístico nas reflexões de Freud sobre a influência da sexualidade e do inconsciente nos sujeitos no que tange a importância da fantasia sobre determinadas afecções nos sujeitos. Segundo Peixoto Junior (1999), é através de uma das cartas de Freud para Fliess (datada de setembro de 1897) que ele revela ao amigo Fliess: “Não acredito mais na minha neurótica”¹⁰⁰. É neste ponto, de acordo com Peixoto Junior, que Freud realiza uma importante mudança de direção ao deslizar sua teoria das neuroses baseada no trauma enquanto agente causal, para a fantasia – que passaria a funcionar como “a verdadeira causa daquelas afecções” (PEIXOTO

¹⁰⁰ FREUD, S. *Correspondência completa para W. Fliess, 1887-1904*. Trata-se da “Carta 69”.

JUNIOR, 1999, p. 55).

Fazendo eco ao que Peixoto Junior e ao próprio Gagnon (2006), Gaudenzi (2020) indica que, ao considerar a dimensão do inconsciente para falar de sexualidade, se faz importante tratar o termo “sexual/sexualidade em um sentido amplo, como faz Freud em ‘Além do princípio do prazer’ (1920/1976)” (GAUDENZI, 2020, p. 26), uma vez que os sujeitos se fazem através do entrelaçamento dos registros individuais com os sociais, “o que indica que nossa maneira de estar e se relacionar no mundo é uma construção social, e não um fato natural – não quer dizer que é possível intercambiar nossas posições subjetivas de forma simples” (GAUDENZI, 2020, p. 26).

Sobre o afeto de ódio, é a psicanalista Nelma Cabral (2020), em seu artigo “O clamor das mulheres trans”, que me serve de guia inicial. Conforme pontuo em outra publicação¹⁰¹, a autora concentra suas reflexões sobre o ódio e o modo muito específico como mulheres trans são assassinadas – “de forma brutal” (CABRAL, 2020, p. 55).

Cabral, admite a hipótese de que há na base dos crimes brutais a “admissão da existência de uma natureza, de uma essência universal masculina e outra feminina” (CABRAL, 2020, p. 55). Tal admissão estaria apoiada, segundo a autora, numa “matriz heterossexual” cujo modo de operar cruelmente organiza, distribui, impede e esfacela a manifestação de “qualquer vestígio das marcas e emblemas femininos” (CABRAL, 2020, p. 59). Ainda de acordo com a autora, é possível pensar que o ódio assassino “não diz respeito às transexuais mulheres, mas a algo mais, algo específico do feminino” (CABRAL, 2020, p. 65) e que em certo grau ameaçaria o homem e sua masculinidade. Mais que isso, indica Cabral que “tanto a experiência da feminilidade como o seu reconhecimento implicam uma ruptura com o domínio do falocentrismo e com a hierarquia entre homens e mulheres no mundo ocidental, vinda desde os gregos antigos” (CABRAL, 2020, p. 69)¹⁰².

Christian Dunker (2020) tem uma visão provocativa sobre o afeto de ódio e vai um pouco mais além. Em seu livro *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*, indica que de um modo geral, os afetos “são recíprocos porque tendem a

¹⁰¹ Ver mais em BEZERRA (2022).

¹⁰² Nelma Cabral destaca a importância das reflexões de Márcia Arán sobre a questão da feminilidade na experiência trans; segundo Cabral, Arán entendia que “não se trata de uma oposição ao masculino, nem um para além do falo, mas outra modalidade de erotismo, em que o falo não é a referência primordial” (CABRAL, 2020, p. 69). Ver mais em ARÁN, M. Feminilidade, entre Psicanálise e cultura: esboços de um conceito. *PHYSIS*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, pp.169-195, 2000.

efetuar uma reprodução performativa de si mesmos no outro, agindo por um tipo de contágio, por meio do qual atribuímos a nós mesmos a causa das paixões daqueles que nos cercam” (DUNKER, 2020, p. 72). Nesse sentido, o autor aponta para o fato de que o ódio direcionado ao outro seria um sintoma para algo anterior: a angústia.

Clarice Gatto (2006), no artigo “A angústia na neurose obsessiva”, auxilia a pensar um conceito tão presente na teoria psicanalítica ao elucidar que Freud e Lacan conferem à angústia o status de um afeto fundamental. De acordo com a psicanalista,

[...] a angústia, então, além de possuir essa característica de um afeto fundamental, porque participa do fundamento da divisão do sujeito, revela-se intercambiável com os demais sentimentos que afetam o corpo do sujeito e cuja expressão pode se tornar motivo de inibição e sintoma. (GATTO, 2006, p. 68).

Ao relembrar a demarcação que Freud realiza sobre a etiologia das neuroses de defesa¹⁰³ no final do século XIX – e posteriormente trazer as evoluções do pensamento freudiano sobre a neurose obsessiva¹⁰⁴ já no século XX –, Gatto deixa explícita a ideia freudiana de que é no Complexo de Édipo que se encontra a estrutura do desejo e da angústia. Diz Gatto que:

[...] para Freud, o conflito edípiano está para a neurose obsessiva entre o erotismo almejado, que pretende identificar o eu e o objeto amado, e a destrutividade decorrente por meio da culpa que os desejos inconscientes reeditam (GATTO, 2006, p. 75).

Neste ponto, é o próprio Lacan (2005, p. 88) que indica:

[...] a angústia é esse corte – esse corte nítido sem o qual a presença do significante, seu funcionamento, seu sulco no real, é impensável; é esse corte a se abrir, e deixando aparecer o que vocês entenderão melhor agora: o inesperado, a visita, a notícia, aquilo que é tão bem exprimido pelo termo ‘pressentimento’, que não deve ser simplesmente entendido como pressentimento de algo, mas também como *pré-sentimento*, o que existe antes do nascimento de um sentimento. [...] O que esperávamos, afinal de contas, é que a verdadeira substância da angústia, é o *aquilo que não engana, o que está fora da dúvida*.¹⁰⁵

Dunker (2020), ao indicar que Lacan “dizia que todos os sentimentos são

¹⁰³ Ver mais em FREUD, Sigmund. “Rascunho K: As neuroses de defesa”, publicado originalmente em 1896.

¹⁰⁴ Ver mais em FREUD, Sigmund. “Inibição, sintoma e angústia”, publicado originalmente em 1926.

¹⁰⁵ Grifos do autor. Ver mais em LACAN, Jacques. *O Seminário*. Livro 10. A angústia. Aula de 19/12/1962.

mentirosos, com exceção da angústia, porque eles nos levam a criar contextos semelhantes para acontecimentos diferentes” (DUNKER, 2020, p. 72), abre uma trilha importante: talvez não seja o ódio propriamente dito o catalisador para os atos violentos, mas a angústia diante de um feminino que representa o tal “corte” impensável e que precisa ser aniquilado (ou recalçado) dentro dos próprios assassinos.

O ódio entendido por Dunker (2020) como um sintoma refere-se – segundo o autor – a um afeto que não se baseia em torno do “‘ter’, da inveja, e do ciúme, mas em torno do ‘ser’”; esse é o ódio por trás da “homofobia, da agressividade de gênero e da violência disruptiva” (DUNKER, 2020, p. 73), ódio originado de uma angústia diante do real, daquilo que não se consegue admitir (ou entender) em si mesmo e que é projetado no outro. Diz Dunker:

[...] a mera existência do outro é sentida como um decréscimo de felicidade, um raptó de gozo ao sujeito, uma ofensa à sua forma de vida [...] Esse ódio percebe o outro como um **objeto intrusivo**. E de fato ele é. [...] Aqui o sujeito age como se um **pacto imaginário** tivesse sido rompido. E de fato ele foi (DUNKER, 2020, p.73)¹⁰⁶.

Sobre o “objeto intrusivo” e o “pacto imaginário” a que se refere Dunker, convoco Freud (1919) e seu artigo “O Infamiliar”. Nele, Freud explicita as especificidades de uma sensação ligada ao horror, ao inquietante, ao sinistro, ao perturbador. A própria tradução para o português do termo alemão *Das Unheimliche* configura na opinião de Gilson Iannini e Pedro Heliodoro Tavares, seus tradutores, um desafio. Contudo, é Freud quem elucida o termo: “Quero logo anunciar [...], o infamiliar é uma espécie do que é aterrorizante, que remete ao velho conhecido, há muito íntimo. [...] O infamiliar seria propriamente algo do qual sempre, por assim dizer, nada se sabe” (FREUD, 2019, p. 33)¹⁰⁷.

Também chamo atenção para Malungo de Souza (2020), que – especificamente na expressão “pacto imaginário” – ajuda a pensar na ideia de uma “confraria masculina”, que funcionaria não apenas como uma importante viga de sustentação (aparente) na constituição das identidades masculinas e do gênero masculino, mas também como uma espécie de ferramenta pedagógica social. Nessa ótica, a gestualidade, o discurso, a

¹⁰⁶ Meus grifos.

¹⁰⁷ Sobre o termo “velho conhecido”, Freud vai dar ênfase, em momento posterior no texto, à importância das reminiscências dos sujeitos nas questões relacionadas ao sofrimento psíquico.

palavra, os testes e os rituais servem como prova que o sujeito apresenta no âmbito social para responder aos outros se é ou não um homem¹⁰⁸. Trato de aceitar a provocação por meu orientador, no sentido do questionamento: não haveria algo de pedagógico a ser ensinado a outros homens?. A punição exemplar seria uma ferramenta pedagógica – ou um modo de tornar o infamiliar menos desconhecido?

É como nos relembra Sócrates Nolasco (1997); para o autor, o sentimento de identidade do homem estaria diretamente ligado com o de identidade sexual. Este sentimento estaria relacionado com suas experiências mais arcaicas – desde a infância até a vida adulta – o que não excluiria o modelo de cultura em que está inserido.

Percebam que Nolasco permite um breve retorno ao que já foi discutido sobre a formação de uma identidade masculina a partir dos processos de ruptura dos meninos/homens e suas mães; são dois os momentos – segundo o autor – no processo de constituição da identidade:

o primeiro deles, na condição de objeto, marca a relação dele com sua mãe. Nesse momento, enquanto criança, ele está inserido em um mundo de sons em que é manipulado e carregado por ela. O esforço para diferenciar-se dessa mãe marca o início do processo de construção de sua masculinidade. A relação mãe-filho é visceral e intensa e, dessa maneira, requer que o menino disponha de recursos e condições para distinguir-se dela. Para um homem, a experiência de intensidade e contato emocional está relacionada com o que viveu com sua mãe. Ela se mantém presente como um padrão de relação para sua vida adulta, do qual, na maioria das vezes, ele tenta escapar. A intimidade surge misturada a uma vivência de posse, filiação e extensão do outro. O segundo momento marca uma etapa em que se firmam as percepções, sentido e compreensão do mundo. Dessa forma se constitui um ego cada vez mais independente. Entre a percepção e a consciência dessa percepção, a manipulação da mãe e da relação, a elaboração fantasística assegura uma distância necessária e constrói a trama da identidade. [...] Para um homem, esse sentimento se constitui por meio do reconhecimento e do aceite, por parte do pai, de suas potencialidades e limitações. (NOLASCO, 1997, pp. 23-24).

Muito embora a experiência individual indique uma constituição de identidade, nos informa Nolasco (1997) que se faz importante lembrar que esta mesma constituição sofre direta incidência de um determinado sistema patriarcal que institui normas e ritos específicos, que, por consequência, se chocam com essas experiências de interiorização

¹⁰⁸ Tal modo de pensar segue a mesma linha de autores como Gagnon (2006) e sua teoria dos roteiros e condutas, por exemplo. No Brasil, ver mais em DaMatta (1997) e seu artigo “*Tem pente aí?*”.

e emocionalidade; isso criaria o que o autor chama de “‘identidade de fachada’, em que cabe a noção de *homem de verdade*” (NOLASCO, 1997, p. 24). A masculinidade, portanto, de acordo com Nolasco, tem sido um ideal problemático, refletido principalmente pela necessidade de demonstração de força física e intensa atividade sexual, especialmente quando justamente determinadas sociedades adotam estes modelos do tal “homem de verdade” para a socialização de meninos, por exemplo. De certa forma, isso revelaria, segundo o autor, um complexo sistema de cuidados – no âmbito das interações sociais e no nível privado da família – que devem ser tomados para que meninos se tornem tais homens, o que instituiria uma polaridade que serve para demarcar uma noção de masculinidade problemática. Nessa ótica, diz Nolasco (1997) que “para todo *homem de verdade*¹⁰⁹ existem muitos outros que não são. O macho e a bicha, o bem-sucedido e o fracassado, o forte e o fraco, o público e o doméstico” (NOLASCO, 1997, p. 24).

Os artigos de Dunker e Nolasco me produzem uma lembrança muito específica. Recorro à uma expressão escutada regularmente na minha convivência com homens que se relacionavam afetiva e/ou sexualmente com travestis e mulheres trans durante meu período em Portugal: “mulher de pau”. A expressão de meu interlocutor (em tom jocoso) me remete a um dos aforismas mais curiosos que já li em Jacques Lacan. Em *Televisão*¹¹⁰, Lacan diz: “A mulher não existe” (LACAN, 2003[1972], p. 536). Tanto o termo “mulher de pau” como o aforisma “a mulher não existe” são muito provocativos. Primeiro, porque há, em cada relato do diário de campo, um certo fascínio pela “mulher de pau”, como mesmo dizem outros homens com quem convivi: “a mulher de pau é a mulher completa”. Lembro vividamente de um de meus interlocutores ao ser questionado sobre seu desejo especificamente por travestis, quando me respondeu imediatamente: “Feijoada com linguiça é sempre mais gostosa, sem a linguiça – é só feijão!”. Entretanto, pontuo que estas mesmas mulheres desejadas em determinados contextos privados de sociabilização masculina, justamente por terem em seus corpos algumas marcas relacionadas ao gênero masculino, eram sistematicamente excluídas de alguns outros cenários, eram consideradas “traidoras da raça masculina”¹¹¹. Isto é, a tal “mulher completa” estaria,

¹⁰⁹ Grifo do autor.

¹¹⁰ Ver mais em Lacan (2003, pp. 508-543).

¹¹¹ “Raça” no sentido essencialista, e não no sentido de Classe (masculina). Expressão de cunho essencialista ouvida em diversos diálogos, especialmente quando os colaboradores da pesquisa eram questionados sobre a *mulher de pau* ser sistematicamente excluída de determinados espaços de sociabilidade: os jogos de futebol, por exemplo.

nesta lógica, circunscrita a um determinado tempo e espaço.

No conjunto de experiências no campo de pesquisa, o cabra-macho (ou Homem com “H”) que mata, na verdade, parece confirmar a tal identidade de fachada de Nolasco (1997) e o terreno instável sobre o qual as identidades se constituem (WITTIG, 2022), uma vez que o desejo e a repulsa se desvelam aqui como um *continuum* e não como oposição. Isso porque a “mulher de pau” é desejada, mas há hora e lugar para isso.

Afinal, estaria o Homem com “H” disposto a pagar o preço de um Eu que estilhaça o modelo de homem proposto pelo sistema patriarcal? Se “a feijoada com linguça” é mais gostosa, posso entender que o desejo existe, contanto que seja circunscrito em determinado tempo e espaço?

Para a tese, deixo estas questões de lado e me volto para um corpo trans que é “superfície de escrita, [...] superfície apta para receber o texto legível da lei” (CLASTRES, 1978, p. 124) e retomo brevemente Michel Foucault e seus conceitos de biopoder e domínio da anomalia para realizar mais algumas reflexões sobre a relação entre alguns homens e o transfeminicídio.

É notória a influência de Foucault no pensamento ocidental no que diz respeito a temas tão presentes em sociedade, como o sexo e as relações de poder/saber. Resumidamente, seu conceito de biopoder refere-se a uma técnica ou ferramenta de governar a vida – em vigor desde o século XVII –, que prima pela criação de uma população centrada em corpos economicamente ativos e docilizados (FOUCAULT, 2012). Aqui, Foucault (2010)¹¹² ajuda a pensar a violência especificamente em *Os Anormais*, na aula em que trata sobre o que denomina de “domínio da anomalia” (FOUCAULT, 2010, p. 47) e a referência do monstro humano – definido a partir do século XVIII e que envereda pelo século XIX para denominar o que seria normal e anormal. Foucault indica que a noção de monstro é, antes de mais nada, uma noção jurídica, no sentido lato, pois:

[...] o que define o monstro é o fato de que ele constitui em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma. O campo do aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer ‘jurídico-biológico’. [...] Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que o monstro é o que combina

¹¹² Aula de 22 de janeiro de 1975.

o impossível com o proibido (FOUCAULT, 2010, p. 47).

Não obstante das reflexões de Foucault, a *mulher de pau* parece encontrar-se num duplo registro no imaginário dos homens com quem convivi; é *completa* – por ter o *pau* – ao mesmo tempo que é uma “infração levada ao seu ponto máximo” (FOUCAULT, 2010, p. 48), por estilhaçar as normas instituídas pelos sistemas de poder sobre quem pode ou não ser uma mulher.

O desejo pela travesti ou mulher trans parece, então, somente poder circunscrever-se em determinados espaços pactuados previamente e em grupos de homens muito específicos. Ainda sobre a noção de monstro, Foucault indica que – por encontrar-se neste ponto além do limítrofe – o monstro deixa a lei “sem voz”. Enuncia Foucault que:

[...] no fundo, **o que o monstro suscita**, no mesmo momento em que, por sua existência, ele viola a lei, não é a resposta da lei, mas outra coisa bem diferente. Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade. (FOUCAULT, 2010, p. 48)¹¹³.

Neste ponto, reconheço que curiosamente recaio no fantasmagórico masculino de alguns destes homens: o feminino recalcado¹¹⁴ em cada um deles – o interdito do feminino promovido pela tal ruptura trazida por Chodorow (1990), Nolasco (1997) e Connell (2005) anteriormente, parece se revelar na figura da travesti e da mulher trans. Uma mulher que desafia a (L)ei e afronta determinadas performatividades masculinas?

Relembro algumas falas, em contextos de sociabilidade especificamente públicos (jogos de futebol e shows musicais, por exemplo) – quando claramente estes mesmos homens revelavam mais fortemente uma certa repulsa por aquelas mulheres com quem se relacionavam. Frases como: “[...] ela desmunheca demais”, “ela fala muito fino, nenhuma mulher fala daquele jeito, só as bichas sem vergonha”, “ela tem o pé grande demais, maior que o meu”, “já viu o pescoço dela? Denuncia na hora que é *meio* homem e *meio* mulher, aí não dá pra sair por aí!¹¹⁵” parecem revelar que o corpo travesti e trans está sempre perscrutado pelo poder regulatório da lei. Certa vez, ao serem questionados pelo fato de nenhuma das mulheres com quem se relacionavam estarem presentes a um jogo de futebol que acompanhávamos em um estádio, recebi a seguinte resposta: “Isso

¹¹³ Meus grifos.

¹¹⁴ Reprimido.

¹¹⁵ Fazendo um gesto de meneio com a mão.

aqui não é lugar pra nenhum tipo de mulher, muito menos *elas*¹¹⁶.

Trato de considerar que ao mesmo tempo em que são desejadas e consumidas, travestis e mulheres trans parecem se encaixar na lógica que Foucault propõe do “indivíduo a ser corrigido” tão categorizado aos finais do século XVIII, a partir da organização do saber sobre toda

[...] parafernália, todo arsenal das doenças corporais, das doenças nervosas, das doenças psíquicas. No fim das contas, não haverá na patologia de fins do século XVIII praticamente nenhuma doença que, de uma maneira ou outra, não decorra dessa etiologia, isto é, da etiologia sexual. [...] O indivíduo anormal do século XIX vai ficar marcado – muito tardiamente, prática médica, na prática judiciária, no saber como nas instituições que vão rodeá-lo – por essa espécie de monstruosidade que se tornou cada vez mais apagada e diáfana, por essa incorrigibilidade e cada vez mais investida por aparelhos de retificação. E, enfim, ele é marcado por esse segredo comum e singular, que é a etiologia geral e universal das piores singularidades. (FOUCAULT, 2010, pp. 47-51).

Há o machismo estrutural presente nas diversas falas, mas é nesse ponto que percebo que mesmo entre homens que se relacionam com travestis e mulheres trans – alguns apresentam a homofobia (BORRILLO, 2016) e a transfobia (NASCIMENTO, 2021; JESUS, 2014) como bases e elementos constitutivos de uma identidade masculina, um comportamento modular, aprendido e introjetado a partir de referências de vida.

Eduardo Leal Cunha (2021), no artigo “A normalização das homossexualidades e os destinos do masculino”, aponta que mais atualmente ocorre na sociedade uma discussão sobre gênero e sexualidade que vai na contracorrente da tal “natureza mitológica do ser homem” (CUNHA, 2021, p. 52). Para o autor, de um modo geral, uma possível crise do masculino em determinados contextos sociais emergiria a partir das mudanças nos lugares sociais que se transformaram com a presença de mulheres que tem se beneficiado com o intenso debate feminista promovido nas últimas décadas. Contudo, é o próprio Cunha que alerta que tal crise, não abala a já clássica questão da dominação masculina¹¹⁷.

Se, em 1998, Trevisan já indicava que o “masculino” sofria investidas e

¹¹⁶ Meu grifo. O colaborador ao pronunciar a palavra “elas”, fez o gesto de aspas com as mãos.

¹¹⁷ Este não é um ponto pacífico entre os autores que discutem masculinidades no Brasil. Alguns autores defendem a ideia de que na verdade, o que há, são alguns homens em crise, e que o lugar social das masculinidades – independente do cenário e dos esforços – segue intacto. Ver mais sobre esta discussão em: Medrado e Lyra (2008).

transformações que revelavam mitos frágeis e ilusórios sobre um homem universal verdadeiro, Cunha (2021) esgarça mais ainda a questão sobre uma crise masculina ao trazer para o debate não apenas as transformações enfrentadas pelas mulheres a partir do século XX, mas pelo que chama de “figura negativa do masculino, esse Outro do homem se vocês quiserem, que é o homossexual masculino, o *gay*, a bicha, o veado” (CUNHA, 2021, p. 53), um debate já considerado clássico¹¹⁸ e que se apresenta nesta tese como o tal universo fantasmagórico masculino.

Resgato uma importante reflexão de Richard Parker (2002) no que se refere à homossexualidade masculina e sua complexidade no contexto brasileiro. Para o autor,

Ao mesmo tempo, se a experiência sexual está de fato em movimento constante, é fluida, flexível, e em processo de transformação, jamais permanece assim indefinidamente. Ao contrário, a experiência sexual, e a experiência homossexual em especial, sempre toma forma (no Brasil e em outros lugares) dentro de limites – dentro de um campo complexo de poder e dominação, em que as possibilidades de transformação, a liberdade de movimento experimentada por indivíduos ou grupos, as escolhas ou opções abertas por diferentes sistemas culturais são simultaneamente formadas e moldadas por relações de poder (PARKER, 2002, pp. 52-53).

No campo da violência, é Borrillo (2016) que ajudar a compreender o transfeminicídio ao indicar que é justamente pelo antagonismo que a construção da identidade sexual funciona; segundo o autor, a lógica binária, em uma sociedade androcêntrica, tem como base referencial os valores masculinos. Diz Borrillo (2016, p. 88) que:

[...] neste caso, **sua traição só pode desencadear as mais severas condenações. Portanto, o cúmulo da falta de virilidade consiste em assemelhar-se à feminilidade**, ‘disfarçar-se de *drag-queen*’, ‘assumir trejeitos femininos’, [...] ou ‘falar com uma vozinha aguda e efeminada’.

Este debate é recorrente (PARKER, 1991; FRY; MACRAE, 1986) e trata justamente desse *Outro* que se difere de um modelo masculino mitológico e universal, e que assume outros modos de vivência.

É Marcos Nascimento (2011) que enfatiza em sua tese que uma característica

¹¹⁸ Com destaque para o pioneirismo de Richard Parker e suas reflexões em *Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil* (publicado pela primeira vez em inglês em 1999, e no Brasil em 2002).

recorrente – entre os homens que pesquisou – refere-se à afirmação por parte dos homens heterossexuais sobre seus amigos homossexuais “de que seus amigos, em um primeiro momento, não parecem *gays*” (NASCIMENTO, 2011, p. 158). No caso específico da homossexualidade masculina há, segundo Nascimento (2011), uma associação direta com o feminino. Segundo o autor, a descrição – que não corresponderia ao estereótipo do *gay* feminino e afetado – seria uma característica distinta e valorizada do comportamento entre homens. Ainda segundo Nascimento (2011), entre seus pesquisados, uma das normas sociais atreladas ao masculino estaria relacionada ao domínio do corpo e do gestual, onde gestos interpretados como femininos deveriam ser evitados.

Nesse sentido, Borrillo (2016, p. 89) contribui com o debate ao afirmar que

[...] fortalecer a homofobia é, portanto, um mecanismo essencial do caráter masculino, porque ela permite recalcar o medo enrustido do desejo homossexual. **Para um homem heterossexual, confrontar-se com um homem efeminado desperta angústia em relação às características femininas de sua própria personalidade;** tanto mais que esta teve de constituir-se em oposição à sensibilidade, à passividade, à vulnerabilidade e à ternura, enquanto atributos do ‘sexo frágil’¹¹⁹.

A seguir, borro mais alguns limites entre o trabalho acadêmico e minhas próprias memórias para questionar o tal “homem com H” a partir de outro termo marcante: o cabra-macho para pensar justamente os assassinos de Dandara.

3.5 “[...] E que história é essa de cabra-macho?”

Fernanda Cavalcanti (2014), em seu artigo intitulado *A polissemia da expressão convencional cabra a partir de uma metodologia qualiquantitativa*, indica que “tal expressão, quando usada pelos falantes do Nordeste do Brasil, é considerada polissêmica tanto do ponto de vista da Semântica Lexical quanto do ponto de vista da Semântica Cognitiva” (CAVALCANTI, 2014, p. 60). Isto é, o termo “cabra” se desdobra em um duplo sentido (léxico e cognitivo), fato que muito me auxilia na busca por possíveis relações entre o se fazer homem no Brasil e o transfeminicídio.

De modo geral, Cavalcanti (2014, p. 60) indica que a expressão “cabra” denota a

¹¹⁹ Meus grifos. Tal passagem tenta elucidar uma questão posta anteriormente: o que há de tão assombroso no homem feminado?

figura de um “‘homem de origem rural e mestiça’ ‘homem viril’, ‘valente’, ‘bom caráter’ e até mesmo ‘violento’”. Adicionalmente, a autora revela que os 153 homens respondentes de sua pesquisa indicaram que o termo – entre outros aspectos – está diretamente ligado a uma similaridade comportamental entre o homem e o animal “cabra” tal qual: o temperamento forte, a teimosia, a valentia, a resistência, a persistência e a força.

Numa pesquisa minuciosa no dicionário Houaiss (2009), a mesma indicação de um duplo sentido do termo está presente; ora “cabra” figura como animal, ora como sujeito social percebido pelo seu entorno. Dentre as muitas indicações, a expressão “cabra” em determinadas regiões do Nordeste brasileiro indica pejorativamente a figura de uma mulher “pouco recatada, lasciva, devassa [...] escandalosa” (HOUAISS, 2009, p. 349). Por outro lado, o termo “cabra” quando associado à figura masculina é articulado, segundo o Houaiss, com outros termos como por exemplo “da peste” – que designa um homem “mau”, “temido”, “respeitado por sua valentia, frieza, crueldade” – ou “da peia” (de pronúncia *pêia*) – associado a um homem “frouxo”, sem virilidade (HOUAISS, 2009, p. 349). No Houaiss (2009, p. 349), ainda é possível ter uma definição específica (em separado) para o termo “cabra-macho”: definido como um indivíduo “corajoso”, “decidido” e “valentão”.

Abro rapidamente um parêntese para indicar que a polissemia do termo “cabra” me serve de inspiração – desta vez de um ponto de vista especialmente pessoal. Cresci escutando aqui e ali, de toda a minha família (com origem no agreste pernambucano), a expressão “cabra”, e mais especificamente o termo “cabra-macho”.

Relendo algumas anotações pessoais do início de minha fase adulta, destaco:

Essa coisa de hoje estar morando junto com meu namorado. Casado, mesmo. O escândalo que deve ser pros meus pais eu estar fora de casa; nem imagino apresentar Carlos pros meus amigos em Pernambuco. Talvez eu caia no esquecimento deles, tamanha a decepção que possam sentir se souberem. Tomara que me esqueçam. Logo eu, o cara que chegava de fora, que todas as meninas queriam beijar. O amigo esperado o ano todo. Se eu puxo pela memória, lembro tão claramente das frases entre meus amigos mais velhos em Pernambuco: “Seja homem com H, chegue logo aqui beijando as meninas”, “Putá quando a gente come não pede nada, dá-lhe um tapa pra ela se calar e come, bora lá homem, bora comer mulher hoje!”.

(Rio de Janeiro, 25 de abril de 2000. Extrato de meu diário pessoal)

Voltamos à discussão proposta por Cabral (2020) e Bento (2016) sobre a posição que ocupa o feminino no contexto das masculinidades. Nesse ponto da tese, me remeto ao regionalismo como um importante marcador social da diferença para pensar Dandara e principalmente seus assassinos. Nos lembra a ANTRA (2023) que, em 2022, o Nordeste e especificamente o Ceará e Pernambuco figuram como líderes nos casos de assassinatos de travestis e mulheres trans.

Retomo Trevisan (1998) rapidamente para lembrar a importante figura do sanguinário cangaceiro Lampião, ícone cultural do Nordeste brasileiro e que constituiria, na visão do autor, um dos ideais de homem nacionalmente consagrado. Aponta Trevisan que Lampião representaria no imaginário popular “o típico cabra-macho brasileiro, modelo máximo do politicamente correto em matéria de virilidade” (TREVISAN, 1998, p. 19). Todavia, é o mesmo Trevisan que indica que nas pesquisas de Daniel Lins Soares¹²⁰ surge uma outra face de Lampião, menos conhecida. Diz Trevisan que

[...] hoje sabe-se, por exemplo, que o jovem Virgulino Ferreira da Silva, depois conhecido como Lampião, foi criado pela avó dona Jocosa, a quem ajudava nos afazeres domésticos, um pouco como empregadinha. Virgulino costumava escrever poemas. A canção “Mulher rendeira” foi escrita por ele, aos 13 anos, em homenagem à avó, que fazia renda [...]. Aliás, gostava também que seu grande amigo, chamado Cascavel, fizesse cafuné em sua cabeça. Ao contrário do mito veiculado, só tardiamente Lampião começou a se envolver com mulheres. Até 1929, só havia homens nos acampamentos do cangaço [...] Entre eles, havia até um cozinheiro efeminado de nome Baliza. (TREVISAN, 1998, p. 19).

O que mais não se sabe sobre o Lampião tão sanguinário e violento, o Lampião “cabra-macho” contado tantas vezes por meus avós? Por que este outro lado de Lampião nunca me havia sido revelado?

O trecho que destaco de Trevisan me gera incômodo, reconheço; em parte, porque desmonta (em mim mesmo) o mito – que tanto escutei desde pequeno em Pernambuco pela boca de minha avó – de que Lampião era um modelo de homem¹²¹. Modelo aqui entendido em sua acepção mais primitiva como propõe Dominique Auffret (2005), em termos psicanalíticos, como

¹²⁰ Em especial em sua tese de doutorado *L'imaginaire de l'ordre et de la violence au Brésil: étude d'un cas, Lampião et le cangaço* (1993) e em seu livro *Lampião, o homem que amava as mulheres* (1997).

¹²¹ Ver mais em: AUFFRET, D. Modelo. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise: conceitos, noções, biografias, eventos, instituições*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

[...] objeto de imitação, num sentido técnico ou moral. O modelo deve ser imitado ou seguido; seu status é, portanto, paradigmático, e sua função é a de ordenar prescrições práticas. O que atua como modelo possui uma significação ideal normativa; por exemplo, do ponto de vista da educação, o educador ou os pais e, no âmbito da pedagogia, a ciência (AUFFRET, 2005, p. 1194).

O lado mais feminino de Lampião, revelado de solavanco, também nos coloca diante da constatação de que “enquanto existirem crenças rígidas e estereotipadas sobre masculinidade, e enquanto essas crenças não forem confrontadas, os homens serão frequentemente incapazes de aderir a uma masculinidade que se situe fora do padrão” (BOLA, 2020, p. 24).

O trecho de meu diário pessoal (logo abaixo) aponta para algumas memórias pessoais com o termo “homem de verdade”.

Faz tempo eu tô pensando nessa história de homem pra valer, Brokeback Mountain esse filme que me faz chorar toda vez que eu assisto. Propaganda do cigarro Marlboro, do meu tempo de criança. O boneco Falcon. Tem a visão do meu avô, chegando da lida, trazendo macaxeira pra casa, e falando grosso com minha avó: ‘tem o quê pra cumê mulê?’, - isso ecoa nos meus ouvidos até hoje. Dia desses minha mãe botou o Ney pra tocar no meu aniversário e dançamos rindo, requebrando. Meu pai já não vive com ela há anos, na frente dele eu jamais dançaria daquele jeito. Lembrei do vídeo¹²² de Ney Matogrosso se apresentando no Canecão e cantando “Homem com H. A figura do Ney me é – pessoalmente – muito marcante. Lembro de Ney rodopiando na televisão, todo maquiado, com olhos bem marcados por um lápis preto (idênticos aos de minha mãe) e a boca vermelha cintilante como a de Princesa. Lembro de todos na sala, assistindo ao vídeo em estreia para rede nacional no programa dominical Fantástico da TV Globo; Ney vestia um macacão branco, semitransparente, brilhante, cheio de babados e decotes, calçando sapatos brancos ou prata - de saltos altos. Rebolava e virava os olhos. Me recordo dos olhares de meu pai direcionados à minha mãe, que junto com Princesa formava uma dupla entusiasmada. Na sala, um “homem com H”, meu pai pernambucano do agreste, incomodado com Ney e falando baixinho pra minha mãe: ‘gosto dele mas ele desmunheca demais’, falando para minha mãe, que junto com a amiga, as duas extravagantes riam alto e comentavam sobre a roupa de Ney; minha irmã alheia a tudo como sempre e eu, com 7 anos de idade, curioso, achando aquilo fantástico, igual a abertura daquele programa de tv. Agora, durante o mestrado, e até mesmo lá na especialização, me deparo com estes homens que ando pesquisando; homens que reivindicam o lugar de um “homem com H” e tomam esse lugar pra si ao se relacionarem sexualmente entre eles, sem medo de HIV, sem o menor temor de uma IST, uma coisa de coragem, bravura que eu sempre invejei e invejo – medroso que sou, careta; intrigante e encantador ver esse monte de homem que se chama

¹²² Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pSa5CHGfu_4. Acessos em: 20 dez. 2021.

de ‘homem de verdade’..

(Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2018. Extrato de meu diário pessoal)

E esse “homem com H” cantado por Ney? Volto a questionar: o que há de tanto fantasmagórico ali?

Conforme afirma J. J. Bola (2020) em seu livro *Seja Homem: a masculinidade desmascarada*, o tal “homem com H” traz consigo relações muito diretas a tal expressão homem de verdade. Segundo o autor, o termo “homem com H”, *per se*, é baseado em ideais patriarcais que reforçam expectativas e o modo como homens devem ser e agir. Na visão de Bola, a expressão nos leva à discussão dos estereótipos e como estes funcionam para reforçar “noções limitadas do que um homem pode e não pode ser: eles são usados em múltiplos contextos e podem exercer acentuada pressão sobre homens” (BOLA, 2020, p. 25). Bola (2020) enumera alguns destes modelos: homens não choram; homens são mais fortes que as mulheres; homens são mais lógicos; homens tem mais libido e pensam mais em sexo.

Nesse sentido, ao pensar sobre o lugar que o feminino ocupa entre os homens assassinos, Bola (2020) me impele a refletir não só sobre a inferioridade do feminino proposto por travestis e mulheres trans, mas sobre a posição privilegiada dos homens no que se refere “às vantagens e direitos sociais, econômicos e políticos que são disponibilizados aos homens como consequência do seu sexo” (BOLA, 2020, p. 99).

A seguir, dentro do contexto da transcrição de parte do vídeo do assassinato de Dandara, destaco especificamente uma sentença dita por um de seus assassinos durante a sequência de atos violentos que culminaram na morte de Dandara. Em seguida, examino cuidadosamente o termo “imundiça” – denominado à Dandara durante as agressões – para pensar os conceitos de abjeção e sujeira no contexto do transfeminicídio.

Esta última parte da tese não encerra a discussão, mas busca confirmar que ainda há muito a se pensar sobre a produção de subjetividades no que se refere à violência contra travestis e mulheres trans.

3.6 Os últimos golpes: o masculino, o feminino e o conceito de abjeção

“*Você vai morrer, safado [...]. [...], ‘imundiça!’*”

(Um dos assassinos de Dandara)

Neste subcapítulo – parte final da tese – exploro os conceitos de abjeção e sujeira, no contexto de uma sentença destacada da transcrição da sessão de extermínio de Dandara.

O termo “imundiça” (*sic*) recebe uma minuciosa atenção ao abrir possibilidades para se refletir sobre as relações do conceito de abjeção em Julia Kristeva (1982) e sujeira em Mary Douglas (1966) com o transfeminicídio.

Parte do interesse por esses dois conceitos advém da constatação anteriormente explorada de que o desejo e a repulsa – ainda que destarte pareçam categorias antagônicas – na verdade se mostram como um *continuum*. Conforme afirmo anteriormente, o conjunto de experiências no campo mostra que o desejo é circunscrito em determinados tempos e espaços. Homens consomem pornografia trans, alguns contratam corpos para determinadas práticas sexuais específicas e outros as matam, cruelmente – não somente através de pauladas, socos e chutes, mas através das palavras.

Até aqui, o conjunto de leituras realizado revela que determinadas masculinidades pautadas no ideal patriarcal empobrece eroticamente o sujeito – e em certa medida – o campo das possibilidades subjetivas e sociais de determinados homens (BOLA, 2021; NOLASCO, 1997), garantindo a muitos homens dificuldades estruturais em relação à sua capacidade de estabelecer relações de intimidade com o *Outro*, por exemplo¹²³.

Conforme Nolasco (1997) aponta, a ideia – mesmo que frágil e ilusória de um homem de verdade – “carrega em si a negação de qualquer possibilidade de fracasso ou limitação. Fracassar sexualmente é fracassar como homem” (NOLASCO, 1997, p. 25). Mais do que isso, é quando indica que a violência funcionaria como uma resposta motora a um estado de fusão e indiferenciação (ainda que fantasioso) experimentado pelo

¹²³ Um conceito que ajuda a pensar Bola e Nolasco é o de alteridade; entendida aqui como “o motor do movimento dialético”, na concepção de Hegel. Ver mais em BRÈS, Yvon. Alteridade. IN: MIJOLLA, Alain de. *Dicionário internacional da Psicanálise: conceitos, noções, biografias, eventos, instituições*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005. pp. 67-68.

indivíduo, que reflito sobre o quanto a questão da violência encontra-se intimamente ligada à questão da identificação com este outro, infamiliar, imponderável do ponto de vista masculina. Neste sentido, “para um homem, o uso da violência poderia ser entendido como resposta inconsciente à ameaça de feminilização que pesa sobre o eu e sobre a cultura da qual faz parte” (NOLASCO, 1997, p. 27), respaldado, principalmente por uma cultura que privilegia uma narrativa prescrita exclusivamente a ele mesmo – o homem com “H”.

Proponho, a todos que chegaram até aqui, tensionar um pouco mais a problemática da violência no âmbito das subjetividades para refletir sobre o transfeminicídio a partir da lente estruturalista, que nos proporciona entender que o verdadeiro objeto das ciências humanas não é necessariamente o homem “enquanto centro intencional da ação e produtor do sentido, mas as estruturas sociais que lhe determinam” (SAFATLE, 2018, p. 45).

A esta altura da tese, em contato com a ótica estruturalista para pensar a violência, relembro uma música composta por Pedro Anibal De Oliveira Gomes (Pepeu), Bernadeth Cidade (Baby do Brasil) e Claudimar Oliveira Gomes (Didi Gomes) em 1983, e interpretada por Pepeu Gomes. Assim diz a canção:

Ser um homem feminino
 Não fere o meu lado masculino
 Se Deus é menina e menino
 Sou masculino e feminino
Olhei tudo que aprendi
E um belo dia eu vi
Que ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
 Se Deus é menina e menino
 Sou masculino e feminino
 Olhei tudo que aprendi
 E um belo dia eu vi
 Uh-uh-uh-uh
E vem de lá
O meu sentimento de ser
E vem de lá

O meu sentimento de ser
 Meu coração
 Mensageiro, vem me dizer
 Meu coração
 Mensageiro, vem me dizer
Salve, salve a alegria
A pureza e a fantasia
Salve, salve a alegria
A pureza e a fantasia
Olhei tudo que aprendi
 E um belo dia eu vi
 Uh-uh-uh
 Que ser um homem feminino
 Não fere o meu lado masculino
 Se Deus é menina e menino
 Sou masculino e feminino
 Vou assim, todo o tempo
 Vivendo e aprendendo
 E vem de lá
 O meu sentimento de ser
 E vem de lá
 O meu sentimento de ser
Meu coração
Mensageiro, vem me dizer
Meu coração
Mensageiro, vem me dizer¹²⁴

Portanto, o que se propõe no subcapítulo que encerra esta tese, é que estes homens são “falados pela linguagem, como se eles não agissem, mas ‘fossem agidos’ pelas estruturas sociais” (SAFATLE, 2018, p. 45). A linguagem, portanto, – nessa ótica – seria, em última instância, um fato social central (SAFATLE, 2018), e é justamente esse sistema linguístico – que antes de mais nada é um modo de organização, de construção de relações, de identidades e de diferenças – que Lacan vai chamar de simbólico (SAFATLE,

¹²⁴ Assistir ao videoclipe de Pepeu Gomes (assim como o de Ney anteriormente) ajuda a pensar o debate instituído no campo cultural dos anos 1980 sobre as posições do feminino e masculino e a constituição das identidades na sociedade brasileira da época. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5MP4zeYt-UU>. Acesso em: 11 mar. 2023.

2018, p. 46; LACAN, 1998).

Entretanto, realizar o salto proposto na letra de Pepeu, Baby e Didi não parece uma tarefa assim tão fácil para o cabra-macho.

Concordo com Sofia Favero (2022), que, em seu livro *Psicologia Suja*, indica que se estamos aqui a falar de gênero e sexualidade como dados construídos socialmente – e não mais como um “dado espontâneo do corpo” (FAVERO, 2022, p. 38), precisamos nos atentar para os discursos e linguagens que constroem estas duas plataformas. É como a própria Favero aponta sobre os teóricos pós-estruturalistas – “a linguagem, o discurso, a palavra, o texto, junto com tudo aquilo que envolve a transmissão da cultura, não são somente um código, mas um modo de existir” (FAVERO, 2022, p. 39).

É consenso entre o conjunto de autores aqui trazidos que a sociedade moderna patriarcal criou não apenas um contexto autoritário e explorador (GIDDENS, 1993), mas uma representação de mulher que beira a desqualificação e a diminuição frente à posição masculina na sociedade (BOLA, 2021; SEGATO, 2010; NOLASCO, 1997; NASCIMENTO, 2021; HOMEM; CALLIGARIS, 2019). Especificamente sobre isso, é Anthony Giddens (1993), em *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, quem oferece uma outra perspectiva para se pensar o empobrecimento erótico ao qual determinados sujeitos estão submetidos. Ao citar Wilhelm Reich em *Listen, Little Man!*, Giddens aponta para o tal “homenzinho” reichiano

[...] todos aqueles, incluindo as pessoas que ocupam posições de poder, que são escravos da convenção, neuróticos que se acreditam saudáveis. [...] Ele é seu próprio escravizador, compelido por suas próprias ansiedades a evitar que os outros reclamem a sua liberdade (GIDDENS, 1993, p. 176).

Resumidamente, a ideia de Reich – segundo Giddens – é a de que a sexualidade, quando expressa de modo adequado, seria uma das principais fontes de uma vida mais autônoma, que se forjaria nas potencialidades do eu, no âmbito de uma liberdade que proporcionaria uma exclusão de armaduras protetoras desenvolvidas a partir de modelos repressivos para se resistir às vicissitudes da vida (GIDDENS, 1993).

É o próprio Giddens (1993) quem ajuda a entender que a possibilidade de uma certa emancipação que promove um afastamento dos moldes patriarcais implica não necessariamente em enfrentar “a ‘realidade’ em si, mas a realidade histórica de uma ordem social particular” (GIDDENS, 1993, p. 182). Isto é, o preço a pagar por uma

“emancipação sexual” (GIDDENS, 1993, p.196) se configuraria em um desafio na medida que, para determinados homens já submetidos à uma primeira ruptura¹²⁵, estes deveriam se submeter a um segundo corte (que promoveria um retorno?), portanto, em direção a uma sexualidade que se afastaria do essencialismo (tão caro à lógica patriarcal e imposta na sociedade através das normas) e que os lançariam à ideia de um “terreno fundamentalmente de luta política [...]” (GIDDENS, 1993, p. 199) – arrisco a complementar, uma sexualidade fluida.

O que resta na minha boca são duas perguntas amargas: o homem com “H” estaria disposto a ocupar este campo de luta e certa fluidez? O cabra-macho seria capaz de tomar contato com o feminino que haveria nele?¹²⁶ A morte anunciada transcrita no anexo I, trazido no início desta tese, parece revelar a face mais insidiosa do cabra-macho: o núcleo fantástico (empobrecido) – que cria a ideia de que estes homens detém o poder sobre a vida de tantas travestis e mulheres trans no Brasil.

Enquanto escrevo estas linhas, me deparo com o episódio de violência transfóbica de repercussão nacional contra todas as mulheres que aconteceu na Câmara Federal em Brasília, Distrito Federal, no dia 8 de março de 2023. No dia internacional das mulheres, o deputado Nikolas Ferreira (do partido PL de Minas Gerais) se auto intitulou “deputada Nikole” reivindicando um “local de fala” e discursou usando uma peruca loira. No discurso, ele acusa que “as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres”¹²⁷, causando uma reação imediata dos próprios colegas parlamentares, mas principalmente um debate intenso entre parlamentares mulheres e ativistas trans. A deputada federal Duda Salabert reagiu à fala de Nikolas nas redes sociais, denunciando tal poder violento do ódio que resulta em exclusão e violência¹²⁸.

Ao transpor a fala de Nikolas para o caso de Dandara, por exemplo, penso que

¹²⁵ A problemática do Édipo já discutida anteriormente e retomada em Kristeva (1982) mais adiante.

¹²⁶ Ver mais sobre a “recusa da feminilidade” em Monique Schneider em Mijolla (2005, p. 705).

¹²⁷ Disponível digitalmente na plataforma Twitter em: https://twitter.com/tabataamaral/status/1633554223303409664?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1633554223303409664%7Ctwgr%5Ef8e4035fd704b9cd5208bcfcbb6161d5091d939a%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.cnnbrasil.com.br%2Fpolitica%2Fnikolas-ferreira-veste-peruca-na-camara-e-diz-mulheres-estao-perdendo-espaco-para-homens-que-se-sentem-mulheres%2F. Acesso em: 11 mar. 2023.

¹²⁸ No ano de 2020, Duda Salabert foi eleita vereadora em Belo Horizonte, sendo a mais bem votada da história naquela cidade, com 11,9% dos votos num leque de 41 candidatos. Nas eleições de 2022, foi eleita uma das primeiras deputadas federais trans da história (pelo Estado de Minas Gerais), junto com Erika Hilton (que se elegeu pelo Estado de São Paulo). A resposta de Duda a Nikolas está disponível digitalmente em: https://www.instagram.com/reel/Cpi75muJjyy/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 11 mar. 2023.

quando um de seus assassinos diz: “você vai morrer, safado [...]”, Dandara sofre não apenas uma anulação de sua identidade feminina inscrita no seu corpo, um não reconhecimento de sua condição de mulher, mas os efeitos possíveis do empobrecimento erótico dos sujeitos escravos das convenções impostas pelos sistemas de poder¹²⁹ e uma incapacidade de lidar com o que é diferente de seus próprios modelos.

É Céu Cavalcanti (2022), no prefácio do livro de Sofia Favero, que auxilia no entendimento de que a violência faz parte da realidade de travestis e mulheres trans na medida que nos informa:

[...] nosso corpo acaba sendo depositário de uma série de expectativas de pacificação cisgênera que visam reinstalar a normalidade binária, supostamente criada por deus e pela natureza. [...] O custo benefício é ter um mínimo de dignidade ao ir à padaria, ao pegar um ônibus, ao andar no centro da cidade durante o dia. O jogo é tão perverso que há uma responsabilização lançada inteiramente a nós, como se um “sintoma” do nosso grave problema psicológico fosse odiar o corpo a ponto de querer modificá-lo completamente, para parecer o mais cis possível (CAVALCANTI, 2022, p. 13)¹³⁰.

Trato aqui das questões subjetivas que emergem no discurso, na linguagem, e destaco a palavra “*imundiça*” (*sic*), que se liga diretamente ao que Céu Cavalcanti aponta: “nós, pessoas trans, não odiamos nossos corpos, é a cisnormatividade que o odeia” (CAVALCANTI, 2022, p. 13).

A palavra “Imundícia” é a que mais se aproxima da que foi expressa por um dos assassinos de Dandara; o Houaiss (2009, p.1059) indica que se trata de uma “qualidade, estado ou condição de imundo”, “ausência de asseio, falta de limpeza, porcaria”; ou ainda, “acúmulo de lixo”, “sinonímia de *escassez* ou *insignificância*”.

Em parte, Cavalcanti me remete inicialmente às reflexões da antropóloga Mary Douglas (2012) sobre a sujeira e a relação de algumas sociedades com determinados rituais de pureza que – entendidos como um movimento criativo – se tornam ferramentas eficazes em transformar experiências distintas em unidades de entendimento que buscam ordenar crenças e eliminar possíveis perigos que ameaçam determinadas ordens sociais.

¹²⁹ É Symmy Larrat, atual secretária Nacional LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos que indica que são os discursos de ódio que cancelam e estimulam atos violentos em nossa sociedade. Os discursos seriam os pontos de partida para a vulnerabilidade, exclusão e mortes no Brasil. Disponível digitalmente na plataforma Instagram do Ministério dos Direitos Humanos: https://www.instagram.com/reel/CpoFvDds6GX/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 11 mar. 2023.

¹³⁰ Ver mais em Favero (2022), no prefácio de Céu Cavalcanti.

De um modo geral, Douglas defende a ideia de que a reflexão sobre a sujeira envolve forçosamente uma reflexão sobre a “ordem e a desordem, ser e não ser, forma e não-forma, vida e morte. Onde as ideias de sujeira são altamente estruturadas sua análise revela um jogo sobre temas tão profundos” (DOUGLAS, 2012, p. 16).

No trecho intitulado “Stella Carvalho [intervenção]” do livro de Favero (2022), Favero aponta para o fato de que a sujeira pode ser analisada como um “artifício poderoso”. Diz a autora que

[...] essa que se apresenta como um destino comum a corpos negros e travestis, seja por associação ou por designação compulsória ao lugar de abjeto, apresenta potencialmente encontro com a vida enquanto direito negado às existências relegadas à sarjeta, ao esgoto e à podridão (FAVERO, 2022, p. 90).

Na concepção de Favero, as identidades trans e travestis forjam em determinados sujeitos e fazem emergir em muitos casos “uma defesa obsessiva” voltada especificamente a “paralisar nossas gramáticas, congelar nossos significantes desviados” (FAVERO, 2022, p. 60); e o massacre, segundo a autora, pode ser entendido aqui como uma ferramenta eficiente que higieniza a sujeira, elimina o abjeto projetado pela cisgeneridade nos corpos de travestis e pessoas trans.

Tal concepção de Favero faz eco ao que Douglas (2012) já reivindicava sobre a ideia de que a sujeira seria composta por duas características principais: o cuidado com a higiene e o respeito pelas convenções sociais. Isso se daria, segundo Douglas, a partir do momento que nossa ideia sobre a sujeira passa a ser dominada pelos estudos sobre os organismos patogênicos e uma consequente revolução radical na história da medicina a partir do século XIX. “Isto transformou tanto nossas vidas que é difícil pensar sobre a sujeira a não ser num contexto de patogenicidade” (DOUGLAS, 2012, p. 50).

De um modo resumido, a tese defendida por Douglas é a de que “onde há sujeira há sistema” (DOUGLAS, 2012, p. 50); ou seja, a sujeira seria um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática,

[...] na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados. Esta ideia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas mais obviamente simbólicos de pureza (DOUGLAS, 2012, p. 50).

Nesse sentido, ao olhar para as cenas de violência contra Dandara e ao ouvir (no

vídeo) a exclamação “*imundiça!*”, me questiono se é possível pensar que um de seus assassinos tenta – através de um comportamento reativo precário – condenar Dandara, aqui tida como o tal “objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (DOUGLAS, 2012, p. 51), a um rito de limpeza, ou purificação, onde somente o seu extermínio seria a solução para a reinstauração de determinada ordem.

Se nosso comportamento frente à poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais, a eliminação da impureza seria a única solução?

O que estaria em jogo para Douglas, portanto, seria uma “tendência conservadora incorporada” (DOUGLAS, 2012, p. 51) pelos sujeitos a partir da cultura que tende ou a acomodar algumas novas experiências (na medida em que estas se aproximam das experiências anteriores do sujeito) ou a rejeitar as experiências mais discordantes de determinados modelos apreendidos. A cultura, nesse caso, padroniza valores de uma comunidade, serve de mediadora de experiências e tem uma “autoridade” pública que é rígida. Nesta ótica, diz Douglas que “uma pessoa pode ou não rever seu padrão de pressupostos. É um ato particular. Mas categorias culturais são assuntos públicos. Não podem ser tão facilmente sujeitas à revisão” (DOUGLAS, 2022, p. 54). O ritual e o discurso reestabeleceriam, portanto, a experiência passada – e “a intenção permanentemente boa prevalece sobre a aberração temporária” (DOUGLAS, 2012, p. 85); o ritual controlaria as situações de desconforto e modificaria a experiência de não prazer (DOUGLAS, 2012).

Outra autora que auxilia estas reflexões sobre a sujeira e sua relação com o perigo é a filósofa contemporânea Julia Kristeva; seus trabalhos influenciam diretamente diversas áreas de conhecimento como a Psicanálise, os estudos culturais, e as teorias literária e feminista. Sua escrita recebe influência¹³¹ direta de autores como Sigmund Freud, Roland Barthes e Mikhail Bakhtin, o que me ajuda a pensar o transfeminicídio como um tal sintoma frente ao desprazer – em especial quando proponho que o feminino em determinados corpos travestis e trans estão ligados diretamente à ideia de abjeto.

Nesse sentido, Favero já indica que o abjeto comporta uma certa ambiguidade, expondo que “há algo no abjeto que desperta tanto [...] interesse, quanto [...] vontade de

¹³¹ Os dois principais comentadores de Kristeva são Noëlle McAfee e John Lechte. Sobre o trabalho de Kristeva, ver mais em: MACAFEE, Noëlle. *Julia Kristeva*. Nova Iorque: Routledge, 2004; e LECHTE, John. *Julia Kristeva*. London: Editora Routledge, 1990.

fugir” (FAVERO, 2022, p. 92). Para a autora, o abjeto – em *Poderes do Horror* (1982) de Kristeva – é um afeto que define os processos de subjetivação, e que tem como ponto de partida as primeiras experiências do bebê no desenvolvimento da distinção de entre o eu e o meio onde se localiza. Nessa ótica, é a própria Kristeva (1982, p. 10) quem indica que o abjeto é esse afeto que:

*[...] seems to emanate from an exorbitant outside or inside, ejected beyond the scope of the possible, the tolerable, the thinkable. It lies there, quite close, but it cannot be assimilated. It beseeches, worries, and fascinates desire, which, nevertheless, does not let itself be seduced. Apprehensive, desire turns aside; sickened, it ejects. A certainty protects it from the shameful—a certainty of which it is proud holds on to it. But simultaneously, just the same, **that impetus, that spasm, that leap** is drawn toward an elsewhere as tempting as it is condemned. Unflaggingly, **like an inescapable boomerang, a vortex of summons and repulsion places the one haunted by it literally beside himself**¹³².*

Insisto em dizer que não se trata de uma psicologização da questão da violência, mas indicar nesta passagem de Kristeva a importância do pensamento freudiano¹³³ no que se refere à construção de entendimentos (na teoria psicanalítica) sobre os afetos e suas relações diretas com os sujeitos e seu meio.

Nessa visada, Kristeva – diretamente influenciada pelo pensamento freudiano – demonstra as consequências possíveis de um determinado afeto quando este não encontra ligação no aparato ideativo de alguns sujeitos. Trata-se de considerar um afeto que se encontra *solto*¹³⁴ e que funciona como uma espécie de pêndulo barulhento, ou como o tal “bumerangue” de Kristeva, que incomoda, angustia e perturba o sujeito.

Desse modo, Favero (2022) informa que o abjeto borra os limites, transgride entendimentos (sobre a limpeza ou as normas sociais, por exemplo) – o que na lógica de Kristeva (1982) impele os sujeitos a buscar soluções que visam apaziguar angústias derivadas da falta de ligação do afeto à uma ideia já instituída pelo aparelho psíquico. A

¹³² Meus grifos. Tradução livre: [...] que parece emanar de um exterior ou de um interior exorbitante, situado para além do âmbito do possível, do tolerável, do pensável. Está ali, bem próximo, mas não pode ser assimilado. Suplica, inquieta e fascina o desejo, que, no entanto, não se deixa seduzir. Apreensivo, o desejo desvia-se; doente, ele ejeta. Uma certeza o protege do vergonhoso - uma certeza da qual ele se orgulha em apoiar-se. Mas ao mesmo tempo, mesmo assim, **esse ímpeto, esse espasmo, esse salto** é atraído para um outro lugar tão tentador quanto condenado. **Incansavelmente, como um bumerangue inescapável, um vórtice de convocação e repulsão coloca o assombrado literalmente fora de si.**

¹³³ Ver mais sobre o caminho traçado por Freud no entendimento sobre os afetos e a angústia em FREUD, S. “As neuropsicoses de defesa”; “Rascunho E: como se origina a angústia”; e “Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia”. Publicados originalmente em 1894.

¹³⁴ Meu grifo.

violência seria uma solução, uma tentativa de expulsão, descarte, uma vez que o abjeto

[...] é aquilo que causa medo à cultura, que se encarregou de criar uma zona segura [...]. Na esfera íntima, o abjeto é aquilo que fragiliza o narcisismo, fruto das imagens belas que projeto, miro, e nas quais me reconheço (FAVERO, 2022, p. 93).

Nas formulações de Kristeva (1982), portanto, aquilo que é considerado abjeto teria apenas uma qualidade: o de ser o oposto ao *ego* de determinados sujeitos; ao instalar-se na estrutura frágil de um desejo que tornaria os sujeitos homólogos – em certa medida – ao que é abjeto, o *ego* diante (e muito próximo daquilo que apavora, fere e ameaça) experimenta realizar uma tentativa de fusão com o *superego*, cuja função será a de mostrar oportunamente as regras do jogo (a norma, a lei). Diz Kristeva (1982, p.11): “*To each ego its object, to each superego its abject*”¹³⁵.

Dandara não era desconhecida de seus assassinos. Por isso mesmo, tendo a concordar com Favero (2022) que indica que pensar a abjeção é ir além do pensar o preconceito e práticas discriminatórias. Tampouco, a abjeção parece estar no ato violento *per se*. Sobre isso, Favero (2022, p. 96) indica que o abjeto “não está na violência espetacular. Ele não vem de cima pra baixo, pontualmente, na figura de alguém. Abjeto é uma força que obstrui e sufoca alguns afetos”.

Quando penso na objetificação dos corpos que borram determinadas fronteiras muito bem delimitadas, penso então que a violência, deste modo, funcionaria não apenas como uma pedagogia masculina que *educaria*¹³⁶ corpos dissidentes – aqueles corpos que “abrem mão do lugar de homem; como é que pode!”¹³⁷. Penso também que a violência operaria como um sintoma que reinstaura e circunscreve certos limites de acesso ao desejo por travestis e pessoas trans, de um modo geral. Há tempo e espaço para estes acessos, para o consumo deste *comodity* (corpo-desejo). Há tempo e espaços por onde estes corpos devem circular.

Recorro à Kristeva (1982), que também explica que diferentemente da “estranheza” (*uncanniness*) simplesmente, a abjeção teria em suas bases uma estrutura mais complexa e difusa; esta seria elaborada por uma falha em reconhecer no outro aquilo que haveria em si mesmo. O sujeito diante do abjeto não reconhece o que lhe é familiar,

¹³⁵ Meus grifos. Tradução livre: “a cada ego seu objeto, a cada superego seu abjeto”.

¹³⁶ Meu grifo para destacar a ideia de uma pedagogia masculina. A violência funcionaria como uma lição.

¹³⁷ Relato de um dos colaboradores da pesquisa.

nem mesmo a sombra das suas experiências mais primárias; nesse ponto, a autora mostra que

[...] not even the shadow of a memory. I imagine a child who has swallowed up his parents too soon, who frightens himself on that account, "all by himself," and, to save himself, rejects and throws up everything that is given to him – all gifts, all objects. He has, he could have, a sense of the abject. Even before things for him are—hence before they are signifiable – he drives them out, dominated by drive as he is, and constitutes his own territory, edged by the abject. (KRISTEVA, 1982, p. 15)¹³⁸.

Por fim, Favero (2022, p. 123) me provoca uma última vez. Diz a autora: “a violência é uma forma de ‘fazer’ sujeitos”.

¹³⁸ Tradução livre: “nem mesmo a sombra de uma memória. eu imagino uma criança que engoliu seus pais cedo demais, que assusta a si mesmo por conta disso, "sozinho" e, para salvar si mesmo, rejeita e joga fora tudo o que lhe é dado - todos os presentes, todos os objetos. Ele poderia ter um senso do abjeto. Mesmo antes que as coisas sejam para ele - portanto, antes que sejam significantes - ele os expulsa, dominado pela pulsão como ela é, e constitui seu próprio território, apenas margeado pelo abjeto”.

CON ([F]CL) USÕES

O percurso até aqui me leva a derradeiros pensamentos que nada fecham as questões trazidas pela tese; pelo contrário, as questões em aberto propõem a continuação da discussão sobre o transfeminicídio no Brasil.

O conjunto das reflexões aqui contidas me lança a pensar que a problemática do transfeminicídio ultrapassa os golpes cruéis e certos, as facadas, os múltiplos tiros, as pauladas, os tapas, as chacotas.

Se fecho os olhos e penso sobre os diversos casos de transfeminicídio que acompanhei pela mídia nos últimos quatro anos, o que vejo é uma grande confluência ou *hubs*¹³⁹ que concentram entrecruzamentos, caminhos, desvios.

É Georg Simmel, o sociólogo alemão, que me serve de inspiração e auxílio neste exercício final. Nele, encontro apoio para pensar que a vida individual forma uma complexa trama conflituosa entre o próprio sujeito (que a vive), a sociedade e suas normas. Simmel (2006) indica que o problema verdadeiramente prático da sociedade reside na relação que suas forças e formas estabelecem com os indivíduos e suas autenticidades.

Estruturas. Confluências. Imbricações. Tudo isso parece complexo demais para que uma tese responda a tantos questionamentos trazidos.

De repente, eu me deparo com uma passagem de Herbert Marcuse (1969, p. 91) em *Eros e Civilização*. Ali, o autor aponta para o fato de que “a sociedade emerge como um sistema duradouro e em expansão de desempenhos úteis; a hierarquia de funções e relações adquire a forma da razão objetiva: a lei, a ordem [...]”. Seja pela via do âmbito social (normas e rituais) ou pelos tortuosos caminhos das pulsões e suas relações com a excessiva severidade do superego, um campo de lutas se forja entre os indivíduos e o meio social.

Daí encerrar propondo o termo “con([f]cl)usões”. Trata-se de admitir que estas conclusões são possibilidades, aberturas ao desenvolvimento de mais reflexões e, quem sabe, pequenas contribuições para se pensar políticas públicas de enfrentamento à

¹³⁹ Como grandes aeroportos centrais e que concentram operações complexas de redistribuição de fluxos, ou centros de distribuição que redirecionam produtos, etc.

violência de gênero no âmbito da saúde principalmente.

O fenômeno do transfeminicídio se apresenta (na tese) como multidimensional.

Diante desta primeira constatação, tendo a concordar com a ANTRA que é preciso olhar para além das cenas chocantes e dos números estarrecedores; estas características são a ponta de um *iceberg*.

A Dandara “monstro”, (des)humanizada no duro vídeo de sua execução, na verdade parece (no nível social e simbólico) ter sido segregada, afastada e combatida não porque representava a sujeira ou o impuro (simplesmente), mas por que encarnava em seu feminino o esgarçamento das regras, a inflexão, o deslocamento abrupto de uma fronteira, um deslizamento de terra avassalador, o sinistro, o tal *Das Unheimlich* freudiano, o sombrio, o intrigante, a mentira, a traição, a perturbação às identidades fixas.

Ela e tantas outras travestis e mulheres trans parecem representar possibilidades potentes de desestabilização de sistemas e o estilhaçamento (não só do gênero), mas das ordens instituídas sobre as sexualidades.

Pensando a luta de travestis e mulheres trans, viver o feminino e as mulheridades se tornaria um desafio? É como Mariana Pombo (2020) afirma, no campo das transexualidades, aceitar a feminilidade como ponto de partida significa deparar-se abruptamente com outra relação com o falo, um símbolo esvaziado de qualquer marca de perfeição, ou muito distante da ideia instituída de que as mulheres são seres mitificados.

Aí penso: os estilhaçamentos do gênero seriam um desafio para alguns homens? Se a “feijoada com linguíça” é mais “gostosa”, por que alguns homens se lambuzam escondidos em determinados espaços? Os cabras-machos temem o preço de cruzar que limites? “A mulher com algo a mais” traz o que de resto indesejado? Culpa? Remorso? Recalque? Temas tão caros à Psicanálise e que desejo explorar em oportunidades futuras.

Concordo com Sofia Favero (2022) e com Paula Gaudenzi (2020); a Psicanálise e a Psicologia não podem se ausentar desta discussão. Nós, profissionais *psis* e qualquer trabalhador da área da saúde precisamos nos implicar como sujeitos sociais. Favero defende que já há uma clínica transfóbica, ela está aí, nos profissionais que defendem a terapia de conversão e a patologização das identidades trans, por exemplo. É preciso estar atento para não recairmos em erros de conduta guiados por uma lógica biologizante.

O que talvez precisemos urgentemente é estabelecer uma clínica (e uma visada)

transfeminista, e, por essa visão, obrigado Sofia Favero e Letícia Nascimento. Vou um pouco além e defendo uma clínica humanizada, de escuta ampla, olhar sensível, atitude empática, sem deixar de lado as diferenças que enriquecem o processo analítico. Esta, sim, me parece uma boa ferramenta de enfrentamento à violência – uma escuta e um olhar que também estilhaça modelos rígidos. Uma clínica transfeminista? Talvez, para o horror de muitos ortodoxos. Penso no choque ao adentrar em algum consultório onde ao lado da clássica foto de Freud (aquela de olhar penetrante) pendurada na parede, haja a foto de uma travesti potente, cujo olhar transmita de forma contundente a famosa frase proferida por Luana Muniz: “travesti não é bagunça!”¹⁴⁰.

E travestis e mulheres trans não são bagunça mesmo!

Gaudenzi nos faz um alerta precioso: é preciso estar atento aos perigos de uma possível debilidade da escuta do analista. Eu tomo a liberdade de ir além e dizer que tal alerta serve não apenas para nossas práticas clínicas como profissionais *psis*, mas para todos os profissionais de saúde e gestores de políticas públicas.

É preciso verdadeiramente escutar este outro.

Recaio novamente em Gaudenzi, que nos lembra sobre as dificuldades em escutar o que há de abjeto não só nos outros, mas em nós mesmos, e me junto à Favero para advogar, então, por uma psicologia da sujeira. Que possamos nos misturar a isso. Tomar contato com o que é abjeto, e assim poder lutar juntos. Um grande desafio, uma vez que tal proposta nos tira do ambiente seguro e esterilizado de consultórios e gabinetes, e nos lança em campos de lutas políticas. Esta escuta necessita percorrer um caminho complexo que passa por aspectos sociais, políticos, econômicos e, sobretudo, pela produção de subjetividades dos indivíduos. Tudo isso dentro de determinados tempos e espaços, contextos sociais.

Dandara foi torturada e morta em 2017 no Ceará. Foi humilhada verbalmente, agredida fisicamente de forma cruel e brutal, e, depois, arrastada pelo chão; já ensanguentada, exausta, foi colocada dentro de um carrinho de mão. Tudo isso aconteceu em plena luz do dia, diante de testemunhas, vizinhos, pessoas. Ao todo, três tiros foram disparados. As cenas – segundo os relatos posteriores ao crime – não geraram nenhuma

¹⁴⁰ O documentário independente “Luana Muniz – Travesti não é bagunça”, realiza uma entrevista com a artista, prostituta e figura popular do bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, Luana. Assistir em <https://www.dailymotion.com/video/x7tqy77>. Acesso em: 16 mar. 2023.

reação enquanto aconteciam.

Proponho então que não nos deixemos levar pelo espetáculo do horror mais visível. Os números e as cenas dizem pouco; estes são produtos de uma violência espetacularizada que tende a perigosamente camuflar ou diminuir a dimensão subjetiva do transfeminicídio.

Sim, na esfera social de lógica capitalista há a alienação do sujeito imerso naquela lógica de “linha de montagem”, dos corpos que importam, afundados nas rotinas do escritório, na precariedade das relações pessoais na contemporaneidade e no empobrecimento das relações de trabalho que transformam sujeitos em objetos permutáveis. É como o próprio Marcuse (1969) indica – a existência humana parece ser mero recheio, matéria, material ou substância que não possui em si mesma o princípio do movimento.

Mas volto a pensar, então, nas questões mais subjetivas sobre o pacto masculino coletivo (e pedagógico) discutido por Rolf Malungo de Souza. A violência cruel exposta em cenas de assassinatos parecem ensinar aos que as assistem que não devemos ultrapassar certos limites. O limite do que se entende (e quem pode) ser homem e ser mulher.

As violências, portanto, e os assassinatos – além de chancelados publicamente pelos ultraconservadores – são muito bem executados por homens misóginos. Estes são os homens; cis, ditos “héteros”, “discretos” e “sigilosos”. Favero identifica tão bem a questão: a morte de Dandara faz parte de uma lógica de naturalização da morte, da regularização do extermínio daqueles que divergem da norma, em especial se tratando de gênero e da sexualidade, e este pacto silencioso entre estes homens faz muito barulho e reverbera como um *tsunami*.

Misoginia, que coisa tão sutil muitas vezes. Neste ponto, me arrisco a concordar com Menache e Rojas e com a psicanalista Maria Homem. Menache e Rojas (2005) indicam que o termo designa uma conjugação complexa de temor, rechaço e ódio às mulheres; a expressão faz referência a todas as figuras e formas em que a elas se assignam, sutil ou brutalmente, e todo lugar negativo e nocivo. Já Maria Homem afirma que a misoginia é “o coração oculto e recalçado da cultura ocidental. O ódio à mulher”; a ideia generalizada, segundo Maria Homem, é a de que “todo o mal, toda fraqueza, todo o declínio moral, toda fragilidade, [...] instabilidade, estariam colocados na “pobre fêmea”.

É ela quem é louca, permissiva, puta [...], traiçoeira [...]"¹⁴¹.

Notem que, em ambos os casos, o feminino ou recai no modelo arcaico de proibição (a Eva) ou de idealização (a Mãe, santa). Lugares que parecem perigosos e que parecem colocar sob suspeita quaisquer outros tipos de mulheridades. Essa é a lógica na produção de algumas subjetividades masculinas na constituição das identidades.

Daí a noção de estrutura trazida por Wendy Pullan (2000) ser tão importante. Nem sempre as estruturas são aparentes, precisamos seguir atentos. É possível pensar então na constituição e na construção das identidades.

Não podemos apenas psicologizar a discussão e nem transformar o debate numa lógica de causa-efeito. Há de se levar em conta que a violência letal direcionada às mulheres cis, travestis e mulheres trans está fundada nas bases sólidas – e muitas vezes imperceptíveis – tanto de uma lógica colonial-imperialista, fato tão bem exposto por Raewyn Connell, do patriarcado – discutido por Rita Laura Segato, como da violência patriarcal debatida por Gary Barker.

Mais que isso, uma certa estrutura social – sustentada pelos três pilares citados acima – parece ter como argamassa (esta matéria que forma uma espécie de cola), uma certa subjetividade masculina forjada pela tal misoginia e pela tensão sexual com o feminino que se esgarça cada vez mais quando sofre atritos. É esta estrutura social que me parece tornar os corpos de travestis e mulheres trans e, principalmente, essas vidas, abjetas.

É Duda Salabert quem nos alerta para a importância de se pensar na criação de estratégias e políticas públicas de educação que combatam a transfobia e qualquer preconceito; transfobia que é considerada crime no Brasil¹⁴².

Indianarae Siqueira vai além e alerta provocativamente que a violência “não acontece nos puteiros”, ela acontece nos lares brasileiros cis gêneros¹⁴³, através de instituições muito bem estabelecidas em sociedade, como o casamento, por exemplo.

¹⁴¹Disponível digitalmente na plataforma Instagram no link: https://www.instagram.com/p/CVf5CnXgbuV/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 26 out. 2021.

¹⁴²Disponível digitalmente na plataforma Instagram em: https://www.instagram.com/reel/CpoLvFLJ_dj/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 10 mar. 2023.

¹⁴³Disponível digitalmente na plataforma Instagram em: https://www.instagram.com/reel/CZh2_azhUCG/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 3 de fev. 2022.

É Sophia Rivera quem também se pronuncia; são diversos os obstáculos enfrentados por pessoas trans no Brasil, e portanto, “é urgente que a cisgeneridade se reconheça e, também, identifique o seu lugar de produção e reprodução de tecnologias ficcionais e performáticas de gênero, assumindo responsabilidades, compromisso social [...]”¹⁴⁴.

Em tempos em que o masculino sofre investidas e transformações, e os mitos masculinos se tornam fragilíssimos (TREVISAN, 1998), do que é possível lançar mão para se pensar homens assassinos de travestis e mulheres trans? Onde reside a tal ferida narcísica? Uma reeducação é possível?

Foram três tiros que findaram a vida de Dandara, que ainda agonizava e desejava sua vida. O vídeo é forte demais e foram três buracos de bala que atravessaram Dandara, por assim dizer. Relembro, ao fim, Mary Douglas (2012, p. 14), que afirma: “algumas vezes, orifícios corporais parecem representar pontos de entrada ou saída para unidades sociais, ou a perfeição corporal pode simbolizar uma teocracia ideal”.

O pensamento de Douglas faz todo sentido no âmbito do transfeminicídio.

A pensar.

¹⁴⁴Disponível digitalmente na plataforma Instagram em: https://www.instagram.com/p/CY-mgRJR2s_/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 21 jan. 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Caio Fernando. *Pequenas epifanias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. *Outros Tempos* (Online), v. 17, p. 260-281, 2020.

ALCOFF, Linda. The Problem of Speaking for Others. *Cultural Critique*, Minnessota, n. 20, pp. 5-32, 1991. Disponível em: <http://conflictatters.eu/conference-2017/wp-content/uploads/2017/10/The-Problem-of-Speaking-for-others.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

AGUAYO, Francisco; NASCIMENTO, Marcos. Dos décadas de Estudios de Hombres y Masculinidades en América Latina: avances y desafíos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 00, n. 22, pp. 207-220, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.09.a>. Acesso em: 11 mai. 2021.

AREVALO, Amaral Palevi Gómez. Deseos proscritos: violencia, maras y diversidad sexual en El Salvador. In: García Patiño, Gabriela. (Org.). *Violencia, Derechos Humanos y Sexualidad*. 1. Ed. Ciudad de México: Fundación Arcoíris, 2020. p. 99-116.

AMBRA, Pedro. *O que é um homem?* Psicanálise e história da masculinidade no ocidente. São Paulo: AnnaBlume, 2015.

AMBRA, Pedro. *Cartografias da Masculinidade*. São Paulo: Cult, 2021.

ANTRA. Associação Nacional das Travestis e Transexuais. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ANTRA. Associação Nacional das Travestis e Transexuais. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

ANTRA. Associação Nacional das Travestis e Transexuais. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

ANTRA. Associação Nacional das Travestis e Transexuais. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

ANTRA. Associação Nacional das Travestis e Transexuais. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

ANTRA. Associação Nacional das Travestis e Transexuais. *Dossiê: assassinatos e*

violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

ANTRA. Associação Nacional das Travestis e Transexuais. *BOLETIM Nº 05/2020 - 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020. Assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. Disponível digitalmente em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

AUFFRET, Dominique. Modelo. In: MIJOLLA, Alain de. *Dicionário internacional da Psicanálise: conceitos, noções, biografias, eventos, instituições*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. O reconhecimento das identidades trans nas políticas públicas para além da cisnormatividade. In: OLIVEIRA, Antônio Deusivam de; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (Orgs.). *Transpolíticas públicas*. Campinas: Papel Social, 2017.

BARKER, Gary. Violencia masculina o violencia patriarcal? Tendencias globales sobre hombres y violencia. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 22, p. 316-330, abr. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/22552>. Acesso em: 08 fev. 2021.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Volume 1. Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos. (Org.). *Homens e violência contra as mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

BENTO, Berenice. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica / Gender dysphoria: the geopolitics of a psychiatric category. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 496-536, set. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25170/18210>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BENTO, Berenice. Brasil, o país do transfeminicídio. *CLAM – Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro, pp. 01-02, jun. 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador:

EDUFBA, 2017.

BERKINS, Lohana. Un itinerário político del travestismo. In: Diana Mafía (Org.). *Sexualidades migrantes – Género y transgénero*. Buenos Aires: Scarlett, 2003. p. 127-137. Disponível em: www.corteidh.or.cr/tablas/r24187.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

BERKINS, Lohana. Los existenciarios trans. In: FERNANDES, Ana María; PERES, Wiliam Siqueira. *La diferencia desquiciada*. Géneros y diversidades sexuales. Buenos Aires: Biblos, 2013.

BEZERRA, Vladimir. Práticas e sentidos da sexualidade de alguns usuários da profilaxia pré-exposição (PrEP) ao HIV. *CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, n. 23, pp.140-160, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17428>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BEZERRA, Vladimir. Representações da pele na experiência do sexo bareback entre homens na cidade do Rio de Janeiro. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 6, n. 12, pp. 127-144, ago-dez. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/8461>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BEZERRA, Vladimir. CABRAL, Nelma; GAUDENZI, Paula (Eds.). 2020. Ensaio sobre transexualidades: diálogos entre psicanálise e estudos de gênero. Curitiba: Calligraphie. 136p. (Resenha). *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro) [online]. 2022, n. 38. Disponível digitalmente em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22400.r>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a Psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BOLA, J. J. *Seja homem: a masculinidade desmascarada*. Porto Alegre: DUBLMENSE, 2020.

BONFIM, Flávia Gaze. Perspectivas sobre o escrito lacaniano: "a significação do falo". *Analytica*, São João Del Rei, v. 3, n. 5, p. 157-182, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 out. 2022.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. *Relatório Final*. Brasília, Julho de 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>. Acesso em: 08 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf. Acesso em: 08 fev. 2021.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510*. Brasília: Ministério da Saúde, CNE, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 04 out. 2018.
- BRIZOLA, Ana Lidia Campos; ZANELLA, Andrea Vieira (Orgs.). *Psicologia Social, violência e subjetividade*. Florianópolis: ABRAPSO/Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015.
- BOELLSTORFF, Tom; NARDI, Bonnie; PEARCE, Celia; TAYLOR, T. L. *Ethnography and Virtual Worlds: a Handbook of Method*. New Jersey: Princeton University Press, 2012.
- BOELLSTORFF, Tom. Rethinking Digital Anthropology. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel. *Digital Anthropology*. London: BERG, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Éditions du Seuil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BULLER, A. M; DEVRIES, K. M; HOWARD, L. M; BACCHUS, L. J. Associations between Intimate Partner Violence and Health among Men Who Have Sex with Men: A Systematic Review and Meta-Analysis. *PLOS Medicine*, n. 11, v. 3, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001609>. Acesso em: 13 out. 2021.
- BUTLER. Judith. Corpos que importam. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 12-16, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=885391>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- CABRAL, Nelma; GAUDENZI, Paula. *Ensaio sobre a transexualidades: diálogos entre a Psicanálise e estudos de gênero*. Curitiba: Calligraphie, 2020.
- CABRAL, Nelma. O clamor das mulheres trans. In: CABRAL, Nelma; GAUDENZI, Paula. *Ensaio sobre a transexualidades: diálogos entre a Psicanálise e estudos de gênero*. Curitiba: Calligraphie, 2020.
- CANAVÊZ, Fernanda. A violência a partir das teorias freudianas do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 66, v. 1, pp. 33-48. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v66n1/04.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, ago. 2015. Disponível digitalmente em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200323&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 ago. 2018.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 abr. 2020.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. A constituição da problemática da violência contra homossexuais. *Physis, Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, pp. 185-205, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2006.v16n2/185-205/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CASTRO, Larissa leão de; LEÃO, Norton Godinho. Édipo e Castração na constituição do sujeito: da formação humanizadora à criminalidade. In: BRIZOLA, Ana Lidia Campos; ZANELLA, Andrea Vieira (Orgs.). *Psicologia Social, violência e subjetividade*. Florianópolis: ABRAPSO, Edições do Bosque CFH, UFSC, 2015.

CAVALCANTI, Céu. Prefácio. In: FAVERO, Sofia. *Psicologia Suja*. Salvador: Devires, 2022.

CIDH. Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos (Inter-American Commission on Human Rights). *Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e Intersexo nas Américas*. [s.l.]. [s.d.]. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoasLGBTQIA+i.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

CHAVES, Wilson. O estatuto do Real em Lacan: dos primeiros escritos ao seminário VII, a ética da Psicanálise. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 34, pp. 161-168, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a04.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. *Intersectionality as critical social theory*. Durham: Duke University Press, 2019.

CONNELL, Raewyn. Globalization, imperialism, and masculinities. In: KIMMEL, S.; HEARN, J.; CONNELL, R. W. (Orgs.) *Handbook of studies on men & masculinities*. Thousand Oaks: Sage, 2005.

CONNELL, Raewyn. Foreword. In: TOMSEN, Stephen. *Violence, prejudice and sexuality*. New York: Routledge, 2009.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *A History of virility*. New York: Columbia Press, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black*

feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, v. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CUNHA, Eduardo Leal. A normalização das homossexualidades e os destinos do masculino. In: AMBRA, Pedro. *Cartografias da Masculinidade*. São Paulo: Cult, 2021. pp. 49-59.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter o anthropological blues. In: NUNES, E. (Org). *A Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAMATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a Identidade Masculina. In: CALDAS, D. *Homens*. São Paulo: SENAC, 1997.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n. 11, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n11/1678-4464-csp-36-11-e00223120.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

DINNO, Alexis. Homicide Rates of Transgender Individuals in the United States: 2010–2014. *American Journal of Public Health*, n. 9, pp. 1441-1447, 2017. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.2017.303878>. Acesso em: 11 out. 2019.

DONATH, Orna. *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. *Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

EVANS, Leighton. Authenticity Online: Using Webnography to Address Phenomenological Concerns. In: MOUSOUTZANIS, Aris; RIHA, Daniel (Orgs.). *New Media and the Politics of Online Communities*. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jane_Callaghan/publication/49111496_Virtual_friends_experiences_of_an_online_fan_community/links/0deec52dc50c6977c7000000/Virtual-friends-experiences-of-an-online-fan-community.pdf. Acesso em: 06 dez. 2020.

FAVERO, Sofia. *Psicologia Suja*. Salvador: Devires, 2022.

FERNANDES, Ana María; PERES, William Siqueira. *La diferencia desquiciada. Géneros y diversidades sexuales*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 98, p. 485-492, 2013. Disponível em:

https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300012&lang=pt. Acesso em: 14 out. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, Interseccionalidades e Seletividade Penal na experiência de travestis presas. *Rev. Temporalis.*, Brasília, ano 14, n. 27, p. 99-117, jan./jun. 2014.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *A psicoterapia da histeria*. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Escritores criativos e devaneios*. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e de*. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e análise do eu*. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Construções em análise*. In: FREUD, Sigmund. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *O infamiliar e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics, Cia das Letras, 2011.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974/1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. São Paulo: GEN-Forense Universitária, 2012.

- GATTO, Clarice. A angústia na neurose obsessiva. In: FREITAS, Ida. *Angústia*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2006. pp.68-80.
- GAUDENZI, Paula. Ressonâncias trans: reflexões sobre o encontro clínico. In: CABRAL, Nelma; GAUDENZI, Paula. *Ensaio sobre a transexualidades: diálogos entre a Psicanálise e estudos de gênero*. Curitiba: Calligraphie, 2020.
- GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; MARTINS, Ana Paula Antunes. Do “ultraje público” à potência dos corpos “obscenos”: o Direito (Penal) na perspectiva *queer*. In: GEISLER, Adriana Ribeiro. *Protagonismo trans*: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade*. Niterói: Alternativa, 2015.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Phillip. *Conceitos essenciais de Sociologia*. São Paulo: UNESP, 2016.
- GGB. *Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia*. Alexandre Bogas Fraga Gastaldi; Luiz Mott; José Marcelo Domingos de Oliveira; Carla Simara Luciana da Silva Ayres; Wilians Ventura Ferreira Souza; Kayque Virgens Cordeiro da Silva (Orgs). Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.
- GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, 2004. Disponível digitalmente em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rrbSFGPBqPmy9nwR4WGtmYr/?lang=pt#>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. pp. 117-134.
- GOMES, Romeu *et al.* Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601997&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2019.
- GREEN, James (Org). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- GUIMARÃES, Cristian Fabiano. Assassinatos de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: Crimes pautados em gênero? *Athenea Digital*, v. 13, n. 2, p. 219-227, 2013. Disponível digitalmente em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84884515829&doi=10.5565%2Frev%2Fathenead%2Fv13n2.1117&partnerID=40&md5=d92fdcc480dfa52e61cded61af8d23a1>. Acesso em: 14 out. 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 25 abr. 2022.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.

HERDT, Gilbert. *Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history*. New York: Zone Books, 1996.

HINE, Christine. *Etnografía virtual*. Barcelona: UOC, 2004.

HORST, Heather; MILLER, Daniel. *Digital Anthropology*. London: BERG, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos* - Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da UFRN, pp. 8–19, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Karine Brito (Org.). *Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. p. 80-89. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233869298_Pessoas_transexuais_como_reconstrutoras_de_suas_identidades_reflexoes_sobre_o_desafio_do_direito_ao_genero. Acesso em: 2 out. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de; GALIKIN, Ana Lúcia. Gênero e Psicologia Social no Brasil: entre silêncio e diálogo. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 43, pp. 90-103, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 16, p. 101-123, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. *Psicologia e Saber Social*, v. 1, p. 163-186, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero, n.6, 2012, Salvador. *Anais*. Salvador: ABEH, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James (Org). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Desejo e abjeção no discurso midiático: uma análise psicossocial e semiótica. In: GEISLER, Adriana Ribeiro. *Protagonismo trans**: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade. Niterói: Alternativa, 2015.

JONES, Daniel; BERKINS, Lohana. *Entrevista con Lohana Berkins*. Trayectorias

intelectuales. CLAM – Centro Latinoamericano em sexualidade y derechos humanos, 2008. Disponível em:
<http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Entrevista%20con%20Lohana%20Berkins.pdf>.
 Acesso em: 05 abr. 2020.

KELLEY, Kristin; GRUENEWALD, Jeff. Accomplishing Masculinity through Anti-Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Homicide: A Comparative Case Study Approach. *Men and Masculinities*, v. 18, n. 1, p. 3-29, 2015. Disponível em:
<https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84924907208&doi=10.1177%2F1097184X14551204&partnerID=40&md5=57919974f429a8420a159f8f38f84d0c>. Acesso em: 14 out. 2019.

KIMMEL, Michael. Homofobia, temor, verguenza y silencio em la identidad masculina. In: VALDEZ, T.; OLAVARRÍA, J. *Masculinidad(es): poder y crisis*. Santiago: Isis, Flacso, 1997. p.49-62.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

LACAN, Jacques. *Le séminaire, livre III: les psychoses*. Paris: Seuil, 1981.

LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 10. A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 23: o sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LACAN, Jacques. *O Simbólico, o Imaginário e o Real*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LAGARDE, Marcela. Femicidio, el último peldaño de la agresión. In: Mujeres en red. 2004. Disponível em: <https://www.mujeresenred.net/spip.php?article141>. Acesso em: 02 nov. 2021.

LAGARDE, Marcela. Del femicidio al feminicidio. *Revista Desde el jardín de Freud*, Bogotá, v. 6, p. 216-225, 2006. Disponível em:
<https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343>. Acesso em: 08 nov. 2021.

LAGARDE, M. Introdução. Por la vida y la libertad de las mujeres. In: RUSSEL, D. E. H.; HARMES, R. A. (Ed.). *Femicidio: una perspectiva global*. México: CIICH; UNAM, 2006^a. p. 15-42.

LAGO, Maria Coelho de Souza. Feminismo, Psicanálise, gênero: viagens e traduções. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 18, pp. 189-204, janeiro-abril/2010.

LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da Psicanálise*. Tradução Pedro Tamen. São Paulo:

Martins Fontes, 1991.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, v. 3, n. 21, p. 353-357, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

LIRA, Kalline. Gênero, sexualidade e regionalidade: problematizando o trabalho sexual no sertão nordestino. *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30220>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Sérgio Bacchi. A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 23, p. 46-73, abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 out. 2019.

MARTÍ, Marc Pepiol. *Freud: viagem às profundezas do Eu*. São Paulo: Salvat, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, pp.809-840, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300005/9130>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MENACHE, Daniel Cazés; ROJAS, Fernando Huerta (Orgs). *Hombres ante la Misoginia: miradas múltiples*. UNAM: Mexico, 2005.

MENEGHEL, S. N; PORTELLA, A. P. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MIJOLLA, Alain de. *Dicionário internacional da Psicanálise: conceitos, noções, biografias, eventos, instituições*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. *The Digital and the Human: A Prospectus for*

Digital Anthropology. London: University College London, 2016. Disponível digitalmente em: <https://www.researchgate.net/publication/289540722>. Acesso em: 12 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. pp. 9-33.

MINAYO, Maria Cecília (Orgs.). *Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MOLINA, José Artur. *O que Freud dizia sobre as mulheres*. São Paulo: UNESP, 2016.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. Genealogia - Michel Foucault. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>. Acessos em: 05 out. 2019.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Cuidado, descuido e afecção: uma perspectiva para a humanização em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* 2021, v. 26, n. 08, pp. 2934, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.12592021>. Acesso em 24 abr. 2022.

MUSZKAT, Susana. “Revisitando Adão e Eva”. In: AMBRA, Pedro. *Cartografias da Masculinidade*. São Paulo: Cult, 2021. pp. 39-47.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Ferreira do. *Improváveis relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. 2011. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1550_944_nascimentotesedoutorado2011.pdf. Acesso em: 05 out. 2018.

NASCIMENTO, Marcos. Fresa y Chocolate: los sentidos de la masculinidad en las relaciones de amistad entre hombres homo y heterossexuales. *Polifonía: Revista académica de estudios hispánicos*, v. 5, p. 38, 2015. Disponível digitalmente em: https://www.researchgate.net/publication/311709181_Fresa_y_Chocolate_los_sentidos_de_la_masculinidad_en_las_relaciones_de_amistad_entre_hombres_homo_y_heterossexuales. Acesso em: 5 out. 2018.

NASCIMENTO, Marcos; CONNELL, Raewyn. Reflecting on twenty years of Masculinities: an interview with Raewyn Connell. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3975-3980, 2017. Disponível digitalmente em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021203975&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 out. 2018.

OLIVEIRA, Antonio Deusivam de; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (Orgs.). *Transpolíticas públicas*. Campinas: Papel Social, 2017.

PARKER, Richard. *Corpos, Prazeres e Paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PINK, Sarah; HORST, Heather; POSTILL, John; HJORTH, Larissa; LEWIS, Tania; TACCHI, Jo. *Digital Ethnography: Principles and Practice*. London: SAGE, 2016.

PLECK, J. H. *The myth of masculinity*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1981.

POLICARPO, Verónica Mafalda Nunes De Melo. Para lá da heteronorma: subjetivação e construção da identidade sexual. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, pp. 541-567, 2016.

POLIDORO, Maurício; CANAVESE, Daniel. *Situação da violência contra as populações negra, LGBT, indígena e em situação de rua no Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul, Brasil*. Panorama situacional do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

POLLO, Vera. Considerações acerca do falo e sua incidência nas estruturas clínicas. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 750-764, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 out. 2022.

POMBO, Mariana. Transexualidades: entre o social e o singular. In: CABRAL, Nelma; GAUDENZI, Paula. *Ensaio sobre a transexualidades: diálogos entre a Psicanálise e estudos de gênero*. Curitiba: Calligraphie, 2020.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 04 out. 2018.

PRUNAS, Antonio; CLERICI, Carlo Alfredo; GENTILE, Guendalina; MUCCINO, Enrico; VENERONI, Laura; ZOJA, Riccardo. Transphobic Murders in Italy: An Overview of Homicides in Milan (Italy) in the Past Two Decades (1993-2012). *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 30, pp. 2872-2885, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260514554293>. Acesso em: 11 out. 2019.

PULLAN, Wendy. *Structure*. Cambridge University Press, 2000.

RADI, Blas; SARDÁ-CHANDIRAMANI, Alejandra. *Travesticide / transfemicide: Coordinates to think crimes against travestis and trans women in Argentina*, 2016. Disponível digitalmente em: <https://www.academica.org/blas.radi/15.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2020.

RODRIGUEZ-MADERA, Sheilla L *et al.* Experiences of Violence Among Transgender Women in Puerto Rico: An Underestimated Problem. *Journal of Homosexuality*, School

of Public Health, Department of Social Sciences, University of Puerto Rico, Medical Sciences Campus, San Juan, Puerto Rico; Global and Sociocultural Studies, School of International and Public Affairs, Florida International University, Miami, v. 64, n. 2, p. 209-217, 2017.

RODRIGUES, Liliana; CARNEIRO, Nuno; NOGUEIRA, Conceição. Violência transfóbica: aproximações críticas e horizontes de resistência. Universidade de Lisboa. In: NEVES, S; COSTA, D. *Violências de género*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/110833>. Acesso em: 08 nov. 2021.

RODRIGUES, Liliana. Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans(género) no Brasil e em Portugal. In: Seminário Múltiplas Discriminações. UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (Org). *Projeto Memória e Feminismos: múltiplas discriminações*. 2018. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/119122/2/316803.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.

RUBIN, G. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. São Paulo: UBU, 2017.

SAFATLE, Vladimir. *O Circuito dos Afetos: Corpos Políticos, desamparo e o Fim do Indivíduo*. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

SAFATLE, Vladimir. *Introdução a Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, Edmea; FERNANDES, Terezinha; YORK, Sara Wagner. Ciberfeminismo em tempos de pandemia Covid-19: lives (trans)feministas. In: SANTOS, E. *Escrevivências ciberfeministas e ciberdocentes: narrativas de uma mulher durante a pandemia Covid-19*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

SCHMID-KITSIKIS, Elsa. Defesa (mecanismos de -). In: MIJOLLA, Alain de. *Dicionário internacional da Psicanálise: conceitos, noções, biografias, eventos, instituições*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005. pp.437-438.

SCHNEIDER. Monique. Feminilidade. In: MIJOLLA, Alain de. *Dicionário internacional da Psicanálise: conceitos, noções, biografias, eventos, instituições*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005, pp.702-708.

SCHNEIDER. Monique. *Le Généalogie du Masculin*. France: Flammarion, 2006.

SCHNEIDER. Monique. *Le Paradigme Féminin*. France: Flammarion, 2006.

SCOTT, Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 02 out. 2018.

SEGATO, Rita L. *Las estructuras elementares de la violencia*. Bernal: UNQ, 2003.

SERANO, Julia. *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the*

Scapegoating of Femininity. Berkeley: Seal Press, 2016.

SILVA, Vera Lucia Marques da. *Sob a égide do chicote: Uma leitura acerca do amor na contemporaneidade*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111657_2015_completo.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, Hélio. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Hélio. *Travestis: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: SER/Relume-Dumará, 1993.

SILVA, Glauber Weder dos Santos. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Rev Gaúcha Enferm*, v. 2, n. 37, p. 1-7, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/56407/37256>. Acesso em: 14 out. 2019.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIQUEIRA, P.; FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo*, São Paulo, [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SOUZA, Rolf Malungo de. *A confraria da esquina*. O que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando: etnografia de um churrasco de esquina no subúrbio carioca. 3. Ed. Rio de Janeiro: Malungo, 2020.

SOUZA, Rolf Malungo de. O lazer agonístico: como se aprende o que significa ser homem num bar de um bairro suburbano. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho de; VEIGA; João Paulo Costa da. Violência interpessoal: homicídios e agressões. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. pp. 171-197.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 81, p. 215-248, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000300009. Acesso em: 10 dez. 2020.

TOMSEN, Stephen. *Violence, prejudice and sexuality*. New York: Routledge, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Seis balas num buraco só: a crise do masculino*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TOREZAN, Zeila C. Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da Psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554, 2011. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2023.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. (Org). *A Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

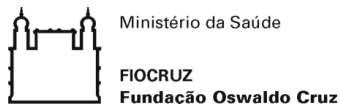
VELHO, G. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 161-85, abr. 2011. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2023.

VENTUROZA, Isabela. Masculinidades em territórios de diferença e desigualdade. In: AMBRA, Pedro. *Cartografias da Masculinidade*. São Paulo: Cult, 2021.

WELTZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: a dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200008>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ZAGO, Luís Henrique. O método dialético e a análise do Real. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109-124, 2013. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2018.

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DA CEP



Rio de Janeiro, 22 de junho de 2023

Do: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos CEP/IFF

Para: Departamento de Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira informa que o projeto “POR UMA ARQUEOLOGIA DO TRANSFEMINICÍDIO: O CASO DANDARA E AS ESTRUTURAS DA VIOLÊNCIA LETAL CONTRA MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO BRASIL” do pesquisador Vladimir Porfirio Bezerra sob orientação de Marcos Antonio Ferreira do Nascimento, está dispensado de ser submetido a este CEP pois pelo projeto apresentado se trata de uma revisão bibliográfica e etnografia digital, não havendo envolvimento direto com seres humanos.

Maria de Fátima Junqueira Marinho
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 FERNANDES FIGUEIRA – IFF/FIOCRUZ

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do **INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA – IFF/FIOCRUZ**, **registrado na CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa**, em **25 de agosto de 1997**, de acordo com o D.O.U. de 10 de outubro de 1996.

Credenciado no Department of Health and Human Service (DHHS) / Office for Humans Research Protections (OHRP) IRB00010528 válido até 11/07/2021.

ANEXO II - 43 SEGUNDOS (OU 43 FRAGMENTOS IMAGÉTICOS DE UMA EXECUÇÃO TRANSCRITA)

Dandara: ...42 anos já, 42... (balbucia, já sangrando na boca, para alguém que não aparece no vídeo).

Voz 1: ... E aí, Lorin? (grita)

Voz 2: Quebra ali! (um pedaço de madeira é usado para atingir as costas de Dandara)

Voz 3: Ele (Dandara) tá perdendo sangue, ele...

Voz 2: Qual foi? (a questão se refere à Dandara, se ela estaria aguentando a dor)

Voz 4: Teve foi sorte da negada não ter matado.

Outras vozes: Vai... (inaudível) (Dandara é atingida novamente por um pedaço de madeira)

Dandara: ... Se minha mãe soubesse e meu pai... (é interrompida por alguém está vindo em direção dela, em seguida leva um chute no rosto)

Voz 2: O que é? (alguém grita em tom ameaçador, se aproxima e bate com um outro pedaço de madeira e a chuta nas costas)

Dandara: ... Não... Minha mãe e meu pai... Não, não, por favor. Não me bata mais não, por favor... ai, ai, ai... (perdendo o ar, lutando pela vida)

Voz 2: Você vai morrer, safado (todos riem, Dandara é chamada por um adjetivo masculino que reforça o não reconhecimento de sua identidade).

Dandara: ... ai, ai, por favor, cara... (ela dirige o olhar para alguém quem está a sua frente, mas o vídeo não mostra quem)... Deixa não, cara... (“deixa não, cara” é uma frase dita por um dos agressores, que reforça a ideia ao grupo de não deixar Dandara se expressar).

Voz 5: Então, né, caí logo fora. Que a negada vai... Booora, véi...

Voz 6: ... A negada vai te matar se tu num (sic) sair fora daqui... (Há outras vozes ao fundo).

Após a chegada do carro de mão, uma nova sessão de tortura é iniciada. Em princípio, por três homens e, depois, por mais três. Eles acertam Dandara com chutes, chineladas e pauladas na cabeça e nas costas. Eles a jogam no carro de mão e se afastam da área do vídeo. Depois, ela é morta a tiros.

Voz 1: ...Sobe, sobe, tem um carro ali pra socorrer... Pra levar onde tu quiser (sic) ir... (Dandara tenta se levantar, não consegue e cai sentada).

Voz 1: ...Vai, vai... Tu tá embaçando aqui, a favela, baitola...

Voz 2: ...A imundiça (sic) tá de calcinha e tudo, a piranhage (sic)... (nesse momento, o homem que está de relógio dá um chute na cara de Dandara que vai ao chão. Outros chegam e também a chutam e dão pauladas. Até a levarem no carro de mão).